

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**CRISTINA QUEIROZ DA ROCHA**

**NARRATIVAS DO SUJEITO OCULTO:  
O ESTADO E AS *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**  
**MARÇO DE 2022**

**CRISTINA QUEIROZ DA ROCHA**

**NARRATIVAS DO SUJEITO OCULTO:  
O ESTADO E AS *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Projeto temático: Estado, Memória e Conflitos Sociais no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias.

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**MARÇO DE 2022**

R672n

Rocha, Cristina Queiroz da.

Narrativas do sujeito oculto: o Estado e as *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. / Vitória da Conquista - Cristina Queiroz da Rocha, 2022. 136f.

Orientador: José Alves Dias

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2022. Inclui referência F. 131 – 136.

1. Memórias do Cárcere – Obra Graciliano Ramos. 2. Testemunho – Presos políticos. 3. Literatura. I. Dias, José Alves.

II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 869.93

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção - CRB 5/1890

Bibliotecária - UESB - Campus de Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Narratives of the hidden subject: the state and the *Memories of Prison* by Graciliano Ramos.

Palavras-chave em inglês: Testimony; Memory; Literature.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (presidente), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (titular), Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (titular).

Data da defesa: 17 de março de 2022.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

CRISTINA QUEIROZ DA ROCHA

### NARRATIVAS DO SUJEITO OCULTO:

O ESTADO E AS *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 17 de março de 2022.

#### Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves Dias – Presidente  
Instituição: UESB



Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos  
Instituição: UESB



Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes  
Oliveira  
Instituição: UEFS



## **DEDICATÓRIA**

A todas as referências de vida que perdi no último ano: Tia Ilza, tia Ademir, tio Pacheco, Tio Pedro, Tio Lupes e vovó Otília.

## AGRADECIMENTOS

Desde o primeiro dia como mestranda, eu pensava a quem agradeceria nessa página, quando este momento da escrita finalmente chegasse. Eis-me aqui, agora, sem as palavras adequadas para traduzir a gratidão que sinto em relação a tantas pessoas que me impulsionaram neste recorte da minha trajetória.

Foram anos difíceis, não há como negar. Assim como tantas outras pessoas, me vi tomada pela incerteza sobre o futuro, sobre a vida, sobre o bem-estar dos “meus” e isso me paralisou, de forma que me emociona hoje, estar tão perto da “linha de chegada”. Sendo esta, cronologicamente, a última página escrita, olho para trás e penso que há muito pelo que agradecer. Assim, agradeço.

Por mais clichê que pareça ser eu digo com pureza de alma e com demasiada convicção que eu não teria conseguido se não pudesse contar com a força e sensibilidade do meu orientador José Dias, que mesmo travando as suas próprias batalhas internas, sempre me dispensou palavras cuidadosas de incentivo e de esperança. Muito obrigada, Zé. Você é uma inspiração! Sem você, eu simplesmente não daria conta.

A minha fé foi também o que me sustentou em tantos outros momentos, e é por isso que agradeço a Deus. Acreditar N’ele, para mim, sempre foi uma necessidade. Me enxergo, pois, nas palavras de Ariano Suassuna quando diz: “Eu não conseguiria conviver com essa visão amarga, dura, atormentada e sangrenta do mundo, então ou existe Deus, ou a vida não faz sentido nenhum”. Deus sempre deu sentido à minha existência e a sua bondade e misericórdia me guiam.

Em meio às obrigações acadêmicas, a vida foi acontecendo. A mesma Cristina pós-graduanda, era a que lidava com o luto familiar, quase que sequencial. Como ultrapassar tudo isso? A gente só busca um sentido com base naquilo em que acredita, e segue. Relembrando esses momentos, agradeço às pessoas tão amadas que partiram e que mesmo na partida, me ensinaram a ter tenacidade para lidar com a dureza dos dias ruins, entendendo que eles também passam. À tia Ilza, tio Pacheco, tia Ademir, tio Pedro, tio Lupes e vovó Otilia, a minha saudade e eterna gratidão.

Eu não teria como deixar de agradecer, ainda, aos meus pais, Elba Antônio e Tionília, que sequer entendem o porquê e para que de um mestrado, haja vista que de onde vieram essa realidade é muito distante. A despeito disso, sempre me apoiaram incondicionalmente em

relação a qualquer coisa que me propus a fazer nessa vida. Eu os amo com toda a intensidade que é possível amar alguém.

Agradeço aos meus irmãos, Tiago e Cristiane por serem tão companheiros e leais e a Ruan, Emilly e Heitor pelo amor gratuito e espontâneo que sempre trouxe leveza para a minha vida. Obrigada por tanto.

Eu também serei sempre grata a Luiz por ter me incentivado desde o momento da inscrição e acreditado, muito mais do que eu, que essa realização seria possível.

Afora isso, eu “ando e penso sempre com mais de um” e, em sendo assim, não poderia deixar de agradecer aos amores que a vida me deu em forma de amigos. Obrigada, principalmente, a Jana, Jéssica, Marlene, Bruna, Kinha, Leti, Pri, Sol, Mila e Verena, com quem compartilhei as dores e delícias desse período.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), por ter concedido a bolsa que me permitiu iniciar a pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por fornecer os subsídios necessários para a conclusão dessa dissertação.

À Uesb por ser o local que me acolheu desde a graduação e também, o lugar onde aprendi lições valiosas, que indubitavelmente extrapolam os muros da universidade.

Por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta etapa. “Eu sou porque nós somos.”

Meu muito obrigada.

Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará. Condenaram-no antes do julgamento, nada compensa o horrível dano.

(Graciliano Ramos)



## RESUMO

Esta dissertação propõe uma interpretação acerca da Memória e do testemunho de presos políticos no contexto da Ditadura do Estado Novo, sobretudo, no recorte temporal de 1930 a 1950. A pesquisa traz como eixo central de análise a vivência de Graciliano Ramos, subscrita na obra “Memórias do Cárcere”. Partimos de uma análise singular que abarca as vivências do romancista, escritor e preso político, para uma compreensão mais alargada que integra o grupo em que ele esteve inserido e que foi de igual modo violentado pelo Estado. Nesse processo de fusão de vozes conseguimos expor aspectos sobre a desumanização promovida pelo cárcere e de forma ainda mais ampla, sobre a realidade das prisões ainda nos dias atuais tendo em vista que a obra permite a compreensão da prisão como lugar de sujeição e de perda de identidade.

**Palavras-chave:** Testemunho; Memória; Literatura.

## **ABSTRACT**

This dissertation proposes an interpretation about the Memory and the testimony of political prisoners in the context of the Estado Novo dictatorship, especially in the time frame from 1930 to 1950, in the book "Memories of Prison". We start from a singular analysis that encompasses the experiences of the novelist, writer and political prisoner, for a broader understanding that integrates the group in which he was inserted and that was similarly violated by the State. In this process of fusion of voices, we were able to expose aspects about the dehumanization promoted by the prison and, even more broadly, about the reality of prisons even today, considering that the work allows the understanding of the prison as a place of subjection and loss of identity.

**Keywords:** Testimony; Memory; Literature.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANL - ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

AIB - AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 ANGÚSTIAS DA PRISÃO: O TESTEMUNHO DE GRACILIANO RAMOS EM “MEMÓRIAS DO CÁRCERE”</b>	<b>19</b>
1.1 Graciliano: O sujeito histórico e sua trajetória	19
1.2 Da elaboração à publicação: Repercussão, fatos, polêmicas e impasses	26
1.3 O sujeito oculto e o seu testemunho	40
1.4 O tempo e espaço na narrativa	43
1.5 A narrativa como denúncia	51
1.6 A experiência de lembrar coletivamente	56
<b>2 O ESTADO EM “MEMÓRIAS DO CÁRCERE”</b>	<b>66</b>
2.1 A ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a construção do Estado Novo	66
2.2 O autoritarismo do Estado “Novo”	67
2.3 Graciliano: O inimigo interno	84
<b>3 ESTADO, DIREITO E MEMÓRIA EM “MEMÓRIAS DO CÁRCERE”</b>	<b>93</b>
3.1 O anticomunismo no Brasil	93
3.2 Censura e silêncio	105
3.3 O cárcere e o sistema jurídico	120
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

Há inúmeras motivações por trás da realização de um trabalho. Existem, é verdade, as que se constituem apenas como questão material e estão atreladas ao rigor acadêmico, à forma e ao currículo, mas, entre escusas e inconfessáveis, existe uma razão maior que norteia a pesquisa: o envolvimento com a matéria em análise. Nossas motivações passam a impelir-nos ao trabalho e mantêm-se o tempo todo em nossa consciência. Digo, assim, que as razões que me moveram na direção da escrita deste trabalho partem de um compromisso particular e do desejo de retratar vieses da memória e do direito com a ludicidade que a literatura permite.

O livro “Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos, portanto, desponta como objeto de investigação frente a uma inquietação que surgiu com minha inserção na prática jurídica. Deparei-me com um direito fechado, num sistema formalista, acrílico e dissociado da realidade histórico-social.

No dia a dia forense percebemos que as estruturas jurídicas servem apenas para reproduzir os velhos rituais e assegurar as relações de domínio dentro de uma sociedade estratificada. Graciliano Ramos, nesse sentido, ilustra essa relação do direito como instrumento de legitimação de poder pelas classes dominantes, e, ao mesmo tempo, aborda outras questões atinentes a essa área de conhecimento sob uma perspectiva mais crítica e coesa com a realidade.

O compromisso firmado, assim, inicia-se com a escolha do tema e estende-se ao modo de exposição. A inspiração vem, não apenas da obra, mas também da própria trajetória do romancista. Não se trata de uma admiração ingênua. Graciliano Ramos é, antes de tudo, um homem que nos ajuda a enxergar a ambiguidade que existe em todo indivíduo. Ele experimentou a escassez financeira, despiu-se da vaidade para vender a contragosto escritos dos quais desejava se desfazer, depois disso, publicou obras não revisadas como meio de conseguir sustentar a família e, foi por intermédio desse retrato da sua condição humana, que voltei as minhas atenções para o seu fazer literário. Percorri o caminho inverso: conhecer o artista antes da obra. O Graciliano homem me conduziu ao Graciliano escritor, evidenciando que há muito da sua vivência nos escritos que produziu.

Como ele próprio disse em carta encaminhada à irmã Marília Ramos: “Arte é sangue, é carne. Além disso, não há nada. Os nossos personagens são pedaços de nós mesmos. Só podemos expor o que somos” (RAMOS, 2011, p. 293-294. Seus

personagens são pedaços de si. Ambíguos, contraditórios, angustiados. Graciliano é o sujeito oculto, cheio de cicatrizes, é o “homem subterrâneo” (BOSI, 2002, p. 18).

É importante destacar que não há aqui, a despeito de todas as considerações, qualquer pretensão de sacralizar a figura do autor, até porque, aquilo que o faz grande na obra é a sua capacidade de mostrar-se imperfeito, de reconhecer no outro as virtudes que lhe faltam, de desnudar-se como homem permeado dos mais diversos tipos de sentimentos: ira, rancor, ódio, angústia e medo. Assim, confesso que escrever sobre Graciliano Ramos é uma grande responsabilidade. Por alguns momentos, assim como ocorreu com ele próprio em suas “Memórias”, julguei a tarefa superior às minhas habilidades, e talvez, de fato, seja. É sempre possível expor algo a mais, descortinar uma nova ideia, (re) interpretar uma nova passagem, sobretudo, em se tratando de uma narrativa tão realista, que nos aproxima em demasia da vivência ali explicitada. As leituras de suas obras nos levam a devanear, ouvir os barulhos dos tamancos na prisão, o cheiro de urina nos porões do Manaus, imaginar a imundície das celas, o gosto alcalino e intragável da comida, a sede intensa, o arrefecimento das vontades e a profunda e constante indisposição do romancista. O fato de nos sentirmos tão presentes através dessas experiências sensoriais nos conduz ao universo do indivíduo privado de liberdade. Presenciamos as mazelas e vicissitudes de um sistema que retira do aprisionado o mínimo de dignidade, que impõe a coisificação do homem e, por fim, extrai-lhe a humanidade.

Analisar essas condições nos permite trazer para a realidade uma experiência que marcou a história, dando notoriedade aos seus efeitos. Ora, sabemos que memória e história aparecem como poderosos constituidores de sentido. As duas instâncias conjugam-se para possibilitar novas formas de significar a nossa visão de mundo.

É também nesse espectro que a escolha de “Memórias do Cárcere” se justifica. Trata-se de uma narrativa demarcada por uma pluralidade de gêneros, que inclusive não se esgota nas categorias citadas. “Memórias do Cárcere” é autobiográfica à medida que tem o próprio escritor como personagem principal; é memorialística, a partir do momento em que o autor relata as suas vivências, reelabora, interpreta e rememora o passado numa perspectiva tanto pessoal quanto coletiva; é confessional, e isso fica evidente quando Graciliano busca justificar-se perante os leitores, acerca de suas fraquezas, medos, indecisões, inconstâncias, etc. É também testemunhal, e este testemunho manifesta-se no relato da experiência vivida, na exposição das vivências dos indivíduos que presenciaram os acontecimentos traumáticos. Por fim, é ficcional,

na medida em que o autor se desincumbe do rigor quanto às datas, lugares, nomes e circunstâncias. Nesse sistema de representações, um dos aspectos mais relevantes da narrativa é o seu viés testemunhal. A testemunha adquire a importante função de narrar as experiências históricas sob um prisma diverso, dando voz às memórias silenciadas, e, conseqüentemente, apagadas com o decorrer do tempo. A literatura, nesse contexto, além de fornecer elementos de conhecimento factual inacessíveis por outras fontes, surge como uma possibilidade de recomposição do passado por um sujeito real que efetivamente vivenciou acontecimentos históricos. Graciliano Ramos representa essa figura. Agredido fisicamente, insultado, enquadrado como inimigo interno do Estado, conduzido de um lugar para outro sem aviso, preso em condições insalubres, sujeito a julgamento por um tribunal de exceção, destituído da sua própria identidade, Graciliano Ramos valeu-se da palavra escrita para combater o esquecimento de algo que poderia ter se perdido no tempo.

A sua narrativa, nesse contexto, adquire grande valor referencial do ponto de vista da memória, porque ao mesmo tempo em que denuncia o autoritarismo e escancara os episódios de violência, repressão e ilegalidades praticadas sob a égide do Estado Novo, confronta a memória oficial que se apresenta omissa diante de uma série de contradições e desmandos do período.

Dito isto, importa elucidar que “Memórias do Cárcere” é exposta nesta dissertação, como uma fissura no silêncio. É justamente por meio do processo de escrita que o autor consegue dar voz a outros sujeitos que também sentiram na pele os efeitos da prisão e experimentaram os traumas daquele momento. Portanto, o principal objetivo com a síntese da pesquisa, é extrair da narrativa, elementos para a produção da memória desses indivíduos.

Compreendi, diante dessa perspectiva interdisciplinar, que as narrativas literárias podem conduzir o leitor a reflexões sobre determinados preceitos e questões de poder subjacentes à ordem jurídica e política. Há que se ressaltar, entretanto, que o direito e a literatura na análise perpetrada são utilizados como objetos da pesquisa. Não há a pretensão de desvendar conceitos da judicatura ou elencar teorias literárias. Buscamos nestes campos de domínio aspectos necessários para a identificação dos elementos característicos do autoritarismo no período em que a obra foi escrita e a sua repercussão nos julgamentos dos presos políticos, assim como, as condições carcerárias do Brasil durante o Estado Novo, a partir das memórias dos indivíduos aprisionados pelo Estado.

Optamos por dividir o trabalho em três capítulos, a saber, o capítulo I, intitulado *Angústias da Prisão: o testemunho de Graciliano Ramos em “Memórias do Cárcere”*, composto por seis subseções. A primeira subseção trata de “Graciliano: o sujeito histórico e sua trajetória”, na qual buscamos expor aspectos da vivência de Graciliano antes da sua prisão e como ele se forjou no campo político, de modo a se tornar um indivíduo perseguido pelo sistema repressivo do Estado e conseqüentemente, um preso político. Na segunda subseção, apresentamos: “Da elaboração à publicação: Repercussão, fatos, polêmicas e impasses” que trata sobre as questões que permearam o processo de escrita até o momento de publicação, como sugere o próprio subtítulo. De mais a mais, discorremos sobre elementos atinentes às polêmicas acerca da autenticidade, a definição do tipo textual, a questão editorial, a receptividade do livro no meio literário e as críticas que sucederam ao lançamento, dentre outras questões.

Na parte destinada à subseção “O sujeito oculto e o seu testemunho”, discorro acerca da experiência de Graciliano enquanto relato testemunhal de um período. De modo mais estrito, sobre como o cárcere, a cada transferência, destrói a subjetividade dos sujeitos, e, como a narrativa é exposta também como elemento de enfrentamento ao trauma e ao vazio deixado pela vivência de preso político. Nesse ensejo, o escritor produz seu texto a partir de um universo de traumas, sendo a escrita o seu meio de expressão, o modo de colocar-se em conformidade com o mundo. Conforme Adorno (2003), as composições literárias não devem ser utilizadas imoderadamente para fins de demonstração de teses sociológicas ou históricas, exceto diante da existência de algo particular, em que a arte evidencie uma função essencialmente social. A obra de Graciliano Ramos nos apresenta essa perspectiva.

Na subseção 1.4, passo a discorrer sobre o tempo e espaço da narrativa. Nota-se, a partir da leitura de *“Memórias do Cárcere”*, que a percepção espaço-temporal é modificada na prisão. Com base nesses elementos, busco referências na própria obra para expressar as particularidades dessa experiência de vivenciar o passar dos dias, horas e meses no cárcere na condição de preso político, assim como, apresento as sensações e modificações impostas sobre os indivíduos e cenários a cada transferência operada pelo Estado.

O tópico seguinte, que visa tratar sobre “a narrativa como denúncia”, revela como a obra expõe incontáveis elementos denunciadores da prisão. Por meio dela, o autor traduz o indizível, a vivência dos indivíduos que foram silenciados. O



testemunho revela-se nas palavras de Alfredo Bosi (2002 p, 17), a despeito de sua fragilidade, “escrita resistente”.

É no tópico 1.6, intitulado “A experiência de lembrar coletivamente” que percorremos um caminho buscando retratar que as “Memórias” de Graciliano são expressão da sua vivência consigo mesmo, mas, sobretudo, com o outro. A obra literária é analisada como fonte subjetiva para a compreensão da dimensão política da memória coletiva dentro de um recorte temporal. Quando Graciliano Ramos evoca uma memória sobre o cárcere, na verdade, está dispondo sobre as suas relações com os grupos com os quais compartilhou essas experiências.

O capítulo II da obra, a saber, “O autoritarismo e o Estado”, revela aspectos acerca do modelo de Estado diante do qual a realidade expressa no livro se constitui: um Estado autoritário decorrente do processo de tomada do poder pelo governo Getúlio Vargas. O primeiro subtópico permeia o percurso, ou seja, os acontecimentos políticos que ensejaram “A escalada de Getúlio Vargas ao poder”. Na seção 2.2, buscamos analisar como “O autoritarismo do Estado Novo” incidiu sobre a vida política de Graciliano Ramos. Assim, o terceiro tópico deste capítulo é justamente sobre essa questão em específico. Sobre como, diante deste contexto autoritário, Graciliano se tornou “O inimigo interno”, ou seja, alguém que, de acordo com a propaganda oficial, seria capaz de ameaçar a ordem e de tomar o poder político colocando em funcionamento um plano de dominação comunista.

Por fim, o último capítulo “Estado, Direito e Memória em Memórias do Cárcere” é um ensaio sobre como as relações jurídicas se entrecruzam com o debate envolvendo as tensões sociais na Ditadura do Estado Novo. Na primeira seção, “O anticomunismo no Brasil”, buscamos retratar o modo como os conflitos de interesses entre diferentes grupos políticos utilizaram-se de significações ideológicas para perseguir e reprimir opositores. O tópico dois, deste terceiro capítulo, “Censura e Silêncio”, versa a respeito de um dos principais meios utilizados na institucionalização do estado autoritário de coisas que se constituiu no período.

Sabe-se que a censura não foi o único mecanismo de silenciamento dos homens e mulheres colocados sob suspeita, mas, inegavelmente o silêncio foi também operado em razão da censura. Graciliano Ramos viveu submetido a um estado de vigilância constante que impediu a sua manifestação em diversos momentos. A publicação tardia de “Memórias do Cárcere” é um dos exemplos mais ilustrativos de como a censura foi instrumentalizada com a instituição de órgãos de controle/colheita de informações em

consonância com a utilização de um aparato repressivo forte. Assim, a externalização das ideias era limitada naquele período. Essa incidência da censura é vista em diversas passagens do livro, o que mais uma vez coloca a obra como uma representação do contexto experimentado pelo escritor.

Por fim, a última seção do capítulo, intitulada “O Cárcere e o Sistema Jurídico” se destina a expor o modo como o judiciário atuou e continua atuando enquanto elemento instrumentalizador e legitimador do Estado autoritário. Em “Memórias do Cárcere” há inúmeros meios analíticos sobre o papel do sistema jurídico como aparelho ideológico que viabilizou a repressão de um inimigo invisível: o funcionamento do sistema prisional para punir opositores; o enfraquecimento do Estado Democrático de Direito; a ausência do devido processo legal; a formação de Tribunais de Exceção; a violação de princípios basilares da República Federativa, dentre outros aspectos que são postos em análise e permitem um estudo mais atento a essas significações. Nas considerações finais do texto, retomaremos as discussões dos capítulos antecedentes, tomando como base, entretanto, os desdobramentos da pesquisa, as falhas e indefinições e finalizando com o levantamento das informações que o processo de escrita legou.

Acerca das questões metodológicas, a pesquisa foi desenvolvida por meio do método de análise documental com pesquisa bibliográfica. Para tanto, consultamos fontes legislativas, artigos científicos disponibilizados em anais de eventos, revistas qualificadas segundo os padrões da CAPES, entrevistas concedidas a jornais da época por Graciliano Ramos e as cartas enviadas pelo romancista no período que antecedeu a prisão e depois que ela foi efetivada. No tocante à análise de dados, as obras foram sistematizadas em fichas temáticas para facilitação do acesso no momento da escrita da dissertação, sendo este o principal meio de análise do corpus da investigação.

Todas essas questões são postas por acreditarmos que se faz necessário analisar de forma crítica o modo como a sociedade brasileira foi gerada e transformada por influência dos poderosos. Desenvolvemo-nos sob a égide do autoritarismo, mesmo entendendo que nem sempre essa história de opressão, de destruição e de violência é lembrada. Da formação do Brasil até sua consolidação há um acúmulo de mortes que servem de aresta, de sustentação para o exercício da dominação, e, é necessário manter viva a memória dos períodos sombrios para que essas práticas sejam desconstituídas.

## **1 ANGÚSTIAS DA PRISÃO: O TESTEMUNHO DE GRACILIANO RAMOS EM “MEMÓRIAS DO CÁRCERE”**

### **1.1 Graciliano: O sujeito histórico e sua trajetória**

De “Auto-Retrato aos 56 anos” (1981), é possível extrair que Graciliano Ramos de Oliveira nasceu em 1892, na cidade de Quebrângulo, no estado de Alagoas e foi o primeiro dos dezesseis filhos do casal de comerciantes Maria Amélia Ferro e Ramos e Sebastião Ramos de Oliveira. Nos primeiros anos de vida de Graciliano, a família viu-se compelida, em razão da escassez financeira, a migrar para o sertão pernambucano, mais precisamente para a cidade de Buíque, onde viriam a desenvolver a criação de gado na Fazenda Pintadinho, local que serviu como pano de fundo de algumas das histórias narradas no livro “Infância” (1945), obra que expõe aspectos marcantes da sua vivência de menino, humilhado e oprimido por pessoas que exerciam posições de poder dentro do seu núcleo de convivência.

Nesse contexto, o personagem que representa mais fielmente esse papel, assim como na narrativa “Memórias do Cárcere”, que é autobiográfica e testemunhal, é a figura do pai, um homem violento, que se valia da severidade dos castigos para imprimir a educação dos filhos. Dessa forma, retrata-se um contexto em que a autoridade paterna assumia papel central dentro da organização familiar, de modo que o menino Graciliano cresceu silencioso, sufocado pela realidade e oprimido pelo medo (RAMOS, 1984, p.13).

Aos cinco anos de idade, o seu processo de letramento foi iniciado, dentro de casa, haja vista que a democratização da educação era uma realidade distante naquele período, sobretudo em uma cidade do interior, onde o coronelismo e as relações clientelistas ditavam o modo de funcionamento das instituições. Além disso, em algumas localidades, havia poucas escolas, restritas apenas às crianças pertencentes às famílias mais influentes da região e uma rede educacional doméstica para os indivíduos que detinham uma noção mínima de leitura ou cálculo que eram autorizados a alfabetizar os iletrados. Graciliano Ramos, a saber, frequentou as aulas na casa de uma dessas instrutoras.

No ano de 1898, uma grande seca assolou a região pernambucana, obrigando inúmeras famílias a se retirarem de lá para fugirem da fome. Foi o caso dos Ramos de Oliveira, que se mudaram para a cidade de Viçosa na zona açucareira do Estado de

Alagoas. Tempos depois, já instalados no local, a família Ramos abriu um estabelecimento comercial destinado a vender tecidos e utilidades. A referida atividade comercial teve êxito, destacando-se na sociedade, de modo que a família conseguiu adquirir cabeças de gado e uma pequena propriedade rural (RAMOS, 1981, p.239).

Na cidade de Viçosa, Graciliano foi matriculado em uma escola pública, onde, a partir dos nove anos de idade passou a desenvolver um comportamento mais introspectivo e a leitura se tornou, diante das circunstâncias, um refúgio conforme narrado em narrado em “Infância” (1891). Por não haver muitos exemplares à sua disposição, já que naquele período os livros eram artigos de luxo, ele passou a recorrer a empréstimos literários (RAMOS, 1891, p. 224-225).

No ano de 1915, Graciliano se casou com Maria Augusta de Barros, com quem teve quatro filhos: Márcio Ramos, Júnio Ramos, Múcio Ramos e Maria Augusta, nascida após uma complicação no parto que ocasionou o falecimento da esposa do romancista.

No contexto mais geral, importa destacar que a partir de 1920, o país passou por um período de ebulição política, demarcado por eventos que impuseram modificações estruturais no cenário nacional, como a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a Revolta do Forte de Copacabana e o processo eleitoral de 1922, os quais Graciliano acompanhava de forma bastante atenta e crítica através da assinatura de jornais.

Entre 1924 e 1925, o alagoano passou a enfrentar uma grande crise financeira e valeu-se da literatura como refúgio para sua situação financeira, o que desencadeou uma fase fértil da sua escrita literária. Foram elaborados muitos esboços, os quais mais tarde integrariam as obras São Bernardo (1934), Angústia (1936) e Caetés (1933). O ano de 1926 também foi determinante na sua trajetória, visto que foi o ano em que Graciliano recebeu o convite para presidir a Junta Escolar de Palmeira dos Índios, assumindo, assim, o seu primeiro cargo público. Ainda, passou a integrar o clube dos 18, cuja finalidade era reunir amigos para beber e debater os acontecimentos políticos recentes do Brasil, entre outros assuntos.

No ano seguinte, uma comitiva do Governador Pedro da Costa Rego passou pela cidade de Palmeira dos Índios, ocasião em que Graciliano conheceu José Lins do Rego, o qual viria a se tornar uma das suas amizades mais sólidas. Por intermédio desta relação, que indiretamente envolvia o governo do Estado, assim como, da proximidade que a família Ramos de Oliveira detinha com os Cavalcanti (grupo

político que gozava de grande influência política local), Graciliano foi o nome indicado para ocupar o cargo de prefeito da cidade.

Em 1927 ocorreram dois acontecimentos na vida de Graciliano, foi eleito e conheceu Heloísa de Medeiros, filha do secretário do Tribunal de Justiça alagoano, com quem se casou e teve mais quatro filhos: Ricardo Ramos, Roberto Ramos, Luíza Ramos e Clara Ramos. Na condição de prefeito, Graciliano ficou conhecido pela intransigência quanto à cobrança de dívidas atrasadas e por ter posto fim a inúmeras isenções fiscais concedidas a proprietários locais. Se, por um lado, essas medidas moralizadoras ensejaram um desgaste político, por outro, também repercutiram na imagem, a nível estadual, de uma administração reta, moderna e transparente, razão que lhe rendeu um convite para ocupar a direção da Imprensa Oficial do Estado.

Em 1930, Graciliano se mudou para Maceió, onde acompanhou o desenrolar do golpe de Estado que conduziu Getúlio Vargas à presidência. Faz-se imperioso destacar que o romancista pertencia ao grupo apoiador de Júlio Prestes no pleito, portanto, na condição de adversário político, ele expos, em uma carta endereçada à esposa, a sua visão acerca da conjuntura nacional:

Vamos continuar como estamos. De resto penso que nós aqui não corremos nenhum perigo. Uma cidade que tem homens como o Dr. José Carneiro pode, sem risco, esperar a visita de todos os revolucionários do mundo [...] A ordem, a paz, a legalidade, o governo constituído, as nossas instituições e outras besteiras que o Jornal de Alagoas tem publicado até hoje não sofreram, segundo os telegramas do barbadíssimo presidente Washington, alteração apreciável. E se tudo isso for por água abaixo, que diabos perco eu? Tu pensas que sou alguma coisa, Ló? Se a gangorra virar, deixo isto e vou plantar mamona (MORAES, 1992, p. 71-72).

Ao que se percebe, Graciliano se julgava insignificante demais para causar qualquer tipo de incômodo à ordem na hipótese de consolidação do novo governo. Apesar disso, com o acirramento das tensões ele resolveu retornar para Palmeira dos Índios no intuito de integrar um movimento de resistência antirrevolucionária, ocasião em que foi recolhido pelas tropas do comandante Agildo Barata, antes mesmo do confronto se efetivar. Embora a sua soltura tenha sido decretada no dia seguinte à prisão, esse episódio ficou registrado na obra póstuma “Memórias do Cárcere” (1984):

Chegamos ao quartel do 20º Batalhão. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um

coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só. Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me. (RAMOS, 1984, p.35).

Esse foi um dos raros momentos em que Graciliano Ramos participou ativamente de um movimento de defesa partidária antes de se tornar um preso político. Ele definia-se como um “revolucionário chinfrim” e dizia que se todos os sujeitos fossem como ele não teria havido uma só Revolução no mundo. Nas palavras do romancista “as suas fracas armas de papel, só podiam ser manejadas no isolamento” (RAMOS, 1984, p.37).

Mesmo tendo participado deste movimento de resistência e se posicionado contrário às medidas implementadas pelo governo, em 1932, recebeu uma proposta para assumir a Instrução Pública do Estado, um cargo de confiança que lhe permitiria interferir e modificar os protocolos estabelecidos na educação alagoana.

No ano de 1934 o Brasil vivencia a Promulgação da Constituição Federal, ao mesmo tempo em que se torna palco de um processo de radicalização ideológica marcado pela divisão de grupos antagônicos. De um lado havia a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização multifacetada e díspar que integrava no seu seio político comunistas, socialistas, opositores do governo e intelectuais, e do outro, situava-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), que defendia concepções fascistas e liberais (PANDOLFI, 1999).

Nesse cenário de polarização, ocorreu a Revolta Comunista de 1935, o episódio que ficou concebido como “Intentona Comunista”, constituída como uma ação orquestrada com o intuito de tomar o poder através de levantes armados em locais estratégicos. Assim, o governo utilizou-se dos referidos levantes, irrompidos nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro como justificativa para aprofundar as ações de repressão ao comunismo em território nacional (D’ARAUJO, 1994, p. 11). A promulgação da Lei de Segurança Nacional (Lei n.º 38/1935) foi um claro exemplo do empenho do Estado no sentido de reprimir os inimigos, tanto que ensejou o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a justificativa de que o grupo vinha “desenvolvendo atividade subversiva da ordem política e social” (BRASIL, Decreto n.º 229/1935). Ademais, a prisão de Graciliano também demarcou a intensificação do processo de identificação e combate do inimigo interno.

Em 03 de março de 1936, dois meses após a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, cuja finalidade era investigar a participação de indivíduos na revolta de 1935, policiais armados bateram na porta do romancista, sem qualquer mandato formal, anunciando a sua prisão, e, mesmo depois de conduzi-lo ao cárcere, não houve um interrogatório, audiência ou denúncia por escrito que pormenorizasse as motivações do governo no tocante à ação. Graciliano relatou:

A minha estada ali marcava-me. Sem alegar motivos, emprestavam-na certo número de qualidades e tendências. Poderiam, se quisessem, medi-las e pesá-las, mas contentavam-se com afirmações, pelo menos até aquele momento (RAMOS, 1984, p.87).

O encarceramento do escritor, apesar da grande pressão exercida por intelectuais a favor da sua soltura e mesmo sendo acompanhado pelo advogado Sobral Pinto, que gozava de vasta experiência na defesa de presos políticos, durou onze meses. Ao longo deste período, o referido advogado impetrou sucessivos *habeas corpus* denunciando a ausência de processo e motivação para a prisão. Assim, ante a repercussão que o caso vinha assumindo, em 13 de janeiro de 1937 a soltura de Graciliano Ramos foi efetivada.

Afastado da função pública que exercia, sem perspectiva de emprego e sem grandes economias, foi mais uma vez socorrido pelo amigo José Lins do Rego, que o inseriu nos círculos da intelectualidade carioca, nos quais conseguiu trabalhos na qualidade de corretor, tradutor, resenhista, cronista para diversos veículos de comunicação da capital.

Em 1937, Getúlio Vargas instituiu em elaborar uma nova Constituição, dissolveu os partidos políticos, e o autoritarismo que vinha sendo implementado gradualmente culminou na formação do Estado Novo, um período demarcado pelo endurecimento das medidas repressivas pelo governo (PANDOLFI, 2007, p.13-38). Esse contexto autoritário gerou não apenas em Graciliano, mas em todos os indivíduos que experimentaram as mazelas do cárcere, o medo de retornar à prisão por disposição do novo regime.

Em 1939, graças a uma intermediação promovida por Carlos Drummond de Andrade, frente ao ministro do governo, Graciliano Ramos voltou a ocupar um cargo na estrutura burocrática do Estado, na condição de Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, ingressou no Conselho Editorial da

revista “Cultura Política”, quando as publicações eram submetidas ao crivo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado, passando a realizar a correção de matérias que exaltavam o Estado Novo (CAPELATO, FERREIRA e DELGADO, 2007, p. 107-144). Assim, apesar da sua postura crítica frente ao regime instituído, o estado de penúria econômica em que se encontrava, impunha a necessidade de se submeter as funções sob pena de comprometer até mesmo a subsistência dos filhos.

A participação de intelectuais dentro dos órgãos administrativos do Estado respaldava-se pela crença de que, por acompanharem as tendências políticas do mundo e possuírem um senso crítico maior sobre a realidade, eles poderiam impor modificações na organização do cenário nacional. Assim, a participação de figuras pertencentes à elite intelectual como o próprio Carlos Drummond, Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Armando Sales foi característico do governo de Getúlio Vargas (CPDOC-FGV, 2020). Já no ano de 1945, Graciliano decidiu filiar-se ao Partido Comunista Brasileiro, e após esse período, enquanto o Brasil estava sob um verniz de legalidade, passou a dedicar-se à escrita de “Memórias do Cárcere”.

Em 1952, o escritor descobriu um câncer de pleura em estágio já avançado e foi encaminhado para tratamento na Argentina, pois o sistema de saúde brasileiro não possuía estrutura para conter a doença. Um estudo realizado pelo médico Milton Lobato, publicado no Jornal do Brasil e exposto na biografia elaborada por Dênis de Moraes (1992, p.329), evidenciou que o câncer de Graciliano foi ocasionado pelo tabagismo excessivo. Segundo o médico, na obra “Memórias do Cárcere”, o romancista faz nada menos do que 76 referências ao cigarro, o que fornece indícios para a constatação de que ele teria recorrido ao hábito de fumar para conseguir suportar o sofrimento imposto pela prisão (MORAES, 1992, p.329). Em março de 1953, Graciliano Ramos faleceu, deixou o relato sobre o cárcere inacabado, conforme premeditava: Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias (RAMOS, 1984, p.7).

Na obra, o escritor descreveu as experiências vivenciadas e a ressonância das ações do governo na sua prisão, oferecendo um enfoque do cárcere a partir da perspectiva de um preso político.

## **1.2 Da elaboração à publicação: Repercussão, fatos, polêmicas e impasses**



A história de Graciliano Ramos é composta por algumas lacunas, decorrentes da ausência de registro dos eventos históricos por parte daqueles que os vivenciaram, da perda de materiais ou até mesmo por ocasião de conveniências políticas que privilegiam algumas narrativas em detrimento de outras. A literatura surge, nesse contexto, como uma interessante forma de expressão da memória de um povo, fornecendo subsídios para a construção normativa da escrita historiográfica e servindo como material de investigação. É nesse sentido que o estudo de “Memórias do Cárcere” se mostra relevante: é uma possibilidade de recompor os matizes da experiência traumática de Graciliano Ramos e de outros presos políticos.

A obra referida traz uma perspectiva sobre o Brasil da década de 1930, exposta por quem viveu nos porões sujos de um navio, experimentou as misérias do fascismo que ressoavam na política nacional e sentiu na pele a violência de um Estado que ironicamente se dizia “Novo”. Assim, Publicado no ano de 1953, este livro é um dos mais conhecidas de Graciliano Ramos, nele, atesta-se o singular diálogo que a literatura pode estabelecer com a Memória e com a História, além de transfigurar-se como possibilidade de recomposição de um passado obscuro através de uma narrativa que, por não caber nos moldes do romance ficcional, ultrapassou os limites do gênero para mostrar-se como manifestação predominantemente testemunhal.

Trata-se de uma obra de “formas híbridas”, termo utilizado pelo teórico Luiz Costa Lima em seu livro “História. Ficção. Literatura” (LIMA, 2006), na medida em que traz como plano originário a intencionalidade de retratar a memória de um período histórico, mas que, pelo estilo de linguagem adotado, acaba adentrando no universo literário. A perspectiva histórica movimenta-se ao passo que Graciliano cria para si uma autoimagem, como se espera de qualquer autobiografia, há também pontos que evidenciam em sua narrativa uma atmosfera ficcional. O livro é, desse modo, uma interrogação sobre a razão do seu fazer literário.

Graciliano Ramos em “Memórias de um cárcere” evidencia para o leitor o texto como um testemunho, porém sem artifícios ficcionais utilizados como referências para situar os acontecimentos. Conforme assevera Bastos, “para chegar ao testemunho é preciso que se passe pela discussão literária, da mesma forma que, para chegar a ela, é preciso assumir o testemunho” (BASTOS, 1998. p.20). Essas classificações, no entanto, assumem papel secundário na análise proposta, haja vista que o recorte central utilizado para a pesquisa não é especificamente a trajetória do

autor-personagem, mas a situação político-social retratada nesse em determinado contexto.

O que aí está acentuado é coletivo: as experiências dos presos, o cotidiano da prisão; e numa perspectiva mais ampliada, o país, o extrato da sociedade brasileira, o momento histórico. Pontuamos esse movimento narrativo ambíguo, pois narra a história da coletividade, o traço muito mais evidente frente à própria experiência particular do autor. Desse modo, parece até equivocados afirmar que a obra é uma coisa ou outra, pois o narrador, personagem e autor busca ler-se a si mesmo e ao outro encarcerado. “Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos” (RAMOS, 1984, p.11).

Na obra, é possível perceber também que o autor parece precaver-se quanto as críticas que poderia sofrer em relação a escrita de “Memórias do Cárcere” e rebate os principais aspectos que apresentar-se-iam para o leitor como lacunas. Com efeito, inúmeras foram as questões suscitadas acerca do texto, quer seja sobre a sua unidade e autenticidade, quer seja sobre as incorreções de natureza propriamente textual, incomuns às narrativas de Graciliano, mas que de certo modo se justificam tomando como base o fato de ser um livro póstumo e inacabado.

O processo de escrita de “Memórias do Cárcere” iniciou-se em 1946 e a primeira publicação do livro aconteceu no ano de 1953, mesmo ano do falecimento do escritor, depois da edição e revisão feita pela editora José Olympio. Quando faleceu, a obra já se encontrava redigida em sua quase totalidade, restando apenas o capítulo final, o qual constaria relatos sobre os dias após a sua liberdade, alcançada em 1937. Neste mesmo ano, o autor redige um manuscrito onde disserta sobre essas primeiras sensações e tentativas de reaprender a ser livre, embora não na acepção literal do termo, já que, como o ele próprio escreveu anos depois em “Memórias do Cárcere”: “liberdade completa ninguém desfruta” (RAMOS, 1984, p. 4). Graciliano sabia que a ditadura estava apenas começando e além de lidar com esse fato, precisava aprender a lidar com as cicatrizes decorrentes do recente aprisionamento.

Desde o momento da prisão, ele havia se decidido a não retornar para casa, como podemos observar no seguinte trecho: “o essencial era retirar-me de Alagoas e nunca mais voltar, esquecer tudo, coisas, fatos e pessoas” (RAMOS, 1984, p.18). Com efeito, ele nunca retornou e justifica essa decisão como se isso fosse um artifício para não ter que olhar de frente aqueles indivíduos que o apontavam como “comunista” ou

se justificar perante os seus acusadores. O grande lapso de tempo entre a vivência e a escrita, portanto, foi também um modo de elaborar e, até certa medida, “digerir” a experiência.

Já na seção inicial do livro o autor prevê se tratar de uma publicação póstuma e isso fica expresso: “este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias” (RAMOS, 1984, p.7).

No tocante à estrutura do livro, (Arquivo digital Graciliano Ramos, acesso: 15 de agosto de 2021)<sup>1</sup>, a edição inaugural (1953) contava com quatro volumes, sendo eles: Volume I - Viagens; Volume II – Pavilhão dos Primários; Volume III – Colônia Correccional e Volume IV – Casa de correção. A partir da quarta edição (1960), a obra passou a ser comercializada pela editora Martins, em dois volumes: Volume I, parte 1 – Viagens; Volume I, parte 2 – Pavilhão dos Primários; Volume II, parte 3 – Colônia Correccional; Volume 2, parte 4 – Casa de Correção. Depois da décima terceira edição, o livro tornou-se parte do catálogo da Editora Record (1980), onde foi produzido nos mesmos parâmetros da Martins.

A partir de 2008, quando os direitos concernentes à produção e publicação foram transferidos ao Grupo Editorial Record, responsável por adquirir o acervo da Editora José Olympio, o livro passou a ser vendido como volume único. Ao todo foram cinquenta e uma edições, sendo que a última delas foi lançada em março de 2020 pelo grupo Record. Neste mesmo ano, o livro foi editado no formato Epub e disponibilizado em sua primeira edição no meio digital.

Acerca do processo de elaboração importa dizer que a obra foi encerrada com uma “explicação final”, redigida pelo filho do autor, Ricardo Ramos, que, em conjunto com a editora acabou intitulado o livro “Memórias do Cárcere”. Ressalte-se que Graciliano ainda não havia definido o título que daria ao texto, mas tanto no manuscrito de 1937, quanto nos rascunhos, se refere aos escritos como “Cadeia”, o que chega a soar mais familiar diante do estilo direto do autor, que já havia denominado outras obras como “Angústia” (1936), “Caetés” (1933), Vidas Secas (1938), Infância (1945), Insônia (1947), etc.

---

<sup>1</sup> Memórias do Cárcere, 220 p. 44ª Edição. Volume único. Rio de Janeiro, 1953, Editora Record. Disponível em: <<https://graciliano.com.br/obra/memorias-do-carcere-1953/>>. Acessado em 15 de agosto de 2021.

Mesmo sem o capítulo de encerramento e tendo um alto custo em razão da quantidade de volumes da edição inaugural, “Memórias do Cárcere” tornou-se um dos livros mais vendidos da editora José Olympio, tendo dez mil exemplares comercializados num intervalo de quarenta e cinco dias, de acordo com Miranda (2004) – escritor do posfácio de Memórias do Cárcere, que afirmou: “A repercussão extremamente favorável entre intelectuais, escritores e políticos é imediata; pela primeira vez, o autor é sucesso de vendas, tendo dez mil exemplares esgotados em 45 dias” (MIRANDA, 2004, p.71).

A grande tiragem do livro revela as qualidades ímpares do autor que mais uma vez expõe um testemunho político de grande valor literário. Tem-se registrado no prefácio, na 21ª edição de “Memórias do Cárcere”, ou seja, trinta e três anos depois do lançamento oficial, um comentário do escritor Nelson Werneck Sodré (1986) sobre o sucesso inesperado da obra, que segundo o próprio Graciliano, não venderia 100 exemplares.

É quase inexplicável que o livro do escritor alagoano tivesse alcançado o sucesso que logo lhe veio ao encontro. Não é o caso, aqui, de discutir as razões de tal sucesso, relativo naturalmente, condicionado à difusão que era possível alcançar um ficcionista de seu porte e de suas características (SODRÉ, 1986, p.23).

Diante da omissão de informações do período narrado por Graciliano Ramos, o seu texto despertou grandes interesses, visto que houve a destruição de provas e do simulacro de legalidade que era apresentado como cortina de fumaça para atenuar a visão dos horrores ali praticados, seria de se esperar que os leitores quisessem entender os bastidores do cárcere, as razões e motivações de uma prisão como a que foram narradas naquelas páginas, porém, não há como ignorar a relevância do lançamento também do ponto de vista editorial.

Entre meados de 1930 e 1950, ter um livro publicado pela José Olympio era um desejo de grande parte dos escritores, pois era sinônimo de consagração literária, até porque José Olympio já havia alçado romancistas e poetas como Rachel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Gilberto Freyre, Jorge Amado, entre outros. Assim, pode-se dizer que a pessoa que dava nome

ao livreiro-editor era alguém com características bastante particulares. Estima-se que José Olympio possuía um grande poder de articulação e era homem de muitos amigos, o que gerava certa estranheza em seu meio. Questionava-se, por exemplo, o fato de que ele tenha se relacionado quase que fraternalmente com Graciliano Ramos, enquanto mantinha uma relação de amizade com Getúlio Vargas e outros integrantes do alto escalão do governo. Isso inevitavelmente colocava a sua figura sob suspeita em um período de tamanha perseguição política.

Ao que parece, José Olympio procurava sempre manter uma boa relação com integrantes da cúpula governamental e essas relações de certo modo justificavam a liberdade e renome de que gozava a editora, que àquela altura já havia se tornado uma referência na descoberta de escritores locais, fugindo um pouco da lógica de tradução e reprodução de produções literárias importadas da Europa.

Há diversos relatos em “Memórias do Cárcere” acerca do papel desempenhado pelo editor, antes e enquanto Graciliano esteve preso. Ao tomar conhecimento da prisão perpetrada por mando do governo, por exemplo, José Olympio - o Zé, mandou oferecer a Graciliano a publicação de um romance inédito, propondo-lhe um adiantamento para que a família não ficasse em situação de desamparo. Referia-se aos escritos da narrativa que mais tarde viria a ser denominada como “Angústia” (1936). Entretanto, Graciliano sabia que estava etiquetado, exposto, marcado pela pecha de inimigo da ordem, e, por isso, entendia que qualquer aproximação poderia ser comprometedor a seus pares. A exemplo disso, o medo de expor Olympio fica expresso em “Memórias do Cárcere”, ao se referir ao momento em que decide encaminhar os manuscritos de “Angústia” para publicação. Graciliano (1984) relata:

Perigo, impossível adivinhar as consequências. Iam talvez chamá-lo à delegacia para esclarecimentos, depois enviá-lo à Casa de Detenção. Em segredo, com certeza: os jornais guardariam silêncio. Os originais estavam salvos, na oficina. Difícil escaparem os volumes: seriam apreendidos, julgados nocivos, queimados. Perdiam-se os gastos de impressão, o negociante de escritos metia o rabo na ratoeira (RAMOS, 1984, p.617).

Mesmo ciente dos riscos que o amigo havia se colocado, o escritor determinou a entrega do texto, deixando além do medo, a vaidade em segundo plano por saber que a família havia ficado desamparada em razão da prisão. Assim, em meio a essa relação de amizade que foi sendo construída, a editora que publicou Angústia (1936), Vidas

Secas (1938), Infância (1945), Insônia (1947), foi também incumbida da publicação póstuma de Memórias do Cárcere (1953). A respeito dos pagamentos, esses foram adiantados, assim como em relação a “Memórias do Cárcere”, e como o processo de produção foi lento, Graciliano mês a mês entregava o que havia produzido e recebia um valor em contraprestação.

No que diz respeito à composição e constituição dos rascunhos, era habitual do processo criativo do autor escrever à mão e encaminhar os escritos para um terceiro datilografar. A partir disso, as cópias ficavam guardadas em um cofre dentro da própria editora, na qual Graciliano passava boa parte do tempo.

Outro aspecto que merece ser mencionado é que, do ponto de vista político, “Memórias do Cárcere” é uma obra permeada de polêmicas. Como bem sabido, Graciliano Ramos filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945, ou seja, quando iniciou a escrita das suas Memórias ele já estava inserido na organização. À vista disso, após o falecimento do escritor, o seu filho Ricardo Ramos (1992) chega a relatar algumas tentativas para “revisão” do livro, onde o escritor apresenta um discurso altamente político, mas não partidário. Ramos ressalta que a obra foi salva dessa intervenção e, por esse motivo, desagradou aos membros do PCB.

A suposta interferência do partido foi alvo de denúncia em jornais da época. Em entrevista dada ao Jornal Gazeta do Povo, Wilson Martins (2008), reconhecido crítico da literatura produzida pela esquerda brasileira, comenta o episódio em que sugere que o livro original foi adulterado. Consta nos registros digitais do jornal que o jornalista escreveu:

Sabia-se que o PCB exerceu forte pressão sobre a família de Graciliano Ramos para impedir-lhe a publicação, acabando por aceitá-la à custa de cortes textuais e correções cuja verdadeira extensão jamais saberemos. Nas idas e vindas entre a família e os censores do partido, resultaram, pelo menos, três “originais”,<sup>2</sup> datilografados e redatilografados ao sabor das exigências impostas (MARTINS, 2008, s/p.).

O referido jornalista supõe que a última das versões recebeu a autorização para ser publicada, e na confusão de tantos textos “originais”, as páginas escolhidas para

---

<sup>2</sup> MARTIS, Wilson. Minhas relações com José Olympio. Acervo Digital do Jornal Gazeta do Povo. Paraná, 2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/minhas-relacoes-com-jose-olympio-b8ffq7ddcw0ccof2ldybbi32/>>. Acessado em 26 de julho de 2021.

ilustrar os volumes diferiam sensivelmente das impressas, apresentando diferenças referentes ao conteúdo e com erros ortográficos inexistentes na versão manuscrita, erros de pontuação, supressão e acréscimo de palavras. De acordo com o que relata Miranda (2020), escritor do posfácio da obra, Martins chegou a denunciar o fato ao Jornal “O Estado de São Paulo” (1953), ocasião em que alegou ter sofrido diversos ataques por parte dos porta-vozes do partido Comunista.

Miranda (2020) revela que após a publicação da matéria, o filho de Graciliano, Ricardo Ramos, escreveu uma carta ao Jornal “O Estado de São Paulo”, datada em 13 de dezembro de 1953, justificando que as diferenças apontadas por Martins decorriam do próprio método de escrita do pai que, exigente, costumava polir, retocar, reduzir, cortar e reescrever partes de tudo que escrevia incontáveis vezes. A esse respeito disse, ressalta:

Após o original de que nos fala em seu artigo o Sr. Wilson Martins, houve um segundo, também de punho do autor, e um terceiro, a cópia datilografada – tarefa realizada por minha mãe --, que resultou definitivo, ainda com pequenas modificações. São pormenores no processo da elaboração literária que se pretendeu trazer ao leitor e que fugiram à percepção do crítico Wilson Martins, esquecido também de outras emendas que poderia haver e realmente existiram nesse intervalo (MIRANDA, 2020).

As especulações a respeito do tema voltariam na década de 1970, desta vez sob suspeita da filha do escritor alagoano, Clara Ramos, que ao comparar a versão publicada com a original, notou o que chamou de um “empobrecimento literário”. Ela suscita a possibilidade de que ele tenha escrito capítulos alternativos a pedido da editora, porém, não há confirmação a respeito dessa informação (MIRANDA, 2020).

Miranda (2020), ao dissertar de forma mais aprofundada sobre essas questões, relata que ao examinar o datiloscrito, percebe que logo na primeira página houveram interferências do organizador do material para publicação. Segundo ele, o título original “Cadeia” é riscado e substituído por “Memórias do Cárcere”, escrito à mão, com letra que não é de Graciliano. Afirma ainda que, ao pé da página é riscada a data de 1946, início de redação do livro, posterior, na folha que abre a terceira parte ou o terceiro volume, aparece no alto da página observação escrita por Graciliano: “Respeitar a ortografia do autor”.

O escritor do posfácio da obra registra ainda que:

No confronto entre o datiloscrito e a 1ª edição, aparecem supressão de palavras, acréscimos, uso de maiúsculas no lugar de minúsculas, erros tipográficos \_ incorreções que terão um maior ou menor grau de importância para o significado do texto (MIRANDA, 2020).

Diante do reavivamento dessa questão polêmica, integrantes da Editora José Olympio, inclusive o próprio, viriam a público esclarecer a forma de elaboração da obra com vistas a aplacar a controvérsia. Fizeram-no por meio de uma entrevista concedida ao Jornal do Brasil, disponibilizada no acervo histórico digitalizado do jornal<sup>3</sup>. Negaram veementemente qualquer tipo de interferência política, José Olympio ainda asseverou que “O texto datilografado que ele nos entregou foi integralmente respeitado e reproduzido nas quatro edições que fizemos dessa obra monumental que é “Memórias do Cárcere”.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o irmão de José Olympio, Daniel Pereira, esclarece de forma mais detalhada como era a relação da editora com Graciliano Ramos, enquanto escritor. Ainda, lembra Daniel, que o autor escrevia à mão e depois dava os seus escritos a alguém, supostamente a sua esposa para ela os datilografasse. Além do mais, por motivos políticos, ele pediu um cofre para guardar os capítulos na medida em que ficavam prontos, do qual apenas ele tinha a chave. De 15 em 15 dias, aproximadamente, ele trazia os capítulos – sempre datilografados.

Outra pontuação de Daniel é que Graciliano nunca havia entregado os textos manuscritos, apenas as páginas já datilografadas, as quais serviram de original à composição, ressaltando a possibilidade óbvia de que o manuscrito poderia ser diferente do livro, uma vez que não foi considerada como o original. De qualquer modo, pediram algumas páginas manuscritas a seu filho Ricardo e publicaram um texto falando sobre a origem de toda essa controvérsia atual. Wilson Martins, baseando-se na comparação dos textos, levantou dúvidas, totalmente infundadas, sobre a primeira edição que se esgotou em três meses, na segunda, de janeiro de 1954, e nas que se seguiram. Por fim, publicaram o manuscrito e o original datilografado, os quais batiam fielmente com os volumes editados).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Relatos disponíveis no Acervo histórico digitalizado do Jornal do Brasil (edições das décadas de 1930 a 1990). Disponível em < <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acessados em 26 de julho de 2021.

<sup>4</sup> Relatos disponíveis no Acervo histórico digitalizado do Jornal do Brasil (edições das décadas de 1930 a 1990). Disponível em < <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acessados em 26 de julho de 2021.



Tais informações, fornecidas por Daniel Pereira, de fato são ilustrativas do modo de escrita de Graciliano. Uma das curiosidades a respeito do seu processo produtivo era justamente o fato de escrever sempre à mão e transferir a outrem o processo de datilografia, além de retocar e reorganizar o texto com um nível de exigência além da normalidade. O modo como ele se referia, por exemplo, à constituição de “Angústia” e que fica registrado em “Memórias do Cárcere” deixa isso bem claro. Ele expressa um sentimento de grande insatisfação com seus escritos, como se pode verificar:

A publicação do romance me parecia leviandade. Havia nele muito defeito, eram precisos cortes, emendas sem conta. Sem falar em mutilações e enganos infalíveis, cometidos pela datilógrafa. Indispensável examinar, rever tudo, comparar o original à cópia. Certas passagens desse livro não me descontentavam, mas era preciso refazê-lo, suprimir repetições inúteis, eliminar pelo menos um terço dele. Necessário meter-me no interior, passar meses trancado, riscando linhas, condensando observações espalhadas (RAMOS, 1984, p. 416).

De fato, o processo criativo para Graciliano era um exercício obsessivo de autorreflexão textual. Havia em cada excerto literário uma característica de lucidez na escolha dos procedimentos narrativos e rigidez ante ao que ele produzia. É o que também se revela quando ele relata sobre o empobrecimento literário atinente as produções do seu tempo, sobretudo, no contexto da cadeia.

De alguma forma nos acanalhamos. Por que foi que um dos meus livros saiu tão ruim, pior que os outros? Pergunta o crítico honesto. E alinha explicações inaceitáveis. Nada disso, acho que é ruim porque está mal escrito. E está mal escrito porque não foi emendado, não se cortou pelo menos a terça parte dele (RAMOS, 1984, p. 5).

De mais a mais, é a partir do que é apresentado no prefácio de “Memórias do Cárcere”, escrito por alguém que conhecia Graciliano profundamente, que se faz possível compreender que a autocobrança excessiva e desagrado diante de tudo que escrevia era, na verdade, um traço de sua personalidade. Não seria, portanto, surpreendente que houvesse diferenças tão profundas entre uma versão e outra do seu livro, dadas as modificações e retoques feitos pelo próprio autor. Por isso, as polêmicas sobre a autenticidade de suas obras e corroborando com a versão de Olympio e Pereira, Adalardo Cunha, revisor da segunda edição da obra e citado por

Miranda (2020), atesta todas essas considerações acerca do rigor de Graciliano quanto à sua escrita. Relata:

Graciliano Ramos, rigoroso como todo mundo sabe, era um sofredor do estilo, e mais ainda com *Memórias do Cárcere*, obra à qual se dedicou com rigores ainda maiores. Sempre retocava alguma coisa no texto datilografado, lia, conversava, trancava no cofre e ia embora. Exigia que se respeitasse inteiramente as regras ortográficas de 1931 – e tinha horror à revisão – escrevia diretor, reação, e assim por diante. Ninguém jamais tocou no texto datilografado a não ser ele, e o espaço entre a morte e a edição foi o tempo necessário para compor o livro (CUNHA apud MIRANDA, 2020).

Percebe-se, portanto, que não há unidade de pensamento a respeito desse assunto, ficam apenas as percepções de um, atreladas às poucas informações que se têm. Seria uma armadilha dizer que a discussão sobre a falsificação suscitada por Martins vem desprovida de documentos que respaldam as alegações, visto que estamos nos referindo a um período em que muitas provas foram destruídas e isso pode ter acontecido. Todavia, pode-se afirmar que, em vida, embora filiado ao PCB, Graciliano Ramos buscou manter uma autonomia em relação ao seu discurso partidário com intuito de construir uma obra crítica, mesmo inserido no contexto de uma política cultural maniqueísta que colocava artistas e intelectuais em polos inconciliáveis em relação ao campo político.

Moraes (1992) explica que, em função da influência do contexto internacional, marcado pelo enrijecimento dos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, os escritores de ideário Comunista deveriam relegar a arte a um segundo plano, focalizando a escrita na conscientização das massas. Dessarte, o se apreende de “*Memórias do Cárcere*” é que Graciliano não objetivava utilizar o livro como meio de doutrinação política, inclusive, desculpa-se nos capítulos iniciais por ser um “*revolucionário chinfrim*”, incapaz de organizar-se conjuntamente. Certificamos isso na passagem a seguir:

Se todos os sujeitos perseguidos fizessem como eu, não teria havido uma só revolução no mundo. *Revolucionário chinfrim*. Desculpava-me a ideia de não pertencer a nenhuma organização, de ser inteiramente incapaz de realizar tarefas práticas. Impossível trabalhar em conjunto (RAMOS, 1984, p.37).

Ao mesmo tempo que Graciliano relata essa passagem, tinha consciência de que a sua escrita era necessária, de que as suas “fracas armas de papel” precisavam ser manejadas para que a perseguição que culminou na sua prisão e de tantos outros homens por motivações políticas não fosse apagada com o transcorrer do tempo. A sua obra é a expressão de um silêncio de alguém que procura ser ouvido, uma voz emudecida em busca de ecoar a voz de outros indivíduos por meio de escuta e observação atentas. Ressaltou sobre isso: “Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas em que a sociedade os prendeu. A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados (RAMOS, 1984, p.7). Como vimos, os escritos de Graciliano Ramos são marcados por inúmeras interações que o marcam enquanto escritor e como um preso politizado.

Em suas narrativas, Graciliano decide por alguns momentos resguardar ao anonimato alguns dos indivíduos com quem dividiu os dias no cárcere, sobretudo, e é importante dizer, porque apesar da atenuação dos horrores no cenário político, o governo de Getúlio Vargas ainda ocupava o poder. Além do mais, o romancista não se via diante de um período de plena liberdade, sendo possível que, motivado por aspectos como esse, o escritor tenha decidido tratar alguns dos seus “personagens” com pseudônimos, movido pelo medo de comprometê-los diante de um futuro que ainda era incerto. É interessante pensar que o autor tinha instrumentos para identificá-los, mas optou por não o fazer, em grande parte do tempo, de modo que não há como identificar quais os nomes que foram mantidos fielmente.

Nos dias que antecederiam a saída da prisão (embora ainda não soubesse que estava prestes a sair), Graciliano utilizou o espaço em branco do livro “Usina,” presente de José Lins do Rego, como meio para recolher assinaturas dos companheiros de cadeia, as quais viriam a ser denominadas em seu livro de memórias como “autógrafos” e assim justifica: “Perdidas as notas, essas letras me avivariam recordações mais tarde” (RAMOS, 1984, p. 576).

Não há como ser preciso a respeito da proporção de nomes originais e características que Graciliano manteve ou desfez-se dos seus companheiros, pelas razões já enumeradas. Mas o fato é que essa lista, sem dúvidas, teve grande valia para o escritor que, mesmo sob subterfúgios, fez constar nas páginas do seu livro os “personagens”. Foram duzentos e trinta e sete assinaturas ao longo da obra, segundo levantamento citado por Moraes (1992, p. 218). Dentre tantas curiosidades acerca do

contexto que antecedeu a elaboração de “Memórias do Cárcere”, as assinaturas que o autor separou dos companheiros em listas foi, certamente, visando facilitar o processo de escrita. Essas listas compõem o Arquivo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e não foram disponibilizadas no formato digital.

A partir de um estudo analítico a que se debruça a Professora de Literatura Brasileira da Unicamp, Daniela Birman, no artigo “Memória, Ficção e Imaginação na Escrita da Cadeia: Apontamentos sobre um Manuscrito de Graciliano Ramos”, há cinco relações de nomes que compõem a listagem: as duas primeiras listas levam em consideração o lugar de onde vinham os “personagens”. A primeira, “Alagoas”, demarca o ponto de partida e supostamente, já que no livro ele utiliza codinomes para definir alguns dos seus companheiros, equivale ao que serve de referência para ilustrar na narrativa a convivência com homens, como Capitão Mata, Sebastião Hora, presidente da Aliança Nacional Libertadora de Alagoas, o advogado Nunes Leite, José Macedo, Manuel Leal, Lauro Lago, dentre outros enumerados, aos quais o autor se refere ao relatar esse momento inicial de aprisionamento.

De mais a mais, além do capitão Mata e de Manuel Leal, três figuras alagoanas, são citados, Vicente Ribeiro, rapaz franzino, cabo do 20º Batalhão de Caçadores; Benon, negro esgalgado, risonho, de voz estridente; Ezequiel Fonseca, louro, míope, de óculos. Parece que este último tivera a ideia infeliz de se meter numa cooperativa – e isto o marcara aos agentes da ordem como elemento pernicioso (RAMOS, 1984, p. 204). Já na segunda lista, havia uma indicação de procedência escrita no topo da página: “Rio-Grande-do-Norte”. Pela ordem da listagem e da construção da narrativa, os “autógrafos” correlacionam-se às relações construídas no Navio Manaus, quando Graciliano sente pela primeira vez o desespero proporcionado pelo cárcere e o aviltamento moral cede lugar à degradação física (Birman, 2015).

Em diálogo, Ramos (1984) pergunta aos companheiros: “Donde vêm os senhores? (Tinham embarcado no Rio Grande do Norte...) \_\_ mas não somos Comunistas... \_\_ Perfeitamente” (RAMOS, 1984, p.169). Ainda, na obra, aparece a listagem dos nomes dos companheiros do Rio Grande do Norte autor descreve pormenorizadamente as características de cada um deles. Assim relata:

Também conheci diversos rio-grandenses. O estivador João Francisco Gregório, robusto em demasia, construção de torre,

deslocava-se devagar; pachorra imensa na voz, nos gestos, longa desconfiança nos olhos astutos. Concordava facilmente com as coisas mais absurdas: — “An! Bem!” Na cidade o julgariam tolo. Quem tivesse observado as manhas dos mestiços nordestinos logo lhe perceberia a dissimulação. Paulo Pinto, ex-cabo de polícia, cafuzo sífilítico, era especialista em sambas. Epifânio Guilhermino, terrivelmente sério, falava baixo e rápido, sublinhando com movimentos de cabeça afirmações categóricas, sem pestanejar. Ferido em combate, ficara meses entre a vida e a morte; uma bala o atravessara, deixando-lhe duas cicatrizes medonhas, uma na barriga, outra nas costas. Livrara-se por isso do espancamento. E restabelecido, até gordo, ali se achava, em companhia da mulher, apanhada a mexer num fuzil-metralhadora. Havia um cabra de Lampião entre nós. Chamava-se Euclides e não tinha nada de cabra: um sertanejo vivo, alourado, notável desempenho em todo o corpo, olho de gavião. Depois do beato José Inácio, apareceu-me um espírita, Sebastião Félix, pessoa incolor. Guardo a vaga lembrança de que era baixo, moreno e usava óculos escuros, mas não estou bem certo disso: sei apenas que se exercitava nas preces e na invocação das almas do outro mundo. Nem ali, no infecto desvão, essas criaturas de sonho o abandonavam. A queimadura de Gastão, horrível, destruíra a pele numa parte do rosto e no pescoço, talvez houvesse lesado músculos. Por isso a boca se repuxava num riso constante e inexpressivo. Havia um estudantinho de preparatórios, João Rocha, mulato, franzino, inconsequente, falador; um chauffeur doente, Domício Fernandes, que não aguentaria aquela vida; um pequeno dentista, Guerra, petulante, de bigodinho. Ramiro Magalhães era uma criança estouvada e ruidosa, a quem tinham conferido insensatamente o cargo de prefeito de Natal. Esse disparate indicava bem que a sedição não representava de fato nenhum perigo (RAMOS, 1984, p.206).

É possível perceber que, se as perdas das notas impediram o autor de detalhar mais precisamente aquela vivência, a relação de nomes permitiu que ele conservasse as referências afetivas capazes de lhe nortear quanto à organização dos fatos depois de um lapso temporal tão extenso.

No tocante às demais listas de assinaturas, elas são organizadas do mesmo modo que “Memórias do Cárcere” em sua primeira edição, ou seja, em conformidade com os locais de aprisionamento do escritor: primeiro, “Pavilhão dos Primários”, na Casa de Detenção; posteriormente “Colônia Correccional”, que diz respeito à prisão na Ilha Grande; e por fim, “Sala da Capela”, na Casa de Correção.

Quanto à última relação, intitulada de “vocabulário de malandros”, supõe-se que, pelo que sugere o próprio nome, se referia ao linguajar peculiar dos ladrões e outros presos comuns com quem ele fez amizade na prisão, a exemplo do gaúcho e o cubano. Essa especulação é possível, mesmo sem acesso ao documento original,

porque em alguns momentos no desenrolar do texto o autor chega a descrever certa dificuldade de compreensão sobre o que eles falavam, pelo excesso de gírias.

Cabe lembrar mais uma vez que as listas não estão datadas e não há nelas referência do lugar onde foram escritas, portanto, há apenas suposições de que a sua elaboração tenha ocorrido no último lugar onde o romancista esteve preso, ou seja, na casa de Correção. Isto porque, assim como ele se desfez das demais anotações na Colônia, em um episódio de medo, se já tivesse em posse das assinaturas naquele momento, certamente também teria se livrado delas para não comprometer seus companheiros de cadeia. Fato é que, mesmo diante da inexatidão destes fatos, esse acervo de memórias serviu como instrumento de elaboração e de transmissão da experiência coletiva do cárcere. Sendo assim, percebe-se que os documentos citados estão entre as maiores referências utilizadas no contexto de elaboração do livro.

Ao se aproximar da morte, decerto, o autor busca colocar a termo as suas memórias para torna-las vivas – as lembranças ainda latentes na sua existência, mas que de outro modo, morreriam. Seria esse, portanto, o elemento delimitador do processo de escrita. É assim que Graciliano revive o passado: com a perspectiva do presente. Em cada capítulo da narrativa existe a personalidade do sujeito Graciliano Ramos impressa, há contrastes e sentimentos ocultos que vêm à tona. Vivendo a experiência coletiva, ele vai se descobrindo enquanto ser político e compreendendo a necessidade de se tornar um sujeito ativo na construção das transformações políticas.

Ele é o sujeito que enuncia em carne viva a violência desmedida do poder, mas ao mesmo tempo, o homem que se posiciona às margens para enxergar a realidade sob uma visão ampliada, e teima em manter-se a despeito de tudo, livre, independente e fiel a si mesmo.

### **1.3 O sujeito oculto e o seu testemunho**

Durante os primeiros dias na prisão, Graciliano busca escrever sobre a experiência em um diário. Ao lançar-se sobre a tarefa, constatou que não havia ali questões substancialmente significativas para serem redigidas com tamanha habitualidade. Deste modo, passou a elaborar anotações pontuais apenas sobre os fatos mais relevantes. Ocorre que, na medida em que o rigor e a vigilância do sistema prisional foram se intensificando, o medo também se tornou maior e, por isso, ele decidiu se desfazer das notas, lançando-as no mar. Se as anotações guardavam

registros de fatos mais específicos, a escrita livre, por sua vez, decorreu de um processo de rememoração e evocação do passado que contribuiu para que o autor pudesse extrair da sua vivência as angústias comuns aos encarcerados, expondo a experiência do encarceramento através de outros pontos de vista.

Como anuncia Miranda (2020), no posfácio da obra:

[...]na tessitura de vozes revividas, no encontro emocionado com o outro, não se trata de eternizar o passado, mas de confrontá-lo com o presente e inocular a própria mobilidade deste no narrado, reinventando com as imagens arbitrárias da memória e da imaginação a trajetória comum de vida percorrida (MIRANDA, 2020, n.p.).

A escrita de Graciliano percorre esse trajeto de resgate da memória, de onde resultam as idas e vindas, incorreções, interrupções, a confusão das lembranças e os vazios mentais.

Graciliano iniciou o processo de elaboração de “Memórias do Cárcere” dez anos após a saída da prisão, quando já estava convalescendo, e por esse motivo, não conseguiu finalizá-la. Se escrever os capítulos finais foi penoso, como é possível supor em razão do frágil estado de saúde do autor, o livro evidencia que o início da escrita também o foi. O transcorrer do tempo, o apagamento das lembranças, tudo se apresentava como um obstáculo, consoante dita a narrativa. Na verdade, mesmo na prisão, o autor já vinha demonstrando uma profunda indisposição e, somado a isso, lhe atormentava o receio de distorcer a história dos homens com quem compartilhou a experiência do aprisionamento.

Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 1984, p.3).

Embora o exercício da escrita tenha se desenvolvido de forma lenta e depois de longo intervalo de tempo, no manuscrito de 1937, o autor demonstra acurada consciência acerca dos empecilhos e obstáculos com os quais teria que lidar na elaboração do livro. Certo é que tempos depois, as oposições foram enumeradas no manuscrito e reafirmadas em “Memórias do Cárcere”: a perda das anotações; a

indisposição e a falta de concentração; a escolha pelo uso da primeira pessoa do singular no seu relato; o esforço em compreender seus companheiros com personalidades tão distintas da dele; e diante desses aspectos, a dúvida com a qual deu início ao texto:

Serei capaz de arrumar direito no papel os fatos estranhos que se passaram comigo nesses onze meses de sofrimento? Acho que não sou capaz. Por isso hesitei muito tempo e agarrei-me a pretextos mais ou menos fúteis. (RAMOS, 1937, n.p).

Graciliano se via diante de um impasse, de um lado sentia-se inapto para redigir suas impressões e memórias, também se dá conta, já em 1937, que não conseguiria se livrar das lembranças da vivência na cadeia.

[...]o material que desejava aproveitar existia ainda, existia sempre na minha memória, era um tesouro que eu queria guardar com avareza, mas um tesouro de podridões. [...] Era necessário trazê-lo para cima, sujar as mãos naquelas imundícies [...]” (RAMOS, 1937, n.p).

O fato de ter as recordações tão vivas e reais impunha-lhe o sentimento de dever da escrita ao mesmo tempo em que o remorso frente ao estado de apatia e impotência em que se encontrava naquele momento de enfrentamento do vazio, como ele próprio define na obra. Posto isso, no desenrolar da escrita, Graciliano explica que o receio de cometer indiscrições ao exibir publicamente as pessoas que com ele convivera foi suplantado pelo distanciamento de alguns companheiros e pelo incentivo dos que haviam permanecido próximos. Apesar disso, o escritor não se achava a pessoa mais apropriada para o ofício e deixa isso evidente no capítulo inicial do livro:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos — e, antes de começar, digo os motivos por que silencieei e por que me decido. Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas e, assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada dia mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela (RAMOS, 1984, p.3).

É importante trazer à tona mais uma vez, e isso fica claro não apenas neste livro em específico, que o fazer literário para o romancista sempre foi pungente. Ele



era inexorável em sua autocrítica e insaciável ante o que produzia. Consoante expunha Sodré, amigo íntimo e escritor do prefácio de “Memórias do Cárcere” (1984):

Graciliano era um trabalhador lento e difícil, incontentável. Não só escrevia pouco e através de longas pausas, como corrigia impiedosamente, jamais se contentava com o texto que lançava em primeira mão (SODRÉ apud RAMOS, 1984).

Certamente, o tempo que foi gasto na construção da obra permitiu a impressão das experiências mais marcantes e talvez esse polimento tenha contribuído para torná-la tão realista. A adjetivação dos personagens, assim como a descrição pormenorizada dos lugares, rituais e sons aproximam o leitor da vivência ali explicitada.

#### **1.4 O tempo e o espaço na narrativa**

Graciliano Ramos desenrola o texto de “Memórias do Cárcere” com notável riqueza de detalhes. Já no capítulo inicial, ele expõe a sucessão de acontecimentos que desencadearam a sua demissão do cargo de diretor da Instrução Pública alagoana e que posteriormente culminaram na sua prisão. Os avisos antecipados de que a polícia em breve chegaria para capturá-lo, a decisão de não empreender fuga, a fala da vizinha que o aponta como comunista por ter proibido a execução do Hino Nacional nas escolas, a maleta com poucas peças de roupa, a prisão, a vergonha e a calma que chega a parecer inverossímil diante dos acontecimentos. Tudo fica costurado na obra com riqueza de detalhes, sem hipérboles ou eufemismos.

Graciliano não buscou trazer na narrativa o retrato de um Brasil assemelhado à Alemanha ou à Itália. Antes, descreveu os acontecimentos em conformidade com as suas percepções e lembranças, reforçando, assim, de maneira pontual a atuação do Estado, refletindo sua autocrítica. Além disso, parece buscar assumir a sua parcela de culpa por ter demorado tanto tempo para iniciar o processo de escrita.

Ele afirma que:

[...] certos escritores se desculpam de não terem forjado coisas excelentes por falta de liberdade – talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer (RAMOS, 1984, p.4).

Em outra passagem, reforça:

Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato, ele não nos impediu de escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (RAMOS, 1984, p.4).

É inevitável que o leitor se questione como um homem, que perdeu o emprego em razão de acusações infundadas, foi preso, conduzido de um lugar para o outro sem aviso e sem o devido processo legal, que experimentou as vicissitudes do sistema prisional, pode ter conservado tamanha sobriedade ao relatar a experiência vivida. Ocorre que, Graciliano Ramos dedicou a vida a escrever asperezas, sem enfeitar a realidade. Foi assim em *Angústia* (1936), em *Infância* (1945) e em *Vidas Secas* (1938) e não teria como ser diferente em um livro de memórias destinado a tratar da experiência da prisão. A emotividade nunca foi um traço característico das suas narrativas e isso pode ter sido reflexo da sua própria personalidade e trajetória, já que ele se definia como um indivíduo áspero e não afeito a sentimentalismos.

Graciliano vai além da narrativa biográfica, ele propõe uma abordagem reflexiva quando discorre sobre as arbitrariedades praticadas pelos agentes repressivos do Estado, quando reproduz fatos que evidenciam as mazelas do sistema prisional, a violência e a incerteza sobre o destino que lhe seria dado na prisão. É na condição de autor, narrador, personagem e testemunha que Graciliano utiliza-se do texto como denúncia e contestação e fornece elementos capazes de questionar a ideologia oficial do estado autoritário e a memória do Estado Novo à medida que oferece uma versão antagônica em relação à memória oficial varguista.

A respeito dos aspectos de constituição da obra, que o sujeito da escrita não é o mesmo personagem e narrador da enunciação. São sujeitos distintos, marcados por características distintas, mas que dialogam entre si. Como dito anteriormente, o livro segue o mesmo padrão estrutural do manuscrito. A seção “Viagens” descreve o trajeto percorrido pelo romancista desde a demissão do Serviço Público até o alojamento onde ficou recolhido na condição de preso político.

Em sua primeira transferência, o escritor foi conduzido ao 20º Batalhão, mesmo local para onde foi levado em 1930, quando capturado na iminência de participar de uma ofensiva contrarrevolucionária. Ali, permaneceu até o dia seguinte

quando foi transferido para Recife, mais precisamente para o Forte das Cinco Pontas. Essa é uma parte do texto que se desenvolve de forma mais lenta e descritiva, vez que envolve mudanças sucessivas de acomodação para preservar certos privilégios ainda assegurados a alguns presos distintos pela posição social que ocupavam, dentre eles, Graciliano Ramos.

Nesses relatos iniciais os primeiros contrastes em relação à vida em liberdade se apresentam, e, talvez, pela forma como narra o autor, o maior deles tenha sido a confusão mental que não lhe permitia se concentrar nas tarefas mais banais. Assim, cai por terra a ideia inicial do escritor que acreditava que os dias em isolamento poderiam ser propícios para a escrita de um novo livro. Na viagem em direção a Recife, toma conhecimento da prorrogação do Estado de Guerra e sobre a prisão de Luiz Carlos Prestes, o que lhe faz supor que, com o endurecimento da ditadura, o seu encarceramento demoraria mais do que supunha.

É interessante, ainda, notar que nos primeiros capítulos dessa seção, o autor se expressa e organiza o seu texto por meio de marcações temporais. Ele utiliza expressões que delimitam essa percepção do tempo como: “no começo de 1936”, “era 3 de março”, “por volta das 10 horas”, porém, logo a rotina da prisão toma o lugar dessas especificidades e ele abandona a definição dos dias, meses e horas.

Observa-se, a princípio, que o romancista, que se via fatigado e profundamente indisposto para a escrita, recebeu a notícia da primeira transferência com ânimo, mesmo sem saber seu destino. Em sua visão, teria a oportunidade de observar fatos e pessoas que despertar-lhe-iam curiosidades e a criatividade. Ao chegar no Forte e perceber os ritos e solenidades militares, logo concluiu que aquele seria o local do seu interrogatório e onde lhe seriam apresentadas as provas justificadoras da prisão. Estava equivocado, todavia. O tratamento dispensado aos presos até aquele momento assegurava a observância de garantias mínimas atinentes a alimentação, acomodação, higiene e transporte. Em outros termos, eram tratados como sujeitos detentores de direitos:

Obrigavam-nos ao repouso, impossibilitavam-nos qualquer ação considerada prejudicial à ditadura. Só. Injustiça dizer que procediam duramente conosco. Tratavam-nos até muito bem. Excetuando-se a ameaça de fuzilamento, reduzível, com esforço e boa vontade, a um conselho enérgico, fórmula viva para nos reeducar, tudo corria numa chateação razoável (RAMOS, 1984, p. 122).

Alguns aspectos da obra, inclusive, dão conta de evidenciar que tanto em Maceió, quanto em Recife, o romancista foi recebido com distinção, certamente pelo fato de ser um intelectual e amigo de intelectuais influentes. Colhe-se tais fatos, da viagem de trem onde ele foi colocado na primeira classe; da descrição da preocupação do Sargento para acomodá-lo em local adequado, que por isso decide ceder os seus aposentos; da cordialidade do Comandante que checa a condição da sala onde Graciliano foi instalado e se desculpa pela qualidade da comida; da insistência de um Capitão para que utilize o banheiro dos oficiais e não dos sargentos. Todas essas questões evidenciam um tratamento excessivamente cortês que presumivelmente não seria destinado a qualquer outro detento anônimo. O romancista se dá conta disso quando percebe o desconforto de oficiais, em Recife, na busca de um local adequado para recolhê-lo. Depois de idas e vindas injustificadas e de ouvir frases rápidas e indefinidas, ele entendeu que estava recebendo um tratamento especial. Assim, conclui:

[...] não se procurava uma cela, mas uma determinada espécie de cela. No papel que nos dava ingresso estávamos classificados, etiquetados, e só nos poderíamos recolher a local previamente estabelecido (RAMOS, 1984, p.63).

Graciliano, que se reconhecia como um grande pessimista, sabia que as condições poderiam ser modificadas a qualquer momento. Amedrontava-lhe o fato de que, quando isto acontecesse, certamente não resistiria às circunstâncias desfavoráveis. Nesse sentido, expôs:

[...]também era presumível que, deixando-me na superfície algum tempo, quisessem dar-me um súbito mergulho nas profundidades, submeter-me a variações dolorosas[...] Numa perseguição generalizada, éramos insignificâncias, miudezas supressas do organismo social, e podíamos ser arrastados para cima e para baixo, sem que isto representasse inconveniência (RAMOS, 1984, p.108).

Mais tarde, a hipótese aventada pelo autor pareceu confirmar-se, embora não seja possível dizer que na modificação operada tenha havido um desígnio. Fato é que, depois de quinze dias preso em Recife, o romancista foi transferido para o Rio de Janeiro com outros detentos a bordo no Navio Manaus.

Ele revela que logo ao chegar foi recebido com uma espingarda apontada para a cintura, precisou lidar com a temperatura elevada da caldeira, o cheiro forte de

amoníaco, a imundície da lama formada por urina e vômito; o ar escasso que, segundo ele, tornava a simples respiração um dano recíproco. Além disso, passou a dividir um espaço limitado com um amontoado de homens e mulheres acusados de crimes diversos (RAMOS, 1984, p.145-146). Foi então que Graciliano começou a perceber que as “prerrogativas bestas de pequeno-burguês” tinham cessado (RAMOS, 1984, p.32).

A parte mais rica de detalhes da narrativa está também situada nesta seção, em que o autor dispõe sobre os dias em que é transportado no porão do navio. Nela, ele passa a descrever as sensações impostas sobre o corpo e sobre a mente com inúmeros adjetivos. O caráter destes capítulos é de tamanha descrição que torna o contexto narrado extremamente realista, fazendo com que o leitor se imagine diante daqueles cenários, ouvindo os barulhos descritos, sentindo os odores, as sensações e a indignação diante dos abusos ali perpetrados.

É também no Navio Manaus que ele escuta os primeiros relatos acerca da tortura praticada sobre presos políticos próximos e percebe o medo dos companheiros em relação aos seus pares, amparado pela ideia de que estavam entre espões e precisavam manter-se em estado de vigilância constante.

Depois da longa viagem a bordo do navio, ao chegar à “Casa de Detenção”, no Rio de Janeiro, o romancista é alojado no “Pavilhão dos Primários”, onde permaneceu por um período aproximado de três meses. Um dos fatos mais marcantes da curta passagem do escritor, também revelador das crenças difundidas naquele período, diz respeito a pressão exercida para que ele se declarasse como pertencente a uma religião específica, mesmo não tendo religião.

O “Pavilhão dos Primários” é demarcado como um espaço coletivo de aprisionamento onde os presos políticos perdem definitivamente as referências de tempo.

É importante destacar, a respeito deste aspecto, que o passar do tempo na cadeia é, por si, uma experiência diferente. Trata-se de uma situação em que o sujeito se despoja do seu tempo livre para experimentar o tempo de preso, no qual passa a relativizar gostos, cheiros e acaba no limite da vivência prática, relativizando a sua própria condição humana. Tal aspecto evidencia como a prisão é utilizada como instrumento de destruição da subjetividade dos sujeitos, questão que será abordada mais detidamente no último capítulo do texto.

É assim que, no “Pavilhão”, Graciliano mergulha em profundas reflexões acerca da sua utilidade, dos rumos que a sua vida tomaria quando alcançasse a liberdade e qual seria a sua ocupação no mundo tomado pela ditadura. Esse sentimento de inutilidade e apatia permanece, mesmo nos anos que sucedem a saída do cárcere. É relevante mencionar que, naquele local, a atmosfera causada pela possibilidade de uma nova transferência era de medo. Um medo que se revelava em decorrência dos relatos dos presos que haviam regressado e expunham a experiência do horror na Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande.

Percebe-se pela leitura de “Memórias do Cárcere” que ser transferido para a Colônia era o maior temor de todos os encarcerados, tanto que os momentos que sucediam a leitura das listas que ditavam os nomes dos presos que seriam transferidos eram de choro e desespero. Os mais esperançosos buscavam consolar os convocados afirmando se tratar de ordem de libertação, já que o ritual não informava a finalidade das listas.

Durante os dezoito dias em que permaneceu na Ilha Grande, Graciliano presenciou inúmeras atrocidades. Foi segundo ele, onde perdeu o pouco de dignidade que ainda lhe restava. Viu-se obrigado a conviver com as mucuranas, que, segundo narra, deixavam feridas em carne viva e que não podiam ser combatidas nas condições de higiene em que se encontrava o local, teve que fazer suas necessidades fisiológicas em uma sala com buracos no chão e ali, também presenciou um indivíduo com uma ferida aberta jorrando sangue, implorando, durante dias seguidos por uma injeção de morfina até que a dor o matasse. Em nenhuma outra situação relatada pelo autor, o sentimento de perda da humanidade fez-se tão presente como diante da morte de um dos companheiros, situação em que o cadáver foi retirado em cima de uma tábua, embrulhado e jogado fora sem quebra de rotina.

É também ali que Graciliano é retirado do contexto da prisão com presos políticos e colocado em contato com presos comuns, quando começa a notar os sinais de insensibilidade extrema em homens que julgava destituídos do sentimento de humanidade e empatia. Em virtude disso, ele passa a se autoquestionar acerca dos seus próprios sentimentos e a sua imagem.

Nesta seção do livro não há o mesmo detalhamento que pode ser percebido quando o autor discorre sobre o “Navio Manaus” ou até mesmo quando se refere ao “Pavilhão dos Primários”. A descrição da Colônia não tem a precisão dos traços apontados nos demais locais de aprisionamento, mas ainda assim retrata o

enrijecimento da violência estatal. Graciliano, sob esse espectro, é um homem sem perspectiva, agora tomado pelo medo de quem se dá conta de que “estava ali para morrer” e ouve tal sentença com todos os termos, expressa por um general: “Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer (RAMOS, 1984, p. 467).

O medo naquele local obriga o escritor a dissimular sentimentos, fingir obediência, disfarçar a exaustão e mesmo quando não consegue exercer suas funções por estar doente e é dispensado do trabalho forçado, é acometido por um profundo sentimento de culpa em razão do tratamento distinto a ele conferido.

Transferido de volta para o Rio de Janeiro, Graciliano foi conduzido à “Casa de Correção” no Complexo Penitenciário da Frei Caneca, o que marca a quarta e última seção do livro. Neste espaço, o processo de arrefecimento das vontades que vêm se mostrando gradualmente chega ao ápice. Graciliano se revela alheio diante de quase tudo que presencia. Ele perde completamente a percepção temporal e o espaço também parece não ter mais relevância. Já no primeiro capítulo, o autor afirma que “o tempo deixara de existir” (RAMOS, 1984, p.14).

A “Casa de Correção” é também um lugar onde se constata um clima carcerário mais tranquilo. De acordo com a narrativa, o ambiente, assim como pratos, panelas e talheres eram limpos, as condições de vigilância eram mais brandas, o que lhe possibilitava receber visitas.

Ali, Graciliano tomou conhecimento sobre as ações que estavam sendo empreendidas pelos amigos nos meios político, jurídico e artístico com vistas a libertá-lo, ações às quais o romancista julgava como levianas e arriscadas diante do estado das coisas que estava constituído.

Ao receber um bilhete e tomar conhecimento por meio da sua esposa, sobre uma dedicatória escrita por José Lins do Rego em sua homenagem, ele expõe:

Diga a José Lins que deixe de ser burro. Dedicar-me o romance quando eu estava na Colônia foi temeridade, não valia a pena arriscar-se. E enviar bilhetes é doidice. Se ele quiser falar comigo, mande um recado por seu intermédio. Coisa verbal, nada de escrita. Pedacinhos de papel como este, caindo em certas mãos, trazem uma pessoa para cá. E não nos interessa a companhia de José Lins (RAMOS, 1984, p.315).

O temor maior de Graciliano era que os representantes do governo determinassem a prisão dos amigos como um meio de silenciá-los: “iam talvez chamá-los à delegacia para esclarecimentos, depois enviá-los à Casa de Detenção. Em segredo, com certeza: os jornais guardariam silêncio” (RAMOS, 1984, p. 616). Para o aprisionado, só quem nunca havia experimentado as privações, a dor e a desumanização do cárcere poderia se arriscar da forma como seus companheiros estavam fazendo.

Nesta última seção, há, ainda, o registro de uma das passagens mais dramáticas da obra e que revela o estado de apatia em que o escritor se encontrava. Trata-se do relato da noite em que Olga Prestes e Elisa Berger são entregues à Gestapo.

Segundo narra no livro, desde os primeiros rumores de que as prisioneiras seriam levadas para a Alemanha o clima foi de exaltação e protesto na prisão. Ele, no entanto, permaneceu alheio e em silêncio supondo que o destino das prisioneiras já estava determinado pelo governo.

Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. Iriam a semelhante miséria? A exaltação dominava os espíritos em redor de mim. Brados lamentosos, gestos desvairados, raiva impotente, desespero, rostos convulsos na indignação. Um pequeno tenente soluçava, em tremura espasmódica: - Vão levar Olga Prestes (RAMOS, 1984, p.404).

O final trágico dado a elas foi descoberto pelo autor de "Memórias" e pelos outros detentos pouco tempo depois. De certa forma, para os homens e mulheres que ali se encontravam, incertos do destino que lhes seria dado pelo Estado, era um precedente capaz de inquietar os ânimos e aprofundar o medo.

Por fim, a “Sala da Capela”, para onde o prisioneiro político foi levado já nos últimos dias de prisão, é um lugar de reencontro com companheiros e, provavelmente, o local onde foram recolhidos os “autógrafos” que compõem as listas utilizadas como referências para a escrita do livro. Aparentemente, e isso se pode perceber com o relato do autor, a apatia, o desânimo e a indiferença neste local se estende a todos os sujeitos, agora, completamente arruinados.

Em um determinado momento, alguns presos mostram-se empolgados ao receberem notícias sobre a Guerra Civil Espanhola, mas, Graciliano Ramos não é afetado por este estado de otimismo momentâneo. Com a saúde debilitada, recebe cuidados especiais da polícia, dos agentes do presídio e permanece boa parte do tempo



isolado e deprimido, incrédulo e pessimista em relação a qualquer mudança no cenário político. Nessas condições que a sua escrita no livro se encerra.

### **1.5 A narrativa como denúncia**

Os relatos contidos em “Memórias do Cárcere” transpõem a experiência singular vivida por Graciliano Ramos e revelam-se como denúncia não apenas de um sistema carcerário, mas também de um processo gradativo de desumanização decorrente de políticas de assujeitamento dos indivíduos a uma ordem autoritária, cujas ações de coerção e repressão se deram pelo uso de violência.

Historicamente, os processos de tomada do poder ocorrem às custas do sangue de muitas vítimas que são apagadas pela história, e, esse apagamento, em muito, se deve ao fato de que historiadores continuam a privilegiar arquivos que contém vestígios de um passado conservado pelo Estado. Foucault, atento a essas significações, sustenta que “a linguagem e o discurso funcionam de acordo com rituais que garantem poder” (FOUCAULT, 2012. p.41). De fato, não há como negligenciar que o discurso oficial propagado pelo Estado é articulado para garantir a manutenção de uma hegemonia, de domínio e de subjugação.

A literatura, assim, apresenta-se como externalização de subjetividades e fonte criativa capaz de conduzir à descrição de realidades diversas. A memória é, também, um campo de disputas políticas, à medida que sofre as influências do contexto social. Também decorre de um processo singular e subjetivo que permite o alargamento de visões de mundo quando externalizada.

Sob esta ótica, a escrita de “Memórias do Cárcere” fornece concretamente elementos que tornam o passado suscetível de ser explorado e historicizado. Mais do que isso, à medida que considera a dor e o sofrimento inerente a um período traumático, aponta para a possibilidade de uma empatia crítica, que busca dar rosto e voz às memórias que vão sendo apagadas. A obra constitui-se numa forma de questionamento da historiografia oficial, uma vez que “abre sulcos de tensões sociais e políticas muitas vezes não revelados e aponta novos olhares à sociedade e ao próprio ser humano” (MEDEIROS, 2005, p.1).

Nesse sentido, ante o apagamento das vivências e das opressões de um período, a narrativa literária surge como mecanismo de contestação e traz à tona “uma outra história, uma espécie de anti-história, uma história a contrapelo” (GAGNEBIN, 1982,

p. 66), contada por quem sentiu efetivamente as agruras impostas pelo sistema repressivo e viveu à margem deste Estado autoritário.

“Memórias do Cárcere” é uma obra densa e carregada de significados expressivos de uma época. Ela delinea o modo de atuação de um Estado autoritário com vistas à instituição de uma ditadura. Dentre os seus diversos aspectos, uma das mais importantes funções que assume é a de denúncia da violência e da supressão de direitos por parte deste Estado autoritário: É o que se vê, por exemplo, quando Graciliano é recebido pelo general que lhe diz que “na prisão não há direito” e que quem estava ali, “não estava para corrigir-se, mas para morrer” (RAMOS, 2001, p. 69). Nestas memórias narradas, o autor chama atenção ao fato de que a degradação da vida dos presos é intensificada à medida que eles são transferidos de uma prisão para outra – e isso fica claro quando ele relata sobre o medo e a incerteza que acometia os prisioneiros acerca do destino que lhes daria o Estado, sobretudo, porque o anúncio da transferência era também um prenúncio de que a prisão se estenderia para além do imaginado.

Viajar. Para onde? Essa ideia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências (RAMOS, 1984, p.58).

Esse é um momento em que o próprio Graciliano Ramos expõe a sua percepção acerca do modo de atuação do Estado no tocante às sucessivas transferências e a violência psicológica inerente a essa ação. De mais a mais, ele diz:

Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará (RAMOS, 1984, p.58).

Essa ideia de pulverização vai sendo desenvolvida no decorrer da narrativa. Já ao longo dos primeiros capítulos, Graciliano foi abandonando o tom de serenidade e calma, tão evidentes no momento inaugural da obra, para apresentar-se como um homem agitado, inquieto, tomado pelo desânimo, pela tristeza e fastio. Com efeito, ele

foi acometido pelas transformações que a cadeia impõe no indivíduo, sobretudo, a quebra da vontade e da confiança em si e no outro. Segundo Graciliano (1984), a cada nova viagem, ele ia se deparando com aquilo que existia de mais sórdido na natureza humana e percebendo a forma como o cárcere roubava dos indivíduos aprisionados, a sensibilidade.

Reafirma-se que “Memórias do Cárcere” expõe um recorte das mazelas e vicissitudes de um sistema autoritário que se instalou no país a partir da década de 1930, sendo que, não só os retoques do escritor dilatam a perspectiva do horror praticado pelo Estado de Segurança Nacional, mas também a história, que oculta a real dimensão do que foi a ditadura Vargas. Nas palavras de Sodré, “tudo o que é negro em sua narração, é negro pela sua própria natureza, o que é sórdido porque nasceu sórdido, o que é feio, é mesmo feio” (SODRÉ apud RAMOS, 1984).

É interessante notar, sob outro prisma que, a despeito de todas essas questões, o escritor relata que a prisão se apresenta também como um lugar de aprendizado comum, onde os detentos compartilham suas experiências de militância e ações organizadas em grupos de esquerda.

A respeito disso, Graciliano se concentra em demonstrar as lacunas, os antagonismos entre as classes sociais no interior da luta progressista e a disputa de poder hierárquico dentro das organizações políticas de esquerda. Ele percebe como o palavreado, as longas palestras e discursos eloquentes dos líderes dirigentes não atraíam a atenção dos operários, por exemplo, e, assim, em um tom de autocrítica, se põe a refletir sobre o abismo existente entre a teoria e a prática política.

Isso fica claro, dentre outros episódios, quando o autor começa a expor alguns pensamentos em relação às suas percepções sobre o programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O romancista questionava se seria possível uma associação, ainda que contingente e passageira entre as duas classes. Cético, ele chega a afirmar que:

Os interesses da propriedade, grande ou pequena, a lançariam com certeza no campo do fascismo, quando esta miséria ganhava terreno em todo o mundo. Em geral a revolução era olhada com medo ou indiferença. Os habitantes da cidade contentavam-se com discursos idiotas, promessas irrealizáveis e artigos safados, animavam-se à toa e depressa desanimavam, seriam capazes de aplaudir demagogos como os que, no princípio do século defendiam a peste bubônica, a febre amarela e a varíola; as populações da roça distanciavam-se enormemente do litoral e animalizavam-se na obediência ao coronel e a seu vigário, as duas autoridades incontrastáveis (RAMOS, 1984, p.91).

Ainda, acrescenta:

Muitos anos seriam precisos para despertar essas massas enganadas, sonolentas – e a propaganda feita em alguns meses naturalmente fora escassa. Organização precária. Agitação apenas, coisa superficial. Reuniões estorvadas pela polícia, folhas volantes, cartazes, inscrições em muros, pouco mais ou menos inúteis (RAMOS, 1984, p.91).

Importa elucidar que a Aliança Nacional Libertadora- ANL fazia parte desse cenário político. Para Graciliano, suas propagandas eram compostas por muitas frases de efeito e pouca reflexão a respeito da conjuntura política do país, de modo que as palavras eram lançadas precipitadamente sem observância do contexto. Ele exemplifica que nos muros da cidade pedia-se a união dos índios, quando, na verdade, na Capital não havia índios e a mensagem, assim, não chegaria até eles. Dizia também que a divisão de terras, outra pauta dos aliancistas, seria um desastre na Zona de Criação do Nordeste, onde quase não se tinha lavoura, a terra valia pouco e praticamente não tinha dono. Ele entendia que naquele cenário não havia probabilidade de se encampar no Brasil uma revolução verdadeira e ainda que a ANL vencesse internamente, os patrões do exterior fariam uma intervenção.

Apesar de constatar essas questões, Graciliano dizia torcer pelo triunfo na luta, o que, mais uma vez, demonstra que ele tinha um pensamento político já bem definido. Entretanto, é inegável que a sua prisão serviu como elemento delimitador, ou seja, o cárcere, mesmo demarcado como esse espaço de violação de direitos e destruição da subjetividade, serviu para a formação política do escritor, que se viu compelido a organizar-se coletivamente.

Ao mesmo tempo em que a obra se manifesta como denúncia e contestação, a expressão artística do autor com a escrita literária revela aspectos importantes de enfrentamento ao trauma, porque os efeitos da violência psicológica tendem a se prolongar no tempo. Nas palavras do escritor “é preciso viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima” (RAMOS, 1984, p. 218).

Foi exatamente por viver nesse inferno caracterizado pela prisão, que o escritor pôde falar com tanta propriedade sobre a experiência de ser um prisioneiro e de conviver com tantos outros, que assim como ele, tiveram os direitos suprimidos. A

narrativa transcende à vivência do narrador: É o testemunho de uma fase da existência do nosso país, que nos parece distante e perdida, mas que constantemente bate à nossa porta.

### **1.6 A experiência de lembrar coletivamente**

Nietzsche (1988), em seu ensaio “Segunda consideração Intempestiva – sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”, disserta sobre como a memória pode ser um meio de impor sofrimento e dor ao homem, posto que o ato de se lembrar aprisiona-o a certos sentimentos do passado. Em seus excertos, o esquecimento surge como uma força propulsora para a criação, ou mais precisamente, uma força plástica que possibilita ao homem a digestão de suas próprias experiências.

De acordo com o filósofo, sem esquecimento não poderia haver nem felicidade, nem serenidade, nem esperança, nem presente, porque “para que o indivíduo possa viver feliz, é necessário que esqueça” (Nietzsche, 1988, p. 292). O esquecer-se, sob a sua ótica, portanto, é um mecanismo utilizado para eliminar as marcas ocasionadas pelo excesso de memória e permitir que o sujeito se desprenda das experiências de medo, dor e sofrimento do passado.

Pode parecer contraproducente iniciar uma discussão sobre memória elencando questões teóricas atinentes à relevância do esquecimento. A intencionalidade por detrás desta discussão, no entanto, é evidenciar que o processo de rememoração de experiências traumáticas não é um processo espontâneo, mas carregado de desconforto. O lembrar reconduz o sujeito à experiência da dor, fazendo com que ele reviva na virtualidade algo que desejaria esquecer.

Assim, ao lançar os olhares sobre o testemunho de Graciliano Ramos devemos tomar em consideração a complexidade do seu processo de escrita por todas as questões encobertas na narrativa. A dor não transpõe o papel, mas ela é real e surge da revisitação ao passado. Isso nos leva a crer que, se a busca pelo esquecimento é a saída mais fácil diante de cenários como os que são construídos em “Memórias do Cárcere”, o romancista vai na contramão ao decidir narrar a sua experiência. Ademais, o ato de esquecer traz à tona um exercício de reflexão e filtragem entre o que é trivial e o que é imprescindível.

Nesse sentido, é possível apreender que a distância entre a vivência e o relato permite a conservação dos dados mais relevantes, pois, se as experiências estão ali

transpostas é porque foram relevantes o suficiente para transporem ao tempo. Neste ponto, há uma compreensão acerca da complexidade da memória que Nietzsche não desconsidera, pois para ele, o mesmo indivíduo, que tem no esquecimento uma força salutar, é também um ser memorioso. Ao mesmo tempo em que o filósofo concebe em sua obra a existência de uma “doença histórica” que desencadeia ou é desencadeada pelo excesso de memória, afirma expressamente que todo ser humano e todo povo precisa de certo conhecimento do passado (Nietzsche, 2003, p.95).

Percebemos, à luz da análise nietzschiana, que o esquecimento é um meio de defesa do indivíduo, sem o qual ele ficaria preso ao passado. Durante a construção de “Memórias do Cárcere”, por se tratar de uma obra que possui aspectos ficcionais, já que o autor não detinha os registros que uma elaboração documental exigiria e certamente foi preciso utilizar-se da imaginação para preencher lacunas do texto, o esquecimento pode também ser utilizado como um artifício da construção literária, o que em nada afeta o valor substancial e informativo que a obra possui, pois todas essas questões se dissipam na margem de subjetividade do campo da memória. E, ao discorrer a respeito desse processo subjetivo na construção de “Memórias do Cárcere”, Miranda chama atenção para o fato de que:

Liberar o passado do esquecimento não é repeti-lo, nem tampouco torná-lo um objeto frio de racionalização, imune ao afeto de quem lembra, como indica a possibilidade de um distanciamento rigoroso do narrador das Memórias diante dos eventos rememorados, apesar das frequentes reflexões autocríticas que entrecortam o narrado e ressaltam a separação entre os tempos do enunciado e da enunciação. (MIRANDA, 2020, on-line).

Ora, Graciliano não foi um preso que se tornou escritor pelas circunstâncias, antes de adentrar à cadeia já tinha a escrita como ofício. Assim, pôde utilizar-se com maior facilidade dos recursos que a literatura dispõe para imprimir uma personalidade em sua narrativa, valorando as lembranças, dando destaque a fatos, objetos e pessoas, suprimindo detalhes e pormenores considerados irrelevantes.

Para Enzo Traverso (2012), a memória não se limita a estabelecer os fatos, tenta colocá-los no seu contexto, explicá-los, formulando hipóteses e procurando as causas. Ao traçar uma linha distintiva entre a história e a memória, o referido autor afirma que “a memória captura o passado numa rede de malha mais larga do que a história, aí depositando uma dose maior de subjetividade” (TRAVERSO, 2012, p.10).

Na análise de “Memórias do Cárcere” percebe-se que o transcurso do tempo, a perda das notas com os registros documentais da prisão, a estilística e as dificuldades que vieram à tona durante o processo de escrita em nada comprometeram a sua função informativa, memorialística e histórica. Ao contrário, conforme já exposto, se mesmo depois de dez anos as lembranças vieram à tona, é porque os episódios rememorados são mais significativos. Se eles estão acessíveis é porque tiveram realmente impacto no contexto passado. Tem-se, assim, que a ação de narrar, por meio da linguagem, a experiência de dor comprova uma das finalidades principais da memória, a saber, desafiar a passagem do tempo na luta contra o esquecimento.

Quando Graciliano evoca o passado no presente, ele reconstitui também os sofrimentos deste passado, aciona lembranças dolorosas, porque os efeitos do cárcere não ficam restritos a uma dimensão espacial. Assim, ainda que o sujeito encarcerado alcance a liberdade, permanecem com ele o medo de ser novamente vitimado pelo sistema prisional, o sentimento de degradação moral e, sobretudo, as cicatrizes da violência psicológica imposta pela experiência do encarceramento. A obra nos dá inúmeros sinais de que Graciliano tinha consciência acerca dessas consequências que vinham à tona após a liberdade.

Na biografia que escreve sobre Graciliano, o seu filho Ricardo Ramos (1992) narra um episódio que torna essa constatação evidente. A saber:

Um dia, me mandaram cobrir o fato policial. Morte ou suicídio.

É logo ali, no Rio Branco.

Fui, tomei notas. Não assim natural, ao revés e penosamente, porque o homem estava despedaçado na calçada. Guardo a imagem de um cinturão partido em tiras. E a náusea, a vista escurecendo, a saída apressada após o nome e a ocorrência: fulano de tal, economista, pulou do décimo andar. Um dos prédios mais altos da avenida.

Em casa, contei a meu pai. Não ia me acostumar nunca. E acordei do meu estouvamento, reparando, ele não dissera uma palavra.

– Que foi que houve?

– Ele era meu amigo, estivemos presos juntos.

Meu Deus! Calei-me, como um velório, para ouvir:

– Eles nos tiram tudo. Não de uma vez, mas pouco a pouco. Até a miséria, o desespero, a loucura final (RAMOS, 1992, p.54).

Esse acontecimento antecedeu a escrita de “Memórias do Cárcere” e pode ter servido como um estalo para que ele percebesse a necessidade de registrar a versão dos fatos daqueles que sentiram na pele os horrores da cadeia. Efetivamente, não há como saber se este ou algum outro acontecimento foi determinante na decisão de dar

início à narração, mas ao justificar-se sobre os motivos pelos quais silenciou durante tanto tempo, Graciliano registra que, “diante da desagregação do grupo, era necessário e urgente recompô-lo” (RAMOS, 1984, p.6).

Outrossim, Miranda (2020), no posfácio da obra descreve:

Se a perspectiva da morte, de fim de caminho, autoriza o autor a levar adiante suas memórias, é o desejo de fazer viver o que estaria morto para sempre, mas que ainda persiste na sua demanda, o elemento deflagrador do processo da escrita. Reviver o passado sim, porém enterrar de vez o que mantém o memorialista encarcerado e o impede de tomar posse efetiva do presente. (MIRANDA, 2020, online).

Em outros termos, Miranda fala sobre a experiência que se enuncia na narrativa, de denúncia da violência desmedida do poder. As dores, os traumas, o silêncio, dão voz e vazão à palavra escrita.

O fazer literário de Graciliano Ramos em relação a “Memórias do Cárcere”, pelo que se apreende, partiu de um compromisso decorrente de um processo de autorreflexão, da necessidade de registrar os acontecimentos passados, não apenas sob uma perspectiva individual, mas em observância e em respeito às vivências do grupo com o qual se relacionou, para que não se perdessem no tempo. De acordo com o romancista, só quem sente na pele os efeitos da prisão tem condições de narrar essa experiência.

[...] o indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades [...] a cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não-jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinam bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos (RAMOS, 1984, p. 316).

Ao que aparenta, depois de esperar por tantos anos que algum companheiro de cadeia relatasse os horrores vividos, e ao perceber que isso provavelmente não aconteceria, ele se propõe a tarefa quase que como um sacrifício. Ao optar por registrar os acontecimentos da forma como o fez, Graciliano assume um papel denunciador do cárcere como um ambiente de degradação física e moral, onde os



indivíduos são perseguidos e neutralizados pelo Estado. Ele é uma testemunha por excelência, pois efetivamente presenciou a experiência traumática.

Sarlo, através da obra “Tempo passado”, na qual faz um apanhado acerca do testemunho no contexto dos regimes totalitários, afirma que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado”. (SARLO, 2007, p.24),

Convém abrir um parêntese para explicar que a vertente que abrange a Literatura do Testemunho decorre exatamente desse contexto de violência e barbárie oriunda dos conflitos de que o mundo foi palco no Século XX, sobretudo, na II Guerra Mundial. Posteriormente, a concepção amplia-se e desdobra-se em uma discussão que abrange os relatos de vítimas de outras situações violentas.

A esse respeito, é possível perceber que a narrativa de Graciliano Ramos, que começou a ser escrita em 1946 (um ano após o fim da II Guerra), suscita a questão da memória num momento em que se lembrar e registrar as lembranças teve uma importância histórica fundamental. Esta concepção de testemunho em “Memórias do Cárcere” se enquadra na definição proposta por Márcio Seligmann (2005), que expõe que:

[...] o testemunho não deve ser confundido nem com o gênero autobiográfico nem com a historiografia – ele apresenta uma outra voz, um ‘canto (ou lamento) paralelo’, que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado” (SELIGMANN, 2005, p. 79).

“Memórias do Cárcere” serve a esta análise a partir de um conjunto de gêneros normativos que convergem em diversas abordagens e enfoques, o que sob a perspectiva de Ricoeur (2007), “pode ser compreendido como o resultado do confronto de diversos testemunhos a partir dos quais se define quais são confiáveis e quais não o são”. Para o teórico supracitado, o testemunho é o ponto de transição entre a memória e a história. Ele se mostra “como uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa” (RICOEUR, 2007, p.40). Nesse sentido, a memória compreende o testemunho que pode também ser apreendido sob uma perspectiva, de certo modo ficcional, extraída da inexatidão dos relatos.

Há na obra, também, uma perspectiva histórica, haja vista que fornece informações que podem ser somadas e confrontadas com outros registros, para assim, viabilizar uma compreensão do passado a partir de outra lógica, que toma em

consideração as vivências das vítimas. Coadunando com esse pensamento, Traverso (2012), assevera que “o aparecimento da testemunha permite a entrada da memória na esfera do historiador já que até então a memória era considerada apenas o campo de domínio subjetivo da história” (TRAVERSO, 2012, p. 16).

É possível compreender que na visão de Traverso (2012), existe um limiar entre história e memória. Contudo, ao adicionar ao testemunho (história oral) ao ofício do historiador, a memória se inclui. Com essa reconfiguração, “a testemunha permite ao historiador restituir a qualidade de uma experiência histórica, cuja textura se modifica depois de enriquecida pelas vivências dos seus atores” (TRAVERSO, 2012, p.21). Na mesma linha de pensamento, Silva (2006) elucida que, por meio da literatura de testemunho:

[...] a memória expõe o passado através de cacos, ruínas e cicatrizes e nas fissuras da história, muitas vezes não alcançadas pelo historiador, revela-se uma outra memória capaz de restaurar problemas desconhecidos ou considerados como resolvidos (SILVA, 2006, p.16).

A importância do testemunho, portanto, mostra-se diante da necessidade de trazer à tona períodos históricos conturbados típicos dos regimes autoritários, evidenciando todas as contradições e abusos deles decorrentes, de modo a evitar que o evento seja reproduzido. Conforme enunciado por Sarlo (2007) “o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente” (SARLO, 2007, p.24).

Compreende-se, deste modo, que a atualização do passado é uma maneira de significá-lo a partir do presente, de modo que se reconheça o poder de influência que esse último exerce no processo de recuperação. Em consonância, afirma Jacques Le Goff (2003), “a oposição presente/passado não é um dado natural, mas uma construção” (2003, p. 13). Le Goff (2003), em outros termos, diz que não há uma memória que seja neutra, e, que, todas as vezes que uma lembrança do passado é evocada, a percepção que se tem dela é ativada pelas convenções do presente.

Sobre isso, é relevante chamar a atenção para o fato de que essa construção nem sempre se dá de forma espontânea. Ela pode decorrer de um processo consciente e deliberado, por meio do qual as instituições, com objetivos políticos bem definidos e por meio de instrumentos criados, expressem a sua identidade, buscando instituir determinadas práticas. Hobsbawm e Ranger (1997) nesse sentido, dispõem que “toda

tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento social da coesão grupal” (HOBSBAWM E RANGER 1997 p,279).

Há, em “Memórias do Cárcere”, exemplos claros de tradições inventadas no período em que Getúlio Vargas esteve à frente do poder, criadas sob uma cortina ideológica que buscava estabelecer a coesão social dos grupos em torno das ideias de cunho nacionalista. Os rituais patrióticos, desfiles cívicos, os hinos instituídos nas escolas, contra os quais Graciliano Ramos se insurgiu expressamente, inclusive, podem ter respaldado a sua prisão.

A respeito desse processo de produção e constituição da memória, não é inoportuno trazer à tona a teoria empreendida por Maurice Halbwachs (2004) que propõe a compreensão da memória sob a ótica de que o sentido dado às experiências decorrem das relações entre os indivíduos e entre eles e a sociedade. Para o referido teórico, não é possível conceber a noção de uma memória pura, porque a memória está sempre localizada no tempo/espaço, ela se funda a partir das relações com os outros indivíduos, por meio de categorias, denominadas como quadros sociais: linguagem, espaço, tempo, família, religião, classes sociais, tradições, etc. (HALBWACHS, 2004, p.86).

O citado autor transpõe essas concepções para “Memória Coletiva” (2006), onde traz uma discussão mais aprofundada sobre a temática. Nesta obra, ele argumenta que o indivíduo integra um grupo social e sua formação pessoal e intelectual se faz a partir das relações que mantém com esse grupo, de modo que seus interesses se definem de acordo com essas relações.

Em observância a esses preceitos, é inegável a construção de “Memórias do Cárcere” como uma narrativa que extrapola a perspectiva individual do narrador para um relato polifônico. Quando Graciliano Ramos evoca uma memória sobre a prisão, na verdade está dispondo sobre as suas relações com os grupos com os quais compartilhou as suas experiências, isto é, a memória de Graciliano está ligada às memórias de inúmeros outros indivíduos. Prova disso é que, ao se referir aos companheiros com quem compartilhou as mazelas da prisão, ele se coloca em um lugar de observador empático e diz: “Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos” (RAMOS, 1984, p.6).

Essa empatia vai sendo exposta no desenrolar da narrativa. Com o passar dos dias na cadeia, o autor vai expondo um sentimento de pertença e integração ao grupo. Se inicialmente relatava a exaustão, o fastio, a degradação moral e a falta de perspectiva de futuro, aos poucos deixa em segundo plano essas impressões mais particulares para tratar sobre as causas comuns aos encarcerados. Há, claramente, uma transição da voz utilizada nos relatos, que passam a ser expostos com uma frequência cada vez maior, no plural. Vejamos um exemplo disso na obra:

E o pior é que nos sentíamos infratores, éramos levados a admitir isto. Sinais intempestivos de compaixão, simples referência ao ambiente sórdido, à horrível miséria, mais nos reforçariam a certeza. Tínhamos delinquido, sem dúvida (RAMOS, 1984, p.188).

No excerto transcrito percebemos que o autor se apossa do relato para falar em nome dos seus companheiros, ele expõe uma percepção espontânea de que o sentimento expresso se estendia a todo e qualquer indivíduo pertencente àquele agrupamento. Com efeito, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual, como coletiva” (POLLAK, 1989, p.10). Essa identidade coletiva fica clara no trecho exposto e constitui a ideia do lembrar coletivo, conceito de Halbwachs (2004) que Pollak (1989) toma emprestado e utiliza. Tal como apontado, algumas percepções parecidas são elucidadas no transcorrer do livro por Graciliano Ramos. Eis um exemplo:

Mas não tencionam apenas revelar-nos a própria estupidez: querem possivelmente forçar-nos a entender que nos podem tornar estúpidos, executar ações inúteis, divagar como loucos, ir andando certo e sem mais nem mais torcer caminho, mergulhar os pés num atoleiro. Um, dois, um, dois. Se as nossas cabeças funcionavam, é bom que deixem de funcionar e nos transformemos em autômatos: um, dois, um, dois. Dentro em pouco o sargento exigirá meia-volta e tornaremos – um, dois, um, dois – a meter os sapatos na lama. Ou reclamará marcha acelerada. Não perceberemos o sentido dela, naturalmente, mas teremos de executá-la, pois, isto é, a nossa obrigação. Claro. Não estamos aqui para discutir. Temos superiores, eles pensarão por nós. Talvez não pensem, mas é como se pensassem (RAMOS, 1984, p.150).

Através dessa passagem, o narrador apresenta algumas características do cotidiano da prisão, em que estavam imersos os encarcerados. A rotina cheia de rituais

de disciplina, a assimilação da ideia de que pretendiam torná-los estúpidos ou loucos, tudo converge para a apreensão de uma memória da coletividade. E, isso fica ainda mais evidente quando ele dispõe sobre os suplícios físicos e o processo de desumanização imposto pelo cárcere. Trata-se de uma lembrança do passado em que convergem a dor e a indignação decorrente do sofrimento comum a todos aqueles indivíduos que cumpriam penas, sem saber, em muitos casos, o crime imputado.

Os percebejos da Detenção eram na verdade uma praga, e em vão tentávamos saber onde se escondiam [...] Deviam alojar-se nos ferros das grades, nas juntas das camas, nas grades dos guarda-ventos. Examinávamos pacientemente os lugares suspeitos, esmiuçávamos a roupa, as cobertas, os colchões, os travesseiros. Nenhum sinal dos miseráveis. Durante o dia era possível esquecê-los. À noite deixavam-nos repousar alguns minutos: era como se calculassem o tempo, soubessem a hora de atormentar-nos. Quando íamos adormecendo, uma ferroada nos despertava (RAMOS, 1984, p.380).

A memória expressa nesse fragmento, além de ser individual, é coletiva, porque denuncia sentimentos e dores comuns a todos os indivíduos que estavam inseridos nesse contexto. São lembranças que certamente permeariam o imaginário de qualquer indivíduo que se dispusesse a narrar a vivência na prisão. Deste modo, mesmo partindo de uma visão pessoal, o autor escancara a violência imposta pelo Estado, pois na medida em que expõe para a sociedade os efeitos dessas ações sobre o outro, ele dá voz ao sujeito silenciado.

Outro aspecto acerca desta identidade coletiva, que parece relevante à análise proposta, diz respeito ao momento em que Graciliano aponta justificativas sobre a morosidade no processo de escrita. Ele explica que decide retomar “depois de muita hesitação, casos passados há dez anos” porque o grupo (formado pelos presos políticos com quem havia compartilhado os dias no cárcere) se desagregou, e deste modo, era necessário reconstituí-lo: Assim, diz: “Formamos um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo” (RAMOS, 1984, p.6).

É interessante refletir a respeito dessa percepção do autor sobre o processo de resgate da memória pela recomposição do grupo, através da concepção de descontinuidade trazida por Maurice Halbwachs na obra “Memória Coletiva” (2006). Halbwachs (2006) afirma que quando não subsistem mais testemunhos ou quando um indivíduo perde contato com os que então os rodeava, “todo o conjunto de lembrança

que temos em comum com eles desaparece bruscamente” (HALBWACHS, 2006, p.123).

Em termos mais claros, o referido autor sustenta que se um grupo não existe mais materialmente, nele não pensamos e não temos nenhum meio de reconstruir a sua imagem, a duração de algumas memórias seria limitada a duração desse grupo. No caso de Memórias do Cárcere, o esforço de Graciliano Ramos foi, exatamente, de evitar que essas memórias se perdessem. Em suma, confirma-se o dito por Halbwachs (2006) que quando um grupo não mais existe, torna-se provável o desaparecimento dessas memórias.

Diante dessas considerações, percebemos que a atenção dada não apenas à memória individual, mas à coletiva atribui ao texto um teor combativo e denunciador. O relato exposto não se refere apenas ao quanto vivido por Graciliano e seus companheiros, mas é o próprio retrato da história de qualquer preso político que, naquele contexto, foi alvo do sistema autoritário instituído pelo Estado.

## **2 O ESTADO EM “MEMÓRIAS DO CÁRCERE”**

### **2.1 A ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a construção do Estado Novo**

Explicar o contexto diante do qual Graciliano Ramos se tornou um preso-político implica em trazer, necessariamente, o governo Getúlio Vargas como elemento central da estrutura de poder. Como já tangenciado nos capítulos anteriores, Graciliano Ramos foi preso sob a égide do autoritarismo varguista e sofreu com os desmandos deste governo, que, por enxergá-lo como uma ameaça, utilizou de estratégias autoritárias para silenciá-lo a respeito do momento político.

As raízes da ditadura do Estado Novo foram firmadas muito antes do processo de tomada do poder em 1930, e não apenas em decorrência da influência de Getúlio, mas de todo um grupo político que se articulou primeiro no campo ideológico e, posteriormente, por meio da violência com vistas à tomada do poder e instituição de um regime autoritário. O autoritarismo foi se instalando com a negação da legitimidade dos oponentes, com violência e censura às liberdades civis. Tudo isso aconteceu por meio de um progressivo desgaste disfarçado por um verniz de normalidade das instituições, já corrompidas quanto aos seus propósitos e funcionamento.

Nessa conjuntura, Getúlio Vargas, como já dito, teve função importante na implementação do Estado de Exceção. Seu perfil foi sendo forjado ao longo dos anos pela influência familiar, pelos conchavos jurídicos e alianças políticas que gradativamente o alçaram ao maior cargo representativo do país. Até porque, já em sua juventude, Getúlio era um fervoroso crítico do Comunismo, do liberalismo e defensor da intervenção do Estado na economia, segundo expõe Lira Neto (2012, p. 86-87). Esse pensamento aparentemente permaneceu inalterado durante a sua trajetória de vida, a ponto de delinear os contornos do período em que esteve à frente dos cargos dirigentes do funcionalismo público e revelava também certo mimetismo na busca da consecução dos seus interesses.

Para ilustrar essa percepção, basta observar que o jovem anticomunista de outrora, na maturidade buscou em Luís Carlos Prestes o seu principal aliado para uma inserção entre a classe operária e tempos depois operou a máquina repressiva do Estado Novo no combate radical aos comunistas, inclusive contra o próprio Prestes. Neto (2012) relata:

No plano político nacional, Getúlio estava inserido no grupo político que se insurgia contra a hegemonia da “República do café com leite” e buscava construir um eixo alternativo de poder, numa aliança com o Rio de Janeiro e as oligarquias da Bahia e Pernambuco. Mesmo com a “Reação Republicana”, o situacionista Artur Bernardes pertencente à legenda do Partido Republicano Mineiro- PRM foi eleito presidente da República, o que se caracterizou como uma das motivações para o estopim da Revolta do Forte de Copacabana e pontapé inicial para o que mais tarde viria a ser conhecido como “tenentismo”, movimento que auxiliou na condução de Getúlio à presidência (NETO, 2012, p.178-179).

Diante da impossibilidade de reeleição de Borges de Medeiros à presidência estadual por ocasião de um acordo selado na esfera política grandense, Getúlio foi o indicado a disputar as eleições em seu lugar, mais uma vez como o representante do Partido Republicano Rio-Grandense. Assim, participou de uma chapa única e elegeu-se em 25 de novembro de 1927, sem necessidade de campanha.

Com os olhos voltados para a presidência da República, Getúlio precisou ceder a imposições de grupos que apoiavam demandas contra as quais ele ou o seu partido já haviam se posicionado, a exemplo do voto secreto, da autonomia do judiciário, da anistia aos revolucionários tenentistas, dentre outras questões que impulsionaram a

formação da Aliança Liberal, uma coalizão de forças díspares que agregava desde os velhos oligarcas regionais a notórios liberais em um mesmo grupo político.

Foi assim que o Getúlio Vargas anticomunista, positivista, crítico do catolicismo, tradicional quanto à pauta dos direitos das mulheres e admirador do corporativismo fascista, começou a expor suas contradições. Nessa jornada, buscando adaptar-se às circunstâncias, estendeu a campanha ao público feminino que mesmo não votando tinha poder de influência. Para mais, sua agenda incluía visitas rotineiras a representantes clericais e os seus discursos passaram a girar em torno de questões como os direitos dos trabalhadores, a inclusão do ensino religioso nas escolas e adoção do catolicismo como religião oficial (NETO, 2012, p.193).

A plataforma eleitoral da campanha de Getúlio, como se percebe, escancarava as contradições inerentes ao seu próprio corpo político. Não por acaso, a heterogeneidade da Aliança Liberal mais tarde se tornaria um dos maiores entraves à consecução dos fins pretendidos pelo governo, vez que, as divergências inconciliáveis comprometiam a estrutura do grupo por dentro, em sua base de sustentação.

O vice escolhido para integrar a chapa de oposição ao Partido Republicano Paulista foi o paraibano João Pessoa, pertencente ao bloco político denominado Aliança Liberal (AL), também defensor da modernização e moralização do Estado, que, apesar de compor a ala jovem da nova República era proveniente das velhas oligarquias regionais, portanto, sob medida para a função. A escolha se deu em razão da negativa da Paraíba quando consultada sobre o apoio ao nome de Júlio Prestes à sucessão presidencial, o que colocou o estado automaticamente numa posição de aliado (NETO, 2012, p.334-335).

Os números finais das eleições de 1º de março de 1930 sagraram Júlio Prestes como o candidato eleito, mesmo sob denúncias reiteradas de fraude eleitoral. Nesse tempo, enquanto os grupos políticos se articulavam para contestar o resultado proveniente das urnas, a notícia do assassinato de João Pessoa. Todavia, o indicado à vice-presidência na disputa com Getúlio Vargas veio acender a indignação dos conspiradores, que atribuíram a Washington Luís, o antecessor na presidência, a responsabilidade pelo crime. Suscitou, nesse momento, a existência de um elo entre o assassinato e a luta interna travada na Paraíba, denominada revolta de Princesa (NETO, 2012, p. 442). Pouco tempo depois, o criminoso confessou que matou a João Pessoa por uma questão de honra pessoal, assim, o governo que tinha colocado fim à revolta, deu o pontapé para o movimento que culminaria na tomada do poder.



Em seu diário, Getúlio Vargas (1995), o presidente recém-empossado, deixou um registro capaz de evidenciar a sua percepção sobre os acontecimentos que o conduziram à instauração da Ditadura, que aconteceu quase um mês após a concretização dos intentos de 1930, quando Washington Luís partiu para a Europa na condição de exilado político, Getúlio anotou:

Quantas vezes desejei a morte como solução da vida. E, afinal, depois de humilhar-me e quase suplicar para que os outros nada sofressem, sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução, eu, o mais pacífico dos homens, decidido a morrer. E venci, vencemos todos, triunfou a revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais. O sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu. Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão!" (VARGAS, 1995, p.27).

Como se vê, Getúlio apontou para a ditadura como se ela fosse a única saída possível ante as circunstâncias. Embora por tantas vezes tenha atribuído o alcance do poder à sorte dos acontecimentos, em verdade, a sua escalada resultou de uma conjuntura histórica habilmente conduzida, somada a um senso de oportunidade, poder de articulação e dissimulação inegáveis. Essas características ficam evidentes até mesmo na forma como ele escreveu em seus diários, sempre justificando as suas ações, como se fossem um meio de remissão de suas atitudes. Percebe-se que o diário não era um documento da vida privada, mas um excerto público utilizado propositadamente para a construção da sua memória.

Para Florestan Fernandes (1982) “um governo com tendências ditatoriais, procura esquivar-se, como se os efeitos não devessem ser debitados à sua conta, mas às condições adversas da história” (FERNANDES, 1982, p.56). Foi desse modo que Getúlio Vargas conduziu o seu projeto de poder, como se a instituição do Estado Novo fosse apenas um reflexo das circunstâncias e não de uma ação deliberada no sentido de garantir o domínio político sobre os seus adversários. Ademais, com a consecução do golpe, o país passou a ser governado por meio de decretos, a Constituição Federal foi suspensa, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais dissolvidas e governantes foram destituídos dos seus cargos. Essas foram questões estruturantes que caracterizaram a ação do governo no sentido de assegurar a

permanência no poder e que delinearão as bases do Estado Novo no Brasil, cujas características serão explanadas adiante.

Contra o modo de atuação de um Estado Democrático, o Estado de Exceção se destina a assegurar a restrição temporária de direitos e garantias e a concentração de poderes em períodos de anormalidade constitucional. A proposição com a sua instituição é de que o Estado adote as decisões necessárias para o restabelecimento da normalidade. Historicamente, no entanto, as ditaduras têm se caracterizado como uma espécie de poder autocentrado, destituído de controle e regulamentação, cujos propósitos servem à legitimação da violência, validação e prolongamento do autoritarismo estatal.

Nesse sentido, Para Giorgio Agamben (2004):

[...] as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal (AGAMBEN, 2004, p.29).

De fato, compreende-se como um contrassenso que a suspensão de garantias proveniente de uma condição extraordinária de funcionamento do Estado decorra de dispositivos legais utilizados justamente para suprimir os limites da sua atuação, a própria legalidade e os direitos dos cidadãos. Importa que nos atentemos para o papel específico do direito nessa condição, a medida em que o Estado de Exceção reflete a violência estatal expressa juridicamente. Ele está posto, dentro deste contexto, como uma ferramenta ideológica de dominação de classes.

Nos debates que permeiam a temática, a concepção de que o Estado moderno se funda como uma relação de dominação é recorrente. Esta perspectiva pode ser vista, por exemplo, em Max Weber quando o autor afirma que “o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima” (WEBER, 1999, v. 2, p. 526). Sabe-se, por outro lado, que Marx não desenvolveu uma teoria consistente da política e ou do Estado, porém, não há como negligenciar a importância do seu pensamento nesse campo.

As concepções marxistas do Estado devem ser deduzidas das críticas de Marx a Hegel, do desenvolvimento da sua teoria sobre a sociedade (incluindo sua teoria da economia política) e de suas análises de conjunturas históricas específicas, tais como a Revolução de 1848, na França, a ditadura de Luís Napoleão ou a Comuna de Paris de

1871. Marx, nesse sentido, considerava as condições materiais de uma sociedade como a base de sua estrutura social e da consciência humana. Assim, para ele, a forma do Estado emerge das relações de produção. O Estado, na perspectiva deste teórico, só pode ser compreendido em seu contexto histórico e, portanto, submetido a uma concepção materialista da história. Com efeito, sob a ótica Marxista, não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes.

Martin Carnoy, em sua obra *Estado e Teoria Política* (1988), buscando apreender a concepção do Estado sob a perspectiva marxista, argumenta que, uma vez que Marx chegou a sua formulação da sociedade capitalista como uma sociedade de classes, dominada pela burguesia, necessariamente a sua visão encontra-se atrelada ao fato de que o Estado é a expressão política dessa dominação, ou seja, o Estado é a expressão política da classe dominante.

Sugere Carnoy (1988) que, para Marx, o Estado capitalista é uma resposta à necessidade de mediar o conflito de classes e manter a “ordem”. Uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia, sobretudo por meio da força repressiva. Isto porque, o Estado representa o braço repressivo da burguesia. Justamente porque a ascensão do Estado como força repressiva para manter sob controle os antagonismos de classe, não apenas descreve a natureza de classe do Estado, mas também sua função repressiva, a qual, no capitalismo, serve à classe dominante.

Nesse sentido Marx e Engels, analisando a transição do feudalismo para o capitalismo, postulam que:

[...] a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das que existiam no passado (MARX; ENGELS, 1848, p. 40).

De acordo com esta concepção, o Estado moderno constitui-se como o espaço onde a classe dominante se unifica em prol da produção e reprodução do sistema capitalista.

Louis Althusser (1980), um dos principais intérpretes de Marx, corroborando com esse pensamento, aponta que essa legitimação é “assegurada pela superestrutura jurídico-política e ideológica e em grande parte, pelo exercício do poder de Estado no Aparelho repressivo e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1980, p.36). Portanto, o Estado é, na sua concepção, o poder central utilizado para manter a

coesão social e a ordem vigente em pleno funcionamento por meio dos seus “aparelhos ideológicos”, em que o sistema jurídico está inserido. Em consonância, Gramsci (2016) disserta acerca do conceito de aparelhos privados de hegemonia. Para ele, as diversas esferas da sociedade civil (mídia, igreja, educação, etc.), para além da coerção, geram consenso em relação à hegemonia do Estado (GRAMSCI, 2016, p. 121).

Ao tratarmos sobre a legitimação do autoritarismo, devemos considerar o papel desempenhado pela estrutura jurídica para salvaguardar os interesses da classe dominante, mesmo quando esses interesses tencionam o seu aprofundamento por meio de uma ditadura. Ainda porque, essa estrutura foi utilizada na realidade brasileira enquanto meio para a eliminação dos adversários e enquadramento de indivíduos comuns na condição de intragáveis ao sistema político.

Na conjuntura política brasileira, em que se funda a presente análise, os primeiros traços de violência do governo despontaram no seio da própria coalizão “revolucionária”, integrada por grupos heterogêneos que divergiam em diversos aspectos. No contexto exposto por Skidmore (2007) os constitucionalistas liberais, em grande parte situados em São Paulo, exigiam um governo constitucional, a realização imediata de eleições livres e a restituição das liberdades civis. Em outra linha de pensamento, os nacionalistas, representados pela categoria de oficiais de baixa patente, acreditavam que a adoção de medidas mais duras e antidemocráticas eram necessárias para alcançar mudanças estruturais, sobretudo, sobre o espectro econômico (SKIDMORE, 2007, p.169). Além disso, a ascensão de Vargas contou, ainda, com a participação de outros grupos que tinham como motivação a derrubada dos líderes estabelecidos no poder, a exemplo de alguns integrantes da cúpula militar, os cafeicultores e os políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Em 1930, as angústias dos constitucionalistas liberais se aprofundaram quando o governo provisório começou a assumir amplos poderes. Um decreto baixado pelo chefe do executivo dava a si próprio o direito de exercer também a autoridade legislativa, até o momento em que uma assembleia constituinte estabelecesse a reorganização constitucional do país. Todos os órgãos legislativos, do Congresso Nacional às câmaras municipais, foram abolidos e o cargo de “interventor” estadual criado com plenos poderes na esfera executiva e também, legislativa (SKIDMORE, 2007, p. 46).

O cenário evidenciava que a tomada do poder não caminhava na direção pretendida pelos constitucionalistas, ao contrário disso, havia indícios de que o cerceamento de liberdades civis se prolongaria e que o governo provisório estava empenhado em se instalar no poder por tempo indeterminado. De acordo com Skidmore (2007) a pressão exercida pelos tenentes deixava isso muito claro, já que para eles, o prolongamento no poder era necessário, tendo em vista a modernização e reestruturação de que supostamente o país precisava (SKIDMORE, 2007, p.64). Esse discurso, inclusive, foi utilizado para respaldar ações violentas no enfrentamento aos grupos políticos que se opuseram às práticas arbitrárias do governo provisório de Getúlio Vargas. Com isso, os oficiais de baixa patente tiveram grande protagonismo no governo, assumindo cargos de liderança, principalmente nas interventorias estaduais, e se tornaram, de certo modo, guardiões do Estado de Exceção.

De acordo com Skidmore (2007), para aplacar os inconformismos expostos pelos defensores da reconstitucionalização, o governo definiu uma data para a eleição da Assembleia Constituinte e publicou um código eleitoral que pela primeira vez na história previa o voto secreto, a participação das mulheres nas eleições e a organização de uma justiça eleitoral independente. Essas medidas pareciam cortinas de fumaça usadas para encobrir os reais propósitos do governo, já que por detrás das cortinas, diversas medidas estavam sendo adotadas para silenciar os protestos daqueles que denunciavam os desmandos cometidos desde a aplicação do golpe.

O empastelamento do Jornal Diário Carioca, em 05 de abril de 1932, foi um exemplo claro. Segundo Neto (2013, p. 143), esse jornal, que teve grande contribuição na chegada de Getúlio Vargas ao poder, havia se convertido em um símbolo de protesto pelo retorno à ordem constitucional, e, em razão disso, vinha causando incômodo com os seus editoriais que exigiam a realização imediata das eleições. O bombardeio, operado por soldados do exército destruiu o local e todo o maquinário. Os funcionários que resistiram foram espancados, um homem foi baleado e o único móvel que havia ficado intacto: a cadeira do diretor editorial recebeu um tiro, que, na verdade, devia ser interpretado como um aviso extensível àqueles que atravancassem o caminho do governo (NETO, 2013, p. 143). Do ataque, restaram comprometidas não só a estrutura do diário Carioca, mas a liberdade de imprensa, a autonomia das instituições e as bases do Estado democrático de direito.

Diante da pressão que sofreu em vista do ocorrido, Vargas (1995, p.92) expressou em seu diário a percepção que tinha a respeito daquele episódio. Escreveu:

“Tenho de me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado por estes mesmos contra o governo” (VARGAS, 1995, p.92). Pelo que se percebe, Vargas, àquela altura já enxergava a imprensa como adversária política, sendo assim, é possível extrair do tom dessa confissão o quanto lhe foi conveniente a utilização da máquina de propaganda do Estado para controlar os aparelhos de comunicação e veicular as informações favoráveis ao governo.

No dia 13 de janeiro de 1932, segundo Skidmore (2007), o Partido Democrático (PD), agremiação que reunia os constitucionalistas liberais, rompeu abertamente com o governo provisório e organizou a Frente Única Paulista que reunia uma ala do Antigo Partido Republicano Paulista, os cafeicultores, militares de alta patente, a Liga de Defesa Paulista, dentre outras agremiações descontentes com os caminhos que estavam sendo trilhados na política nacional, quer seja pelas medidas arbitrárias adotadas, até então, quer seja pelo fato de não ver os interesses próprios representados.

As motivações eram diversas, mas a insatisfação se aprofundou a tal ponto de culminarem em uma revolta armada no estado de São Paulo, a Revolução Constitucionalista, combatida por um alto contingente do exército com apoio de forças militares mineiras e gaúchas. O nível de violência empregado pelo Estado nessa revolta, sobretudo através de bombardeios aéreos, fez com que os paulistas negociassem uma rendição (SKIDMORE, 2007).

Em 3 de maio de 1933, as eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas, atribuindo aos eleitos a responsabilidade de deliberar sobre as bases legais da nova ordem constitucional do Brasil. Dentre as deliberações, uma teve impacto significativo sobre os rumos da política nacional: a que atribuiu à Câmara dos Deputados o poder para eleger indiretamente o presidente da República. Assim, em julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito pela Câmara para um mandato que se estenderia até as eleições diretas, marcadas para janeiro de 1938 (SKIDMORE, 2007).

Mais uma vez, a estrutura jurídico-política do Estado assegurou a sua posição de poder, mesmo em um cenário marcado por uma reconfiguração das forças políticas, tanto se tratando dos adversários como dos velhos aliados do governo. Esse rearranjo trouxe ao centro da estrutura política partidos de cunho eminentemente ideológicos. À esquerda, uma parcela do Partido Comunista se organizou na Aliança Nacional Libertadora, que apesar de ser uma frente popular, reuniu um grande contingente de

eleitores da classe média. À direita, um movimento de cunho fascista, denominado integralismo também teve adesão.

Todavia, a frente popular não demorou a ser apontada como movimento de natureza subversiva por influência de uma tendência externa que vinha sendo disseminada em diversos países. Num contexto de crescimento exponencial do fascismo, a ideia de uma ameaça comunista foi sendo construída no país, respaldada por um congresso conservador, que sob esses argumentos, aprovou a Lei de Segurança Nacional, feita sob encomenda para validar as prisões de oposicionistas, a violência e a tortura perpetrada pelo estado (BRASIL, 1935).

No dia 26 de novembro de 1935, o Decreto nº 457 anunciou o Estado de Sítio em todo o território nacional por 30 dias. Segundo as suas disposições, poderiam ser:

[...] detidas ou conservadas em custódia, todas as pessoas que houvessem participado na insurreição extremista ou a respeito das quais tivessem as autoridades fundados motivos para crer que viessem a participar nela, em qualquer ponto do território nacional” (BRASIL, 1935).

Conforme Skidmore (2007) retrata, as ações de controle e repressão aumentaram substancialmente a partir de 1935, tais como, a determinação do fechamento da Aliança Liberal e prisão de seus líderes, confisco de documentos sigilosos. Do outro lado, a reação veio por meio de uma ação armada orquestrada pela ala Revolucionária do Partido Comunista que serviu como justificativa para o alargamento dos poderes do Estado. O endurecimento da Lei de Segurança Nacional provocou a decretação do Estado de Sítio e serviu praticamente para eliminar os movimentos de esquerda e referendar as prisões arbitrárias dos seus líderes.

No dia 21 de março de 1936, o Decreto nº 702 instaurou o Estado de Guerra, prorrogado aos meses de junho, setembro e dezembro de 1936. Neste mesmo ano, impôs-se a criação de um Tribunal de Segurança Nacional destinado a julgar crimes contra a Nação na defesa do Estado Nacional. Em outros termos, um novo instrumento de assédio e repressão à oposição (SKIDMORE, 2007).

Apesar da adoção dessas medidas de austeridade, as eleições de 1938 ainda faziam parte da agenda nacional, e, mesmo com a proibição de suceder-se, havia um apelo das elites militares e políticas pelo continuísmo de Getúlio Vargas. Skidmore (2007) revela que Armando Salles de Oliveira havia sido lançado pela União Democrática Nacional e representava o intento de fortalecimento da democracia contra

as investidas totalitárias do governo provisório. O indicado dos integralistas era Plínio Salgado e José Américo de Almeida, ex-tenente e militar de carreira, que representava o autoritarismo nacionalista e aparentemente os anseios de Getúlio para a sucessão.

Surpreendendo os aliados e adversários, o presidente resolveu manter-se alheio às candidaturas lançadas e não declarar apoio a nenhuma delas, o que levantou suspeitas sobre os planos de Getúlio para as eleições. O Congresso Nacional, em razão das evasivas do governo, decidiu negar o pedido de prorrogação do Estado de Sítio, e, como reação, o governo determinou a soltura de “subversivos” para colocar em evidência os riscos que a esquerda representava principalmente para as camadas mais abastadas.

Outras medidas foram adotadas para fortalecer o Estado de Segurança Nacional, a exemplo da nomeação de Eurico Gaspar Dutra como ministro de Guerra e de Góes Monteiro como Chefe do Estado-Maior do Exército. Foi esse mesmo Estado-Maior que trouxe à tona um documento identificado como sendo um “plano” secreto para instauração de uma Revolução Comunista, o “Plano Cohen” (SKIDMORE, 2007). Esse foi o subterfúgio que, somado às ações de controle do governo, resultou no fechamento do Congresso Nacional, na outorga de uma nova Constituição Federal autoritária, na abolição de todos os partidos políticos e conseqüentemente, na consolidação do golpe que inaugurou a fase mais “dura” do Governo Getúlio Vargas, a Ditadura do Estado Novo.

## **2.2 O autoritarismo do Estado Novo**

Entendendo que não há uma razão única para um colapso democrático, uma ditadura vai sendo instituída progressivamente com o enfraquecimento das instituições democráticas, geralmente respaldado pela própria ordem legal vigente. Com a abertura da população a apelos autoritários e toda a problemática da ausência de participação política, há ascensão de líderes de aspirações ditatoriais, sobretudo porque geralmente esses líderes não revelam a plenitude do seu autoritarismo antes de chegar ao poder.

No Brasil, o processo de ascensão de Getúlio evidenciou o apoio que ele angariou ao longo da sua trajetória, principalmente por conta das manifestações populares que antecederam a tomada do poder em 1930. O golpe, assim, teve respaldo social e foi veiculado para a classe trabalhadora como uma medida saneadora da política. Além disso, a sua articulação contou com o apoio dos civis e militares e não



encontrou resistência mais sólida, porque as forças oposicionistas foram neutralizadas. Nesse sentido, Florestan Fernandes (1982) assevera que diante de um governo ditatorial “o regime e seus condutores não enxergam a profundidade do precipício. A oposição, por sua vez, subestima o poder de quem tem o controle das decisões políticas e da força bruta (FERNANDES, 1982, p.46)

De fato, após a implementação da ditadura o processo de retomada da ordem democrática e conseqüentemente das garantias sociais, políticas e jurídicas se torna dificultoso, pois o governo detém em seu favor a força burocrática do Estado e tem em seu poder as condições necessárias para enrijecer os meios políticos de dominação social e o monopólio do poder estatal. Não significa que uma Ditadura não esteja sujeita a um desgaste, mas que as mudanças opostas em seu curso geralmente não operam modificações sobre os núcleos de poder. Por esse motivo, a classe burguesa por mais descontente que esteja com o regime instituído utiliza-se dele para reafirmar a sua posição de controle.

A ditadura do Estado Novo, no caso do Brasil, realmente teve como base de sustentação o medo de um comunismo emergente que supostamente se aproximava. Não se tratou de um plano implementado apenas a nível nacional, mas de um modelo resultante do afloramento de crenças ideológicas no cenário global. De acordo com Maria Celina D’Araújo (2000), o “Estado Novo” foi também o conceito adotado na França e Portugal, onde o “novo” representava “o ideal político de encontrar uma via que se afastasse tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo” (D’ARAÚJO, 2000). Todavia, no Brasil, este modelo foi apresentado como uma alternativa política e econômica capaz de resolver os problemas atrelados ao capitalismo dependente. A finalidade, segundo alegavam os autoritários, era de alavancar um Estado forte e centralizador, demarcado pelo reforço da figura de um líder que impusesse melhor desempenho na administração pública.

Em razão da ausência de um partido representativo, Getúlio Vargas passou a simbolizar o Estado-Nação e figurar em um processo de mitificação política, utilizando-se do poder estatal para ajustar o organismo político às demandas econômicas, mas também para suprimir outras formas de poder. Isso aconteceu gradualmente, através da imposição da subordinação dos Estados ao Governo Central, com o fim das consultas populares nas eleições, com a criação de órgãos de controle e repressão, etc., ademais, com a hierarquização da autonomia do estado em relação às forças da sociedade.

Com efeito, D'Araújo (2000) relata:

Getúlio tinha um plano de governo a ser posto em prática - desenvolvimento econômico, intervencionismo e industrialização\_; tinha um plano político \_ a ditadura, entendida como trégua social para possibilitar a expansão do país; e tinha um inimigo objetivo a quem atribuir a responsabilidade pelas medidas excepcionais que propunha\_ o comunismo. Tinha além do mais, aliados ávidos por experimentos ditatoriais (D'ARAÚJO, 2000).

De fato, o golpe que resultou na instituição do Estado Novo aconteceu em um momento em que a oposição já estava contida e impossibilitada de reagir em decorrência da articulação gradualmente construída pelos ocupantes dos cargos políticos oficiais, principalmente após a Intentona Comunista de 1935. O pano de fundo era o desenvolvimento econômico que, segundo se propagandeava, só poderia ser promovido com a imposição de um Estado forte e centralizado. Ademais, a dimensão que o discurso anticomunista tomou foi o que definiu a adoção das medidas de controle e repressão ante o alegado “perigo” que se propagava.

O arcabouço repressivo do Estado foi utilizado, obviamente que com menor incidência, até mesmo em desfavor de representantes da direita, que reconhecidamente atuaram como apoiadores do governo e do golpe. Isto aconteceu com os líderes da Ação Integralista Brasileira que, por não conseguirem os cargos pleiteados em decorrência do apoio prestado durante o processo de tomada do poder por Vargas, depois de terem o seu partido extinto por determinação governamental e de serem proibidos de usar armas, se insurgiram contra o governo já estabelecido, perpetrando, inclusive, um atentado à residência oficial do presidente (D'ARAÚJO, 2000).

A partir dessa ação, iniciou-se um processo de perseguição sistemática aos integralistas que tiveram os seus julgamentos processados pelo Tribunal de Segurança Nacional e foram também submetidos aos rigores de Lei de Segurança Nacional. Porém, o lado mais difundido da repressão diz respeito ao tratamento dado aos comunistas, muito embora a concepção de “comunista” tenha se alargado conforme o endurecimento do regime. Os agentes da Ditadura, sob a égide do Estado de Sítio e de guerra, e posteriormente, com o respaldo legal do Tribunal de Segurança Nacional, passaram a englobar em um mesmo campo a esquerda e a oposição.

De acordo com D'Araújo (2000), com o acirramento das tensões, principalmente depois de 1935, parlamentares, políticos, jornalistas, intelectuais,

diante de quaisquer evidências ou suspeitas de praticarem atividades de cunho subversivo já representavam a “ameaça comunista.” Foi o caso, por exemplo, de Graciliano Ramos, mantido no cárcere sem qualquer julgamento formal, sob a justificativa de que adotava práticas e discursos subversivos no exercício da sua profissão. Dessa forma, se por um lado os aparelhos de comunicação oposicionista enfrentaram os desmandos do governo por imposição de medidas como a censura, empastelamento de jornais, ameaças aos editores e funcionários, a imprensa aliada do governo foi fundamental na construção dessa concepção de “inimigo” interno.

Marilena Chauí (2006) dispõe que os aparelhos ideológicos servem para manter o funcionamento da sociedade “sem que os membros desta sociedade se percebam divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características comuns” (CHAUÍ, 2006, p. 85-86). Assim, para que todos os membros da sociedade se identifiquem com essas características comuns é preciso que elas sejam convertidas em ideias, para tanto, é preciso que a classe dominante, além de produzir ideias, também possa distribuí-las. Para tanto, no funcionamento do Estado capitalista há estruturas que garantem o modo de funcionamento do capitalismo. O sistema de comunicação, assim como o sistema jurídico, educacional, religioso são exemplos disso. A ideologia, neste contexto, afigura-se como elemento legitimador do discurso de uma classe na instituição de órgãos de controle/colheita de informações.

O documento que culminou na efetivação do golpe de 1937, por exemplo, foi propagado pelo Departamento de Propaganda, equivalente do Departamento de Imprensa e Propaganda, criada para difundir a ideologia do Estado Novo e que depois veio a operar a sua máquina de Censura. Com a divulgação do “Plano Cohen”, esse aparelho de comunicação operou através do medo, convencendo a população de que supostamente estaria na iminência de uma ação orquestrada de ataque à sociedade brasileira. Tais informações serviram à imposição da radicalização ideológica e convalidação das pretensões dos militares que objetivavam justamente acionar esse sinal de alerta à população para então operar no combate aos “inimigos.” A guerra, até então, predominantemente ideológica, foi sendo transposta gradativamente para o plano repressivo, de modo que os aparelhos do Estado passaram a operar simultaneamente pela ideologia e pela repressão.

A decretação da Lei de Segurança Nacional e a criação do Tribunal de Segurança Nacional foram exemplos dessa conjugação e de como o aparato legal, enquanto instrumento ideológico da classe dominante, foi utilizado para legitimar atos

notadamente ilegítimos a serviço da manutenção de uma estrutura de poder. Segundo constata D'Araújo (2000), uma Comissão executora do Estado de Guerra foi criada com o intuito de estabelecer as diretrizes da ação repressiva no Estado Novo. Essa comissão foi responsável pela apresentação de propostas de medidas como a “criação de campos de concentração militares e colônias agrícolas para reeducação de simpatizantes do comunismo, comissões de ensino para combater o comunismo nas escolas”. De mais a mais, entre as medidas de caráter permanente, a “criação de um arcabouço jurídico que permitisse julgamentos sumários e a prisão de comunistas, bem como a criação da Polícia Federal para combater o comunismo em qualquer parte do país (D'ARAÚJO, 2000, p.26).

Embora nem todos os ditames traçados por essa comissão tenham sido acolhidos como programa oficial de governo, essas medidas são elucidativas no sentido de demonstrar a proporção da força empregada na luta anticomunista naquele período. De fato, o processo de modernização administrativa entabulado pelo Estado Novo foi garantido pelo uso imoderado do autoritarismo estatal nos mais diferentes segmentos. É necessário destacar também que as políticas industriais e de planejamento econômico notadamente ganharam maior vigor após a tomada do poder pelo governo Vargas.

Não obstante, o Estado-Novo continuou atendendo às velhas demandas clientelistas de favorecimento por troca de interesses, sobretudo quando da concessão de cargos de confiança. Estabeleceu-se no país muito claramente também, a iniciativa de construção de uma nova identidade nacional. Destaca D'Araújo (2000), que esta construção foi forjada pela incorporação do civismo ao sistema educacional, e posteriormente, pela nacionalização do ensino.

Dentro desse plano de nacionalização da educação, estavam englobadas algumas outras medidas, como a política de culto à personalidade que, com a influência da máquina de propaganda do Estado, transformou Getúlio Vargas em um mito. Passou-se então a controlar os currículos e o monitorar atividades desempenhadas nas escolas em todo o país. Todas essas invenções políticas foram impostas sob a justificativa de que visavam a unidade nacional e proteção dos jovens contra as influências externas.

No Estado Novo, foram criadas várias formas de organização e participação cívica dos jovens. De acordo com D'Araújo (2000):

[...] foram presença uniformizada constante nas várias manifestações cívicas que a máquina de propaganda do Estado inventou (entre elas o Dia da Raça, o Dia da Pátria, o Dia da Juventude, a Semana da Independência, o Dia do Trabalho e outros.). Essas manifestações, em que se exibiam retratos de Getúlio Vargas e que ocorriam normalmente em campos de futebol, transformaram-se em momentos míticos e quase religiosos de louvação ao país e a seu "chefe" (D'ARAÚJO, 2000, p.34).

Nesse contexto, é importante refletir que as cerimônias são práticas geralmente oriundas de uma necessidade sentida por determinados grupos de poder com funções políticas e sociais importantes. Decerto, existem tradições inventadas com objetivos claramente políticos e aquelas cujos objetivos não são específicos ou conscientemente políticos, mas, se tratando de manifestações inventadas pelo Estado, contudo, há que se constatar uma inclinação à propagação de uma visão ideológica por detrás da utilização dos rituais. Conforme Hobsbawm e Ranger (1997), as invenções oficiais, “compreende-se aquelas também denominadas ‘políticas’- surgidas acima de tudo em estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.272).

Sob a perspectiva dos autores citados a invenção das tradições "políticas" é mais consciente e deliberada, vez que é adotada por instituições com objetivos políticos bem definidos. A respeito da mesma concepção, Bourdieu (1996) aduz que “é no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado” (BOURDIEU, 1996, p. 95). Sendo assim, a violência simbólica nessa perspectiva, caracteriza-se como a influência do Estado em orientar os agentes sociais à aceitação, incorporação e legitimação de uma realidade social específica, a saber, a realidade social reproduzida pelo Estado. Deste modo, os agentes tenderiam a reproduzir tais representações sociais sem necessariamente percebê-las.

No caso em questão, o objetivo do Estado era construir no imaginário social, por meio dos ritos e símbolos, a visão de uma nação coesa, protegida contra ameaças exógenas e comandada por uma liderança forte. Em suma, era consolidar, com o auxílio das estruturas do governo, o ideário nacional. O papel da imprensa oficial, como antevisto, foi determinante nesse processo pois além de referendar as ações do governo e auxiliar no projeto nacional, exerceu, sobretudo por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, a censura.

No plano econômico, é interessante perceber que o processo de industrialização e modernização do Estado não estava atrelado exclusivamente às

habilidades do governo, mas também às influências externas da II Guerra Mundial. Mesmo no curso de uma ditadura e alinhado às políticas nazifascistas, o Brasil decidiu declarar apoio aos Estados Unidos, o que implicou na adoção de medidas capazes de refletir no plano internacional uma preferência pelas democracias liberais em detrimento dos regimes totalitários.

É curioso constatar que a atuação em uma luta armada desencadeou o encerramento de um período marcado pelo autoritarismo no país, principalmente levando em consideração a contradição existente no fato de que um estado imerso em uma ditadura se posicionou em defesa da democracia. Ressalte-se, entretanto, que o processo de redemocratização não se deu inteiramente em razão do desfecho dos conflitos externos. No plano interno, grupos organizados ainda sem grande ressonância, principalmente representantes da elite econômica, já vinham pressionando o governo em prol do despojamento do regime.

Consoante D'Araújo (2000), antevendo o crescimento dessas manifestações, em 1945, o Estado Novo iniciou uma política de descompressão para evitar uma ruptura brusca na ordem vigente e assegurar o poder de mando dos aliados do governo na máquina burocrática estatal mesmo diante de uma nova forma de governar. Esse plano de liberalização determinou a suspensão dos atos de censura à imprensa, anistia a presos e exilados políticos, reconstituição dos partidos, dentre outras medidas que, se analisadas sob uma ótica mais geral, ilustram o processo de reinvenção do sistema capitalista citado por Marx e Engels (1984), que se adéqua às circunstâncias para manter as estruturas de poder sob o domínio das classes dominantes.

O afrouxamento do Estado de Segurança Nacional viabilizou o aparecimento na órbita política do Partido Social Democrático (PSD) que visava a continuidade de um grupo investido no poder durante o Estado Novo e da frente oposicionista ao governo, reunida na União Democrática Nacional. Além destas duas bandeiras que arregimentaram, grande parte da elite intelectual do país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), também foi reconduzido ao cenário político e por orientação internacional, apoiou o governo no tocante à redemocratização, mesmo sendo a agremiação representativa do maior alvo da repressão Vargasista. Por fim, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também assumiu posição de destaque nesse momento decisivo da história nacional e nos anos que sucederam a retirada de Getúlio do comando da nação.

Diante de uma movimentação popular crescente que, com o incentivo da máquina de propaganda do Estado pedia a continuidade do governo, militares contrários ao prolongamento da ditadura se insurgiram. Embora boa parte desses militares tenham assentido e até mesmo viabilizado a ascensão de Getúlio à presidência, o receio maior na ocasião era de que ele implementasse um golpe dentro do golpe para garantir mais uma vez o controle e comando nacional. Antes que isso acontecesse, a derrubada da ditadura do Estado Novo foi efetivada.

### **2.3 Graciliano: O inimigo interno**

No Brasil, como já exposto, a ideia de Segurança Nacional foi sendo consolidada à medida que novos atores sociais passaram a ser apontados como ameaça à integridade do Estado. A grande presença de imigrantes no país, atrelada às movimentações exógenas que sinalizavam os riscos de levantes armados contra o governo, serviram à caracterização de uma ameaça interna, antes mesmo do comunismo se constituir como uma corrente política e ideológica de relevo.

O Código penal de 1890 e a carta constitucional de 1891 já haviam inaugurado concepções correspondentes a ideia de Segurança Nacional que indiretamente apontavam e caracterizavam os opositores do sistema vigente, mas foi a partir de 1930 que o país imergiu em um processo de radicalização política e ideológica capaz de tornar o comunismo a preocupação central do governo.

A Lei de Segurança Nacional (LSN), criada com o intuito de regular a “segurança nacional, a ordem e contra distúrbios sociais em seus territórios ” (BRASIL, 1935), trazia uma abordagem contrária à ação sindical, grevista, dos conspiradores e estrangeiros envolvidos na política e foi um retrato da reação operada pelo governo em relação aos movimentos organizados, contra as tendências fascistas que vinham sendo propagadas internamente.

Os Levantes armados orquestrados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), como já dito, culminaram em uma reação de endurecimento das medidas repressivas adotadas até então pelo Estado, como a modificação da Lei de Segurança Nacional (LSN), a criação da Comissão Nacional de Combate ao Comunismo, sucedida pela decretação do Estado de Sítio e posteriormente, pelo Estado de Guerra (D'ARAÚJO, 2000). Esses foram alguns instrumentos jurídicos que viabilizaram a perseguição de indivíduos por questões puramente políticas.

O aparato legal teve papel estruturante no desenvolvimento do Estado de Segurança Nacional, o qual foi também avalizado por um sistema de ideias que forneceria as bases da Doutrina de Segurança Nacional. Com o apoio dessas estruturas, a noção de “inimigo interno”, que não era exatamente uma inovação do Estado Novo, mas era muito bem delimitada até este momento, passou a ser tratada como um conceito aberto e indeterminado capaz de englobar todo e qualquer indivíduo em razão das suas convicções pessoais, posicionamentos políticos ou simplesmente pelo exercício de suas funções. Na prática, o conceito abrangia todo aquele que representasse entraves à consecução dos fins pretendidos pelo Estado com a Ditadura.

É importante destacar que a assimilação da noção de inimigo interno demanda a compreensão da ideia de “guerra revolucionária”, cuja principal característica é a previsão de envolvimento da população do país alvo numa ação. Alves (1984), assevera:

[...] lenta, progressiva e pertinaz, visando a conquista de mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes até a organização de zonas dominadas com o recurso da guerrilha ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do país é utilizado como combatente (ALVES, 1984, p.37).

Esses foram preceitos utilizados para disseminar o medo e convencer a população do risco iminente do terror durante o Estado Novo. Segundo imprimia a máquina de propaganda oficial, o Estado seria o poder capaz de proteger a população do perigo comunista e atuaria por intermédio de um aparato repressivo e de controle armado, capaz de impor sua vontade e coagir a população, inclusive integrando-a na rede de informações políticas usada para detectar os inimigos. Com efeito, quanto maiores as tensões, mais duras as medidas adotadas para assegurar a manutenção da classe dirigente no poder. Assim, à medida que o autoritarismo ia se solidificando, tornavam-se mais abrangentes as ações de identificação e eliminação dos indesejáveis no plano político, embora fosse ilusório pensar que a oposição alcançaria o intento de eliminar totalmente os seus opositores – foi esse sistema utilizado para identificar e punir os “inimigos” do Estado, em que se deu, também, a prisão política de Graciliano Ramos

A obra “Memórias do Cárcere” traz um retrato desse período, onde o autor expõe o testemunho sobre as experiências traumáticas e violentas decorrentes da



Ditadura varguista. A narrativa surge de um exercício de escuta e fornece informações relevantes para a reconstituição do contexto histórico, além de servir como um instrumento para combater ao esquecimento de algo que poderia ter se perdido no tempo. Mais do que isso, o testemunho de Graciliano, nesta condição de preso-político, denuncia os desmandos perpetrados pelo Estado, cuja ação discricionária alcançou artistas, educadores, profissionais de imprensa, anônimos e intelectuais dos mais diversos segmentos.

A respeito deste ponto, é interessante abrir um parêntese para discutir como as bases do Estado Novo foram sendo estruturadas sobre a educação e como Graciliano Ramos, dentro dessa estrutura, vez que ocupava a direção da instrução pública, foi se tornando um entrave na engrenagem do novo regime.

Sabe-se que o autoritarismo não foi instituído por intermédio de uma ação única, mas por um conjunto de ações adotadas com a finalidade de implementar um projeto fascista no Brasil. O aparelho educacional, nesse contexto, foi um meio utilizado para disseminar, sobretudo entre as crianças e jovens, novas crenças, já que a afirmação do pensamento político demandava a transformação da sociedade em uma massa homogênea manipulável, apta a aceitar e a endossar a centralização do poder. Em outros termos, a educação foi concebida neste projeto de sociedade como um dos principais instrumentos do Estado.

Impõe destacar que o ano de 1932 foi um marco na luta pela remodelação do sistema educacional, embora esta tenha sido uma pauta defendida desde a década anterior. Foi o ano em que foi lançado o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" que consolidava a visão de um segmento da elite intelectual do país e vislumbrava a organização de um plano geral, cuja bandeira abarcava uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Dentre os propósitos do manifesto, estava a supressão de instituições criadoras de diferenças no ensino em decorrência de questões econômicas, ou seja, os educadores propunham um programa de política educacional amplo e integrador que suplantasse as diferenças de classe no ensino. Em contraposição a isso, a Igreja, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população passou a opor resistência ao movimento reformador, na defesa dos seus interesses.

Atento às reivindicações dos segmentos conservadores e reacionários e firme na consecução do propósito de substituir o Estado Liberal-Democrático pelo Estado Totalitário, o governo incorporou os preceitos da igreja ao seu projeto para a educação

nacional. A ideia de uma formação moral passou a ter estreita ligação com a implantação do ensino religioso nas escolas que também logo foi atrelada, por força do discurso essencialmente ideológico, à concepção de nação próspera.

Ao discursar sobre o plano educacional desenvolvido pelo governo provisório entre 1931 a 1932, Getúlio Vargas dispõe que:

“Todas as grandes nações, assim merecidamente constituídas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica” (VARGAS, 1978, p. 156-157).

Com a criação da Aliança Nacional Libertadora, as tensões pré-existentes acirraram-se ainda mais, e a ideia do “perigo vermelho” tornou-se mais palpável sob o ponto de vista do governo. Uma carta escrita em 1935, pelo representante católico Alceu Amoroso Lima ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, ilustra esse cenário, assim como o alinhamento das Instituições Igreja e Estado.

Devo apenas advertir-lhe que os progressos recentes da Aliança Nacional Libertadora, a feição socialista que vai assumindo o governo municipal do Rio de Janeiro, bem como a impregnação comunista de muitos sindicatos e de alguns elementos do Ministério do Trabalho vêm trazendo à opinião pública do país motivos de mais profunda inquietação. E os católicos esperam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo, que assumiu a figura desse partido acima mencionado (ANL) para agir hipocritamente à sombra de nossas leis (LIMA, 1935, n.p).

Percebe-se que naquele contexto, o crescimento da Aliança Nacional Libertadora representava um sinal de alerta, o pontapé inicial acerca da instauração da “Ditadura Comunista.” Para a igreja católica, o comunismo representava uma tendência que ia de encontro a todos os princípios morais instituídos e, portanto, o imoralismo inerente a esta doutrina deveria ser severamente combatida.

A igreja defendia também a abolição das ideias liberais estabelecidas na Constituição de 1934, como a liberdade de cátedra e o ensino leigo, e buscava implementar a consequente substituição deste modelo pelo de ensino religioso obrigatório, cujos princípios basilares voltavam-se para o civismo e para a moralização dos adolescentes e jovens. Esse empenho moral, cívico e disciplinar também foi endossado pelos militares para quem a educação representava a grande arma a ser usada na “luta espiritual que se trava entre as vigas mestras e os inimigos declarados

de todas as pátrias, que atacam as crenças espiritualistas, as cerimônias cívico-nacionalistas, a disciplina hierárquica e, acima de tudo, o amor pátrio” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001).

Percebe-se que o Estado, por meio das suas instituições (a igreja, a escola, as forças armadas) foi instalando paulatinamente a noção de que o inimigo era real, estava cada vez mais próximo e precisava ser reprimido para o bem da nação. Até mesmo a determinação de inclusão da educação física no ensino foi um reflexo deste plano ideológico, na medida em que buscava inculcar a noção de que os jovens do sexo masculino deveriam estar preparados fisicamente para defender a pátria de qualquer força que oferecesse risco à ordem instituída.

É importante destacar também que nesse contexto, a ideologia fascista estava muito presente no Brasil, sobretudo, através da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização liderada por Plínio Salgado, cujas ideias conservadoras eram expressas no lema "Deus, Pátria e Família" e com as quais o presidente Getúlio Vargas demonstrava grande afinidade.

No ano de 1935, a Intentona Comunista aprofundou o discurso que afirmava a existência de uma “ameaça comunista” e passou a justificar a adoção de medidas mais duras de repressão, desencadeando um período de caças às bruxas. Conforme expõe Graciliano Ramos em “Memórias do Cárcere”:

O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anunciava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana (RAMOS, 1984, p.35).

Foi diante desse contexto nacional que se deu a perseguição política narrada por Graciliano Ramos. Enquanto a onda de autoritarismo tornava-se cada vez mais crescente, Graciliano carregava as marcas da sua trajetória na administração pública. Foi adjetivado pelos desafetos como um homem indulgente com infratores e criminosos pelas medidas que adotou ocupando o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios.

Em uma entrevista concedida à Revista do Globo, edição nº 473, em 18 de dezembro de 1956, Graciliano chegou a se manifestar a respeito dessa questão:

Entrevistador: Consta que, como prefeito, soltava os presos para que fossem abrir estradas...

Graciliano Ramos — Não era bem isso. Prendia os vagabundos, obrigava-os a trabalhar. E consegui fazer, no município de Palmeira dos Índios, um pedaço de estrada e uma terraplenagem difícil (BULA REVISTA, 2020).<sup>5</sup>

De igual modo, diante de um cenário no qual o Governo Federal defendia a incorporação da educação cívica, disciplinar e moralizadora por meio de ritos e símbolos, Graciliano requisitou a retirada do Hino Nacional nas escolas sob sua administração. Ele próprio anuncia em “Memórias do Cárcere” (1984), ter “horror aos patriotas, aos hinos e aos toques de corneta”. A obra, também, expõe o modo como o Estado aproveitava-se da escola para promover, propositadamente, “incapacidades abundantes”. Essas incapacidades, segundo ele, deviam aproveitar-se de qualquer modo “cantando hinos idiotas, emburrando as crianças.” Na visão de Graciliano, esse emburramento era proposital e necessário pois sem ele “como se poderiam aguentar políticos safados e gerais analfabetos?” (RAMOS, 1984, p.20).

Para além dessas questões, soma-se o fato de que, mesmo sendo governado por um presidente expressamente alinhado às ideias nazifascistas e desempenhando uma função pública dentro da máquina burocrática do Estado, Graciliano Ramos teceu críticas a respeito desta estrutura política na qual estava inserido. Ele chegou a afirmar que “a subserviência das autoridades reles a um despotismo longínquo” era motivo de tristeza e vergonha (RAMOS, 1984, p.36).

É certo que, o modo como se deu a escrita de “Memórias do Cárcere” influenciou na expressão do testemunho do autor, que afastado do evento traumático, teve maiores subsídios para compreender a conjuntura e situar-se no espaço-tempo. Mesmo assim, chama atenção na obra para a leitura que foi feita acerca do contexto narrado, no qual a ascensão do fascismo se apresentava como uma realidade. Na percepção do romancista “o mundo se tornava fascista” e o futuro apresentava-se como algo sombrio. Mas, apesar de antigetulista e antifascista convicto, Graciliano não se reconhecia como comunista até ser preso. Isso fica evidente em diversas passagens da obra, neste trecho especialmente:

---

<sup>5</sup> RAMOS, GRACILIANO. A última entrevista de Graciliano Ramos. Entrevista concedida a Homero Senna. Bula Revista, 2020. Disponível em <<https://www.revistabula.com/3237-a-ultima-entrevista-de-graciliano-ramos/>>. Acesso: 12 de junho de 2021.

[...]eu não podia considerar-me comunista, pois não pertencia ao Partido; nem era razoável agregar-me à classe em que o bacharel José da Rocha, usineiro, prosperava. Habitara-me cedo a odiar essa classe, e não escondia o ódio. Embora isto não lhe causasse nenhum prejuízo, era natural que, em hora de paixões acirradas, ela quisesse eliminar-me (RAMOS, 1984, P. 48).

O trecho transcrito retrata o deslocamento de Graciliano diante do cenário de polarização que havia se instituído. Se ele não se reconhecia como comunista, também não havia sido seduzido pelo discurso ideológico propagado pelo Estado. Em alguns momentos, inclusive, o romancista chega a externalizar o desejo que alimentava de presenciar a morte do capitalismo e o fim da exploração: “Não me repugnava a idéia de fuzilar um proprietário por ser proprietário. Era razoável que a propriedade me castigasse as intenções” (RAMOS, 1984, p.28), afirmou.

De fato, ao longo a obra ele deixa transparecer um posicionamento muito mais alinhado às noções bases do comunismo do que às inclinações políticas defendidas pelo governo, mesmo tendo pertencido a esta estrutura por anos. Exemplo que ilustra essa ideia, pode ser visto no episódio em que Graciliano, já preso, recebe a notícia da prisão de Luis Carlos Prestes.

Aquela notícia de poucas linhas num jornal do Recife me abalava. Ainda não dispunha de meios para avaliar com segurança a inteligência de Prestes: dois ou três manifestos, repreensões amargas aos antigos companheiros, eram insuficientes. Admirava-lhe, porém, a firmeza, a coragem, a dignidade. E sentia que essa grande força estivesse paralisada. – Com os diabos! Certamente outros iriam cair, as prisões se encheriam, a ditadura mal disfarçada que humilhava um congresso poltrão grimparia. Anos perdidos. E se a agressão fascista continuasse lá fora, teríamos aqui medonhas injustiças e muita safadeza (RAMOS, 1984, p.95).

Percebe-se na sua fala certa admiração pela figura do revolucionário, motivo que talvez justifique a sua entrada, anos depois da saída do cárcere, no Partido Comunista (PCB). Fato é que, a ausência de definição de um posicionamento político partidário antes da sua apreensão sempre deixou interrogações acerca da real motivação do Estado. Esses motivos efetivamente nunca foram esclarecidos, nem mesmo em um Tribunal de fachada. Causava nele estranhamento o fato de o Estado não procurar, sequer, dar um ar de legalidade à prisão, como vinha sendo feito em outros países inteiramente fascistas. Declarou, Ramos (1984): “Por que não arranjavam depoimentos, embora falsos, num simulacro de justiça? Farsas,

evidentemente, mas nelas ainda nos deixariam a possibilidade vaga de mexer-nos” (RAMOS, 1984, p.102).

Vê-se que, além de impor a prisão dos indesejáveis sem os devidos termos de acusação, o Estado alijava-lhes quanto à possibilidade de defesa, demonstrando a extensão do seu domínio sobre as instituições. Ante a ausência de qualquer comunicação oficial ou procedimento processual que os deixasse a par dos motivos do encarceramento, apresentava-se sob a visão de Graciliano como uma antecipação da sentença condenatória. “Não davam mostra de querer submeter-nos a julgamento. E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até o foro que nos sentenciava” (RAMOS, 1984, 102).

Em 11 de Setembro de 1936, através da Lei nº 244, como que respondendo aos anseios do romancista, o governo institui o Tribunal de Segurança Nacional cuja competência inicialmente restringia-se ao julgamento de crimes “contra a segurança externa da República”, contra “as instituições militares” e “crimes de finalidades subversivas das Instituições Políticas e Sociais” em situações de guerra declarada (BRASIL, 1936).

Posteriormente, essas competências foram ampliadas, abrindo a possibilidade de atuação em quaisquer situações contra tudo e contra todos, consolidando-o como um instrumento da ditadura varguista. Assumia assim, o papel de fundamentar as acusações infundadas, justificar as prisões arbitrárias, maquiar as execuções sumárias e a tortura de prisioneiros em explícita subordinação aos interesses governamentais.

Na obra “Memórias do Cárcere”, Graciliano Ramos expõe suposições sobre causas que teriam justificado a sua prisão “tinha-me alargado em conversas no café, dissera cobras e lagartos do fascismo, escrevera algumas histórias. Apenas. Conservara-me na superfície, nunca fizera à ordem ataque sério” (RAMOS, 1984, p.148). Ao que aparenta, a sua leitura acerca da conjuntura o fez perceber que não precisaria de muito para que fosse enquadrado como “inimigo” do Estado.

Ricardo Ramos, o seu filho, na obra “Graciliano: retrato fragmentado” (1992), registra que o romancista tinha certeza de que a sua prisão havia sido fruto de denúncia. Ele, contudo, opôs discordância ao posicionamento defendido pelo pai e atribuiu o encarceramento à visão antifascista e antigetulista por ele expressa no exercício das funções públicas.

Ramos (1992) lembra que Graciliano se opôs à Revolução de 1930 e já havia sido preso por este motivo; apoiou, mesmo sem uma postura ativa o Movimento Constitucionalista de 1932 e fez inúmeros inimigos durante a sua trajetória política ao destituir-lhes de posições de privilégio. Ele menciona ainda, a exposição do pai na condição de diretor da Instrução Pública alagoana. Enquanto imperava no país uma lógica de hierarquização do saber, em que o conhecimento estava voltado para as classes mais abastadas, Graciliano inseria nas escolas sob sua direção, crianças carentes, que até então não haviam tido acesso à educação. Do ponto de vista de Ricardo Ramos, essas ações já o denunciavam dentro do contexto político narrado. Supõe-se que tenham sido esses os motivos que impuseram a perseguição e prisão do romancista.

A carta enviada a Getúlio Vargas no ano de 1938 evidencia que era essa a versão dos fatos em que acreditava:

Acho, porém, que lá cometi um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em três anos coloquei nelas cinquenta mil, o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o pior é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos. Não sei bem se pratiquei outras iniquidades (RAMOS, 1938, n.p).

De fato, a intelectualidade de Graciliano Ramos e o posicionamento crítico frente ao desenrolar das ações do Estado acionaram o sinal de alerta do governo para neutralizar a sua influência e silenciá-lo. Ele representava o papel do inimigo dentro da suposta Guerra Revolucionária (ALVES, 1984, p.37) aludida pelo Estado. Uma guerra que, sob a ótica do governo, buscava conquistar mentes para utilizar o próprio nacional do país como combatente.

Foi a partir desta perspectiva que a concepção de inimigo deixou de ser atrelada exclusivamente ao outro e tornou-se extensível aos cidadãos pátrios, como o próprio Graciliano. A ação governamental passou a ser justificada como ação necessária para reforçar as instituições democráticas ameaçadas, eliminando o “perigo da subversão e do comunismo” (ALVES, 1984, p.52). Em verdade, essa justificativa encobria o sentido da prisão como elemento silenciador dos indesejáveis na órbita nacional.

É importante esclarecer, todavia, que a busca da segurança interna pela eliminação do “inimigo interno” passou a expor inúmeras contradições, já que, quanto mais ostensivas as medidas adotadas, maior a crise de legitimidade do governo e a

resistência por parte daqueles que defendiam o retorno da ordem constitucional. Havia, portanto, um ciclo: uma ação repressiva provocava resistência, que desencadeava ações mais rígidas para combater as vozes dissonantes de tal modo que esses mecanismos utilizados para neutralizar a “Ameaça Comunista” se consolidaram como uma política de Estado.

### **3 ESTADO, DIREITO E MEMÓRIA EM MEMÓRIAS DO CÁRCERE**

#### **3.1 O anticomunismo no Brasil**

Se o conceito de comunismo já tão solidificado foi ampliado de acordo com os interesses dos poderosos, como expusemos, importa-nos compreender a concepção por meio da qual se pode definir o anticomunismo, uma vez que, embora pareça algo tão elementar isso envolve questões de fundo muito mais complexas do que elaboramos de imediato.

Nas palavras de BERNSTEIN e BECKER (1987), anticomunistas seriam os “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação.”, ou seja, o termo está ligado a uma posição de dissonância ao projeto comunista, compreendido a partir da síntese marxista-leninista que deu vazão à construção do bolchevismo e do modelo soviético. Embora já houvesse, antes desta concepção, uma espécie de antissocialíssimo, o referido modelo não possuía formas tão consistentes (MOTTA, 2000).

O fato é que desde a sua constituição enquanto manifestação ideológica, há uma homogeneidade de pensamento no tocante à existência de um inimigo comum, mas a identificação e o modo de organização vem se realizando das mais diversas formas possíveis, o que impõe dizer que assim como a próprio Comunismo, o anticomunismo é um movimento multifacetado, articulado por “frentes” distintas e dissonantes entre si, que constitui-se como força determinante nos processos que marcaram e marcam a sociedade contemporânea. Marx, no século XIX, já apontava que o comunismo era um espectro que rondava a sociedade capitalista e que o compasso do tempo só viria a confirmar o poder dessa força oculta no sentido de assombrar os poderosos.

Na história do Brasil, o anticomunismo, compreendido como um movimento ideológico, desponta em decorrência do contexto internacional do bolchevismo e como



reação às dissensões despontadas no pós-Primeira Guerra Mundial. Ante o entusiasmo dos revolucionários e diante de um cenário de instabilidade política ocasionada pela crise liberal, o que era apenas um “fantasma” no imaginário social, transformou-se em algo concreto e palpável, pois o mundo observava o poder que poderia ser exercido pela classe operária.

É certo que a difusão do ideário comunista gerava sentimentos opostos. Se para alguns significava a possibilidade de aproximação de uma revolução que viria para assegurar condições de sobrevivência mais iguais (sob o viés econômico e social), para outros representava um prenúncio do horror e do caos.

É claro, portanto, que as ideias difundidas nesse contexto pós Primeira Guerra, assim como a concepção de um Comunismo de Guerra, compreendido enquanto estratégia adotada pelos bolcheviques russos após a Revolução Russa, passaram a reverberar no Brasil e acenderam o sinal de alerta para os governos de países capitalistas que passaram a empreender esforços para reprimir todo e qualquer tipo de discurso de cunho comunista no território nacional. Dentre outros artifícios, esses esforços compreendiam um forte aparato de propaganda, sobretudo, com o objetivo de aglutinar os grupos de elite às articulações do Estado.

A elite brasileira, historicamente subserviente às pressões externas de países centrais, já havia se habituado a importar ideias das grandes potências e não foi diferente em se tratando da compreensão de que o comunismo se apresentava como uma ameaça à ordem social. Assim, as representações do anticomunismo no país desenvolveram-se sob a égide de uma grande influência estrangeira, do mesmo modo que as medidas adotadas para combater a crescente onda comunista. Exemplo disso é que as ações de repressão da polícia brasileira foram intermediadas por treinamentos militares fornecidos por outros países, sobretudo, os Estados Unidos.

Com a ascensão do país à condição de grande potência, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, os mecanismos de enfrentamento que em muito decorriam de influências europeias pela própria dinâmica das relações culturais, passaram a estar imbricados à política norte-americana depois da década de 30. Naquele período, os Estados Unidos se tornaram também uma grande referência mundial em se tratando da política persecutória à chamada “Ameaça Vermelha”, empenhando uma monta vultosa de recursos em propaganda, articulação, disseminação das ideias por meio de construções discursivas e imagéticas e outros

mecanismos que foram incorporados à política interna de diversos países, a exemplo do Brasil.

A elaboração de manuais sobre a doutrina anticomunista também passou a ser foco de escritores norte-americanos e um meio de disseminação ideológica, no entanto, é importante ressaltar que nem todas as ideias estrangeiras eram incorporadas no discurso adotado internamente, a exemplo dos argumentos de orientação liberal. Aqui, o discurso liberal assumia uma posição de menor relevância ao estabelecermos como referência, por exemplo, os valores religiosos propagados pela igreja católica. Isto se explica em razão da própria formação do país enquanto sociedade, das tradições e do contexto econômico.

Desde o final da década de 20, os discursos denunciadores do comunismo já eram presentes na imprensa, mas a “questão social” ainda aparecia desvinculada desta realidade. A ameaça comunista era considerada uma ameaça remota que recaía sobre alguns países da Europa, mas permanecia ainda distante da nossa dinâmica política. Ainda assim, havia por aqui pequenos grupos organizados que acreditavam nos ideais revolucionários.

Como exposto no capítulo anterior, o ano de 1922 marcou a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Embora os jornais da época dessem grande notoriedade aos “horrores” causado pelo Comunismo no outro continente, o surgimento de uma célula comunista na esfera local não teve grande expressividade nos meios de comunicação, talvez pelo tamanho e pela falta de articulação do grupo recém-criado.

A partir de 1927, a propaganda anticomunista ganhou força. Depois de anos de arrocho provenientes da decretação do Estado de Sítio no governo de Arthur Bernardes, o clima ameno do início do governo de Washington Luís mostrou-se propício para o crescimento do PCB, que começou a despontar com uma força política, sobretudo, no meio operário. Em resposta, o Congresso Nacional editou uma Lei, a “Lei Celerada”, cujo principal objetivo era limitar as atividades políticas e sindicais da esquerda. Segundo expõe Chilcote (1982), a referida lei respaldava o governo para fechar centros, sindicatos e entidades acusados de praticarem atos contrários à ordem, à moralidade e à segurança pública e suspender o funcionamento de órgãos de comunicação que propagandassem tais atos. Com fulcro nesta lei, qualquer pequeno movimento grevista passava a ser enquadrado como um plano de dominação comunista e assim, a adoção de medidas repressivas era justificada.

Tratava-se, portanto, de uma lei claramente autoritária cuja edição encontrou enfrentamento de grupos mais garantistas.

As ações desencadeadas a partir de 1930, no entanto, quando Getúlio Vargas se consolida como reconhecido líder político é que expõem o “perigo comunista” como uma ameaça real e interna. Vale lembrar que o grupo político que orquestrou a tomada do poder e a consequente derrubada da “República Velha” era um grupo heterogêneo que não conseguia estabelecer a confluência em meio a tantas demandas particulares. Isso, somado a uma postura mais intervencionista por parte do governo em relação à política econômica, chegou a chamar a atenção da elite dirigente, acostumada à adoção de um plano econômico mais liberal.

Obviamente, a cúpula governamental não oferecia qualquer risco de adesão ao plano de implementação do comunismo no Brasil, no entanto, essas discussões acabaram despertando a atenção de jovens e intelectuais para essa nova ótica do comunismo como uma saída para os problemas estruturais do país. O assunto também passou ganhar uma notoriedade cada vez maior nos livros, na imprensa, nas discussões entre intelectuais e como reflexo de toda essa notoriedade o país pôde acompanhar a criação e fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932.

Como já abordamos anteriormente, tratava-se de um partido de orientação fascista que pregava que para a reformulação do modelo de estado era necessária a destruição tanto do liberalismo quanto do comunismo, ainda que para isso fosse necessário a adoção de medidas autoritárias. Posteriormente, a pregação anticomunista assumiu um papel preponderante no discurso integralista, tornando-se uma das suas principais marcas e contribuindo para o seu crescimento.

A partir de 1934, muitos grupos com posicionamentos tanto de esquerda quanto de direita no Brasil começaram a ganhar robustez. Enquanto o contexto global apresentava um cenário de polarização, opondo Fascismo e Comunismo, o Brasil observava a aprovação de uma nova Constituição que foi discutida e promulgada tendo como um dos seus propósitos atenuar as tensões internas. Naquele momento político, o governo de Getúlio Vargas era instável e o grupo heterogêneo que o havia alçado ao poder pressionava o presidente para ver atendidos os próprios interesses negociados em campanha. Além disso, havia uma instabilidade decorrente de um clima de conspiração proveniente dos grupos militares.

Ainda, por volta de 1934, uma série de greves foram deflagradas por profissionais de diversas categorias ao redor do Brasil. A reação do governo firmava-

se sob a justificativa de que os comandos grevistas eram orientados por lideranças comunistas. Em outra esfera, o PCB havia se envolvido de forma escancarada com a causa antifascista por meio da organização de entidades antifascistas e a Ação Integralista registrava um crescimento expressivo ao integrar os adeptos do anticomunismo em sua base. Nesse contexto, a publicação da Lei de Segurança Nacional, serviu como ferramenta para o propósito do governo de silenciar a oposição.

A criação da Aliança Nacional Libertadora (1935), diante desse contexto, mostra-se como resultado do cenário de articulação contra o fascismo, mas, além da pauta antifascista, a entidade partidária estruturava-se sob a bandeira anti-imperialista e tinha influência do Partido Comunista no tocante à definição do posicionamento ideológico. Com o crescimento da Aliança e consequente consolidação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a filosofia comunista ganhou eco no país e à mesma medida que a expressão das entidades representativas aumentava, proporcionalmente aumentava também a reação anticomunista, decerto, porque o anticomunismo era alimentado pelo medo e pela insegurança da sociedade.

A declaração de ilegalidade da ANL, nesse contexto, serve como exemplo claro de como o governo se posicionava. A ordem de fechamento foi lastreada na Lei de Segurança Nacional, aplicada sob a justificativa de que a organização possuía um caráter subversivo. Porém, vale ressaltar que, apesar de dificultar a ação da entidade representativa, a aplicação da lei não impediu a articulação do movimento, que seguiu desempenhando atividades como a realização de comícios e divulgação de boletins contra o governo.

Em novembro 1935, como exposto no segundo capítulo, o Levante Comunista foi deflagrado. No que diz respeito a este momento histórico, é importante destacar um aspecto importante para melhor compreendermos a dinâmica do anticomunismo no Brasil. Sabemos que a “Intentona Comunista” foi, de fato, uma ação orquestrada e violenta, que contou com a adesão de uma grande parcela das forças armadas e que mesmo sob a bandeira da ANL teve considerável participação dos comunistas locais. Apesar disso, a força das representações criadas acerca do movimento aponta para uma perspectiva de manipulação da realidade com o objetivo de macular a causa. Com efeito, estima-se que tenha havido mais mortes de revolucionários do que de anticomunistas no confronto, mas, ainda assim, o discurso construído foi de que o levante se tratava de um recorte do Comunismo, compreendido enquanto movimento violento e assassino.

Os segmentos conservadores do país ficaram atordoados diante de uma ação armada de tamanha proporção, que em consonância com o que anunciavam os aparelhos de comunicação da época, era também composta por agentes infiltrados ligados à Internacional Comunista. A ação revolucionária, assim, respaldava o discurso de que as bases da organização social brasileira estavam ameaçadas e isso se tornou terreno fértil para a intensificação das ações repressivas no país.

É certo que as lideranças políticas se aproveitaram do evento para defender ideias já pré-concebidas. Getúlio Vargas, por exemplo, explorou de tal maneira os desdobramentos da revolta armada que conseguiu construir as bases de um regime ditatorial ancorado no compromisso anticomunista. O contexto de esvaziamento do movimento revolucionário contribuiu para a reorganização do governo e para o fortalecimento de Getúlio, o líder político que ficou reconhecido como homem que conseguiu conter a investida comunista no país.

Não é segredo o quanto a imprensa teve papel importante na propagação das concepções anticomunistas no Brasil. Os jornais instauraram um clima de terror após o fim do Levante Comunista de 1935, declarando apoio quase unânime ao governo central e descrevendo a ação revolucionária como uma barbárie. Além de uma cobertura parcial dos acontecimentos, os veículos de comunicação também exerceram pressão sobre o governo para intensificar a repressão e endurecer a punição dos envolvidos no ato revolucionário, como o fizeram as Forças Armadas. Vê-se, deste modo, que em paralelo à escalada repressiva, desencadeou-se no país uma campanha propagandística contra o comunismo.

Não é demais lembrar, também, que o discurso ideológico reproduzido a partir da “Intentona” foi agregado de uma grande carga simbólica e ritualizada, que, por meio das representações e da exploração da sensibilidade dos grupos, conseguiu reforçar no imaginário coletivo a ideia de uma ameaça iminente. De acordo com Motta (2004), as fontes ideológicas responsáveis por fornecer as maiores representações anticomunistas provêm de três matrizes básicas, quais seja: O cristianismo, mais precisamente o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

A Igreja Católica foi uma das instituições mais envolvidas na ação anticomunista no país, onde se pregava que o comunismo era uma ameaça à fé e aos valores cristãos. Essa visão do anticomunista como um inimigo absoluto não decorria somente do medo de que a doutrina conquistasse a classe operária. Na visão dos líderes católicos, o discurso refutava os fundamentos estruturais das instituições

religiosas. Tratava-se de um conjunto de crenças políticas que confrontava as crenças religiosas e os valores morais.

Nas palavras de Motta (2004):

[...] a filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus (MOTTA, 2004, p.56).

Ainda sob a perspectiva do autor, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da igreja, o que seria um dos propósitos dos defensores da doutrina. A Igreja, frente às forças revolucionárias apresenta-se, assim, a partir de uma perspectiva maniqueísta, na qual a instituição religiosa representa o bem, e o comunismo, as forças do mal.

Assim como o catolicismo, o nacionalismo era também característica representativa do anticomunismo no Brasil. Apesar de outras definições que são dadas ao termo, inclusive constituidoras de ideias contrapostas, o nacionalismo caracterizador do anticomunismo estrutura-se na noção de um todo orgânico que se situa acima dos conflitos sociais, e é marcado por um viés conservador e centralizador.

De acordo com o anticomunismo, deste modo, os revolucionários seriam elementos perniciosos capazes de comprometer a unidade nacional ao instigar o conflito de classes. Outro argumento suscitado acerca do comunismo de inspiração nacionalista diz respeito ao fato de ele estar sempre ligado a uma potência estrangeira ou conspiração internacional, portanto uma ameaça à pátria. Estaria assim personificado na figura do estrangeiro, do “outro”.

Essa característica justifica a retórica utilizada no contexto do Levante de 1935, de que era uma ação direcionada por forças estrangeiras, portanto, uma afronta à soberania nacional. Esse tipo de argumento dava margem à adoção de leis mais duras e medidas excepcionais para “frear” o avanço do “perigo vermelho”.

Outro desdobramento concernente à ideia do comunismo como ameaça à integridade do país diz respeito ao encorajamento à criação de frentes anticomunistas. A partir da década de 30, principalmente, difundia-se a noção de que todo nacional tinha o dever de insurgir-se contra qualquer perigo externo. O discurso propagado em

diversos aparelhos de imprensa, sobretudo após 1935, conclamava os brasileiros à união nacional com o objetivo de combater o inimigo comum.

É interessante abrir um parêntese para destacar também o papel desempenhado pelas forças armadas na consolidação do anticomunismo enquanto política de enfrentamento de um movimento de cunho revolucionário. Sabe-se que a formação militar aponta como questões regulamentares a preservação da integridade nacional como o respeito à hierarquia e a defesa das instituições. Assim, a postura combativa já decorria quase que logicamente da própria constituição militar enquanto grupo. Com a “Intentona”, a ação de alguns militares revolucionários despertou a atenção da sociedade civil no sentido de que a articulação comunista estava presente também entre os homens de farda. Isso foi tão significativo dentro daquele contexto que a partir do ano seguinte as Forças Armadas passaram a celebrar a data da vitória sobre o levante comunista, recordando da ocasião como “dia da vergonha” e, portanto, estabelecendo um ritual simbólico acerca do fato.

Outro elemento de composição do anticomunismo no Brasil é o liberalismo, compreendido a partir de dois vieses: o liberalismo político e o liberalismo econômico. Na concepção dos liberais, o comunismo era uma filosofia danosa à sociedade, em primeiro lugar porque restringia a liberdade política por ocasião de uma crença firmada no autoritarismo político e, depois, porque violava os direitos da propriedade. No Brasil, essa característica do comunismo, como decorrente de um processo autoritário, não podia ser explorada de forma ostensiva, já que o cenário político estava calcado numa ditadura e por assim dizer, a tirania era uma realidade. No que diz respeito à dimensão do anticomunismo ligada à defesa da propriedade, os defensores do discurso liberal argumentavam no sentido de que a propriedade era um direito absoluto e que os comunistas tinham como objetivo violá-la e destituir os proprietários.

Na realidade brasileira, estes argumentos mostraram-se inconsistentes e secundários já que a elite econômica, que deveria assumir esse papel de difusão dos ideais liberais não empenhou tanta energia com esta finalidade. De fato, a função desempenhada pela Igreja Católica na propagação da filosofia anticomunista assumiu no país um relevo maior. Não à toa, líderes políticos como Getúlio Vargas buscaram uma associação contingente com os líderes religiosos em um movimento claro de troca de favores. A igreja assumia poder de mando e diversas regalias dentro do governo e

por outra via, a igreja colocava as suas “armas” à disposição do combate do inimigo comum.

Com toda a mobilização desse sistema de representações, a campanha anticomunista começou a esfriar, principalmente no final de 1936, porque se acreditava que a imagem repulsiva dos comunistas já estava consolidada no imaginário popular e o Estado estaria municiado para lidar com qualquer possível investida de grupos subversivos. Além disso, como o Partido Comunista Brasileiro estava totalmente enfraquecido, alimentava-se a ideia de que a força comunista havia sido neutralizada.

O país estava sob a vigência do Estado de Guerra e havia um desejo comum de retorno à normalidade institucional, firmado no sentimento de que a manutenção do Estado de Exceção não se justificava. Esse sentimento era respaldado também pela circunstância da aproximação das eleições presidenciais, marcada para o início de 1938, pois sabia-se que para que o processo eleitoral se efetivasse, era necessária a construção de uma atmosfera de estabilidade.

Em meados de 1937, foram expedidos alvarás de soltura de inúmeros presos políticos ainda não condenados, além disso, o Supremo Tribunal Militar (STM) revisou na esfera recursal, decisões de primeira instância prolatadas pelo Tribunal de Segurança Nacional, o que acabou também contribuindo para que personalidades importantes fossem colocadas em liberdade. A soltura dos presos políticos provocou reação dos anticomunistas, explicitando que o clima de normalidade era apenas superficial e que qualquer fagulha poderia voltar a incendiar o país diante daquele cenário de radicalização política e ideológica, disfarçado com cortinas de fumaça.

Em consonância com o quanto alegado por Motta (2000), quer seja por razões ideológicas, quer por conveniência política, a tímida liberalização ensaiada a partir de meados de 1937 provocou a mobilização dos grupos anticomunistas radicais, notadamente, integralistas, católicos e militares, sedimentando o terreno para a propagação da existência do “plano Cohen” que alegadamente serviria à instauração de uma Revolução Comunista no Brasil, conforme explicitado no capítulo anterior.

Esse cenário acabou desaguando em um estado de vigilância generalizada sobre as instituições. Ao mesmo tempo em que a máquina de propaganda do Estado era posta em funcionamento para inculcar no imaginário coletivo o medo, por outro lado o teor das publicações também era limitado, sobretudo com o fortalecimento do



Departamento Nacional de Propaganda, haja vista que qualquer publicação de cunho subversivo estaria sujeita a apreensão.

Nos discursos religiosos, o comunismo era atrelado ao anticristo, uma espécie de demônio que destruiria as famílias e as mentes humanas. Na esfera educacional, os livros de séries iniciais foram revisados, alguns foram retirados de circulação, as novas publicações eram submetidas ao crivo de verificação do Estado. Além disso, outras publicações foram escritas com o propósito de “conscientizar” os jovens acerca do “perigo vermelho”. Em todo o Brasil, professores eram denunciados por pregarem a favor do comunismo ou por não se posicionarem contra o comunismo.

De acordo com o que descreve Lima (1937), nas fábricas e repartições públicas os trabalhadores eram submetidos a palestras frequentes e recebiam cartazes, livros, brochuras, boletins, revistas e publicações outras de propaganda contra o comunismo.<sup>6</sup> Toda essa atmosfera de pregação anticomunista resultou no cenário ideal para a instituição do Golpe de Estado que, por ocasião do alargamento dos poderes do governo, viabilizaria a Ditadura do Estado Novo posteriormente.

Percebe-se, assim, que a ditadura varguista transformou a bandeira do anticomunismo num dos elementos de sustentação ideológica do Estado. Foi em meio a essa atmosfera de assombro e de autoritarismo que Graciliano Ramos se tornou um alvo da onda anticomunista que assolou o país e adentrou à prisão como um homem reconhecidamente comunista, conforme se revela na narrativa.

Isso fica muito claro, quando Graciliano, ao adentrar no quartel em Recife é recebido pelo capitão Lobo que se dirige ao romancista dizendo: “Não concordo com as suas ideias, mas respeito-as.” Episódios como tal, se repetem em diversos momentos, a exemplo de quando ocorre a visita do General na prisão, e logo ao ser apresentado, Graciliano mais uma vez é caracterizado com a pecha de Comunista. Vejamos:

– General, estes senhores... Finda a apresentação, o homem alto pregou-me um olho irritado: – Comunista, hem? Atrapalhei-me e respondi: – Não. – Não? Comunista confesso. – De forma nenhuma. Não confessei nada. Espiou-me um instante, carrancudo, manifestou-se: – Eu queria que o governo me desse permissão para mandar fuzilá-lo. – Oh! General! murmurei. Pois não estou preso? E calei-me prudente: o diabo da frase podia ser interpretada como um

---

<sup>6</sup> Trecho final de discurso proferido por Alceu Amoroso Lima. Os males do comunismo e os meios de combatê-lo. Transmitido na “Hora do Brasil”. Produção DNP, Jornal do Brasil, 1937, p.7.

desafio, que eu não estava em condições de lançar ( RAMOS, 1984, p.112).

Questionando-se a respeito das declarações lançadas pelo General, Graciliano se justifica a respeito do seu posicionamento político dizendo:

Afirmara não ser comunista — e dissera a verdade: estava fora do Partido. Se estivesse dentro, não iria confessar atividades ilegais, claro, mas não estava. Quanto ao mais, apenas aquela referência a um fuzilamento improvável. Ninguém tinha intenção de fuzilar-me, pois isto não representava nenhuma vantagem. Eu era bem insignificante e a minha morte passaria despercebida, não serviria de exemplo. E se me quisessem elevar depois de finado, isto seria talvez prejudicial à reação: dar-me-iam papel de mártir, emprestar-me-iam qualidades que nunca tive, úteis à propaganda, embrulhar-me-iam em folhetos clandestinos, mudar-me-iam em figura notável. Não, ninguém tinha interesse em fuzilar-me. Além disso quando um vivente quer extinguir outro, não lhe vai revelar este desejo: extingue-o, se pode. Recurso ingênuo ameaçar as pessoas à toa, sem saber se elas se apavoram (RAMOS, 1984, p.112).

A forma como esse contexto é retratado em seu livro demonstra que a relação de dependência do sujeito com o Estado não foi suficiente para silenciá-lo em definitivo, a despeito de todo o período em que permaneceu calado.

Michel Pollak (1989) em “Memória, Esquecimento, Silêncio” afirma que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. O referido autor busca refletir sobre os possíveis silêncios ou esquecimentos que podem derivar de fatos traumáticos resultantes das experiências pessoais, não obstante, calcados nas memórias coletivas sedimentadas na proposta do Maurice Halbwachs.

Em “Memórias do Cárcere”, o tom de denúncia vai aumentando gradativamente no decorrer da narrativa, por meio de uma abordagem onde as próprias contradições do sujeito são expostas e, principalmente, os seus embates com as orientações partidárias e a política de Estado. Ora, a subjetividade de Graciliano Ramos é expressa também como manifestação de um militante que compreende a importância de submeter a sua experiência pessoal e o seu testemunho à discussão política.

“Memórias do Cárcere”, portanto, extrapola a discussão política para trazer também uma autorreflexão por parte do escritor a partir da investigação da natureza humana, presente nos mais variados tipos (ladrões, intelectuais, militares,

homossexuais), no entanto, importa refletir a opção do romancista pela análise de questões tão subjetivas no livro em alguns capítulos. Verifica-se, sobretudo nas poucas passagens em que se refere às questões partidárias, demasiado polimento, o que vai na contramão do estilo de escrita do autor. É inegável, portanto, se tratar de uma leitura sobre a qual é impossível desconsiderar os desdobramentos operados pela censura, questão sobre a qual nos debruçaremos a seguir.

### 3.2 Censura e silêncio

Conforme exposto anteriormente, na parte inicial de *Memórias do Cárcere*, o autor faz uma espécie de autocrítica a respeito da sua lentidão quanto ao processo de escrita, o qual, de certo modo, busca eximir o Estado Novo de qualquer culpa a esse respeito. Vejamos:

Restar-me-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim, os hábitos de um decênio de arrocho me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos de fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária (RAMOS, 1984, p.3).

Esse trecho do primeiro capítulo apresenta um recorte que destoa do conjunto da narrativa. Aqui, o autor, que apresenta em “*Memórias do Cárcere*” incontáveis episódios de violência, que descreve tão detalhadamente o sentimento de medo que fez com que se desfizesse das suas anotações e a incerteza dos prisioneiros acerca do futuro, parece não se dar conta dos efeitos subjetivos que a prisão opera sobre os indivíduos e mais especificamente, o que a pecha de comunista implicava na vida de um sujeito, embora fosse ele próprio uma vítima desse sistema.

Não há como negar o quanto o escritor parece contraditório nestas primeiras páginas, já que ele próprio discorre de forma tão precisa sobre o modo como o desânimo proporcionado pelos acontecimentos no Estado Novo repercutiu na esfera da intimidade dos indivíduos. Ora, Graciliano apontou que o “fascismo Tupinambá”, apesar de não impedir a escrita, suprimiu o desejo de entregar-se ao exercício literário, reconhecendo expressamente o efeito do cárcere sobre a subjetividade. Talvez por

isso, toda a estranheza gerada em torno da sua afirmação de que não houve censura prévia capaz de resultar em prejuízo significativo à literatura.

Graciliano recebeu duras críticas de intelectuais e artistas brasileiros por esse motivo. A interpretação era de que, ao buscar minimizar as consequências da censura no texto, ele reduzia o panorama da experiência política implementada no país à sua própria experiência, quando na verdade, não havia como ignorar as incontáveis investidas autoritárias do Estado sobre a arte. Garcia (1982) explica que desde o ano de 1934 as apresentações teatrais estavam sujeitas à fiscalização policial e por determinação do decreto 1.949, de 30 de dezembro de 1939 outras manifestações artísticas foram também subordinadas à censura prévia, como a produção e exposição de cartazes, filmes, fotografias e transmissões de rádio.

A estranheza em perceber a relativização da censura, pelo autor, também está ligada ao fato de que amigos muito próximos como José Lins e Jorge Amado vivenciaram a experiência de terem a sua arte rechaçada, mas, é possível supor a partir de uma análise mais geral da obra, que ele tenha se utilizado desse argumento como meio de autoquestionamento e de crítica à escassa produção literária sobre o período. Isto porque Graciliano Ramos acreditava, e isso fica claro em diversas partes do livro, que o fato de os escritores não terem as condições ideais para o desenvolvimento de obras de grande vulto não justificava a completa omissão diante dos acontecimentos, afinal, registra: “nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer” (RAMOS, 1984, p.22).

Decerto, o autor tinha a preocupação de não expor em sua obra uma imagem dilatada da realidade política do país, por isso ressalta que não deseja retratar um Brasil assemelhado à Itália ou à Alemanha. O seu receio era de que se assim fizesse, quando denunciasse os fatos que julgava mais graves seria descredibilizado. Não há, e é importante que isso fique claro, como desconsiderar os efeitos da autocensura sobre os sujeitos.

Ao dizer que a censura prévia era eficiente apenas na supressão de “ataques explícitos, palavras de ordem ou tiradas demagógicas”, o autor está defendendo que grandes escritores teriam conseguido produzir obras relevantes sem serem alcançados pela censura, mas decidiram por não o fazer, o que enxergava como covardia. Pelo que se percebe no texto, ele próprio se via como um covarde que permaneceu em silêncio por anos desejando terceirizar a tarefa de relatar a experiência vivida. Ao refletir sobre essas questões, é importante levarmos em consideração que a narrativa dos

acontecimentos sobre o período, para Graciliano, era uma necessidade. Ele entendia a relevância do livro com todos os seus elementos denunciadores do ponto de vista da memória e por isso diz que esperou por tanto tempo acreditando que “outros mais aptos” se ocupariam da tarefa.

Em paralelo, Pollak (1989, p. 7), ao dispor sobre o silêncio decorrente do trauma, no contexto do Nazismo, explica que diante de uma lembrança traumatizante, “o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas”. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio. Assevera, ainda, que “nessas situações o silêncio tem razões bastante complexas” e que “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada, encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 7)

As lições do referido autor são preciosas porque nos permite fazer um paralelo da experiência do trauma que por ele é narrada, com a vivência explicitada por Graciliano Ramos. Em sua pesquisa sobre os sobreviventes dos campos de concentração alemães, Pollak (1989) percebe que “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”. É como se o silêncio, fosse um “modus vivendi”, ou antes disso, um modo de dar sentido à vida que vai se esvaindo (POLLAK, 1989, p. 7)

Com efeito, a narrativa de Graciliano Ramos desponta como resistência face à distorção da memória que ele próprio antevia. A memória oficial suplantaria as vivências a ponto de fazer com que os indivíduos que presenciaram o evento traumático se percebessem como partes daquele contexto do cárcere, não no sentido de questioná-lo, mas de compreendê-lo como decorrência das suas ações.

Muitas daquelas criaturas ignoravam que delito lhes imputavam. Na verdade não imputavam: mantinham-nas em segregação, e isto devia bastar para convencê-las. Com o andar do tempo, chegariam a dar razão à justiça nova. Ninguém iria prendê-las e maltratá-las sem motivo (RAMOS, 1984, p.190).

Graciliano não admitia a possibilidade de que o registro não fosse feito e a decisão de escrever mesmo depois de intervalo tão extenso de tempo e à beira da morte revela uma consciência acerca do próprio testemunho. Essa compreensão acerca da urgência da escrita fica evidente em diversas passagens de “Memórias do Cárcere”,

mas, talvez, de forma mais explícita quando o autor discorre sobre a sua debilidade física e sobre a certeza de que o livro seria uma obra póstuma.

Importa, trazermos mais uma vez à tona as lições de Pollak (1989), no sentido de buscar investigar as motivações do silêncio ou silenciamento, que poderia ser o termo mais adequado tendo em vista tratar-se de um processo motivado pelas influências da experiência da prisão. Pollak (1989) explica que:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 12).

Importa mencionar que esse receio de expor em seu testemunho visões distorcidas, análises equivocadas, arriscar julgamentos precipitados fica evidente em cada capítulo da obra em comento. Logo no início, na seção destinada às explicações pelo motivo da demora no processo de escrita, Graciliano diz:

A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados. E quando isto não foi possível, às vezes me acusei. Ser-me-ia desagradável ofender alguém com esta exumação (RAMOS, 1984, p.7).

Nessa mesma linha de ideias, o receio de “caluniar” o governo dá-se, no sentido de afirmar-se enquanto autoridade para denunciar de forma racional os aspectos mais graves acerca da experiência da prisão. Para não ter a sua versão questionada e colocada à prova em razão de hipérboles ou eufemismos.

Mais uma vez recorreremos aos ensinamentos de Pollak (1989), dessa vez em sua obra “Memória e Identidade social”, quando ele assevera que a Memória tem como características a seletividade, a flutuação e a mutabilidade, embora existam certos aspectos tanto na memória coletiva quanto individual, imutáveis.

De acordo com o referido autor, por ser articulada a partir dos acontecimentos, lugares e pessoas, a memória torna-se seletiva, já que é impossível que tudo fique registrado e suas flutuações são determinadas também pelas demandas pessoais e políticas do momento em que são constituídas, sendo que esse processo pode se dar de

forma consciente ou não. As Memórias do Cárcere, pois, são parte desse processo de construção consciente de um romancista e assim sendo, não poderiam estar dissociadas desses aspectos políticos. Igualmente, Maurice Halbwachs (2006) vai além dessa noção de seletividade para afirmar que as memórias partem também de um processo de "negociação" consistente em conciliar memória coletiva e memórias individuais. Ou seja,

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 56).

Essa construção coletiva da memória fica explicitada em inúmeras passagens do livro sobre o qual a presente análise se projeta. Uma delas diz respeito ao momento de rememoração da experiência, quando o autor se propõe ao registro escrito da vivência, mesmo cheio de medos em relação à forma como o tempo tinha agido sobre suas lembranças. É importante lembrar que o escritor se mostra inseguro sobre os fatos, atento às distorções aos vazios decorrentes do esquecimento e, por isso, busca referência nas reminiscências dos seus companheiros. Em um dos trechos aclara isso: “Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão” (RAMOS, 1984, p.11).

Escrever sobre as memórias do cárcere era um exercício que demandava grande responsabilidade para o autor, afinal, como dizia: “A cadeia não é um brinquedo literário” (RAMOS, 1984, p. 134). A natureza do discurso de Graciliano Ramos é seletiva, assim como o é a memória exposta por qualquer outra testemunha a respeito de suas experiências traumáticas.

Um desses enfoques, sobre os quais Graciliano seleciona os fatos, diz respeito à perspectiva da negação da censura prévia durante o Estado Novo. Embora ratifique a existência de uma apreensão em relação às produções literárias, minimiza a incidência e os efeitos da atuação do Estado em relação a essas questões.

Não há como ignorar, nesse cenário, o momento da escrita do livro, que era desfavorável para críticas em razão do direcionamento do partido a que pertencia Graciliano. Situando a escrita da narrativa dentro de um contexto, é importante

destacar que a conjuntura internacional de vitória dos aliados na Segunda Guerra viabilizava internamente uma maior articulação política em defesa da democracia e contra o fascismo, sobretudo, com o retorno do PCB à legalidade.

Essa volta do partido ao jogo político oficial demarca um momento de grande envolvimento militante, com a adesão de muitos intelectuais e artistas de renome à causa Comunista. Em concordância, em sua obra “Breve história do PCB”, Segatto (1989, p. 65) narra que “de cem militantes na ativa em 1942, passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945 a quase duzentos mil no ano seguinte”. Vê-se, deste modo, que a ideia de que o Comunismo havia sido o meio de enfrentamento ao nazifascismo. No Brasil, viabilizou um processo de aglutinação político-partidária e encampação de diversas lutas sob diferentes bandeiras, que, pela primeira vez na história do país, o partido conseguia penetrar em setores antes resistentes aos ideais comunistas. Assim, os discursos do PCB, adaptados ao novo cenário, não eram mais destinados à Classe Trabalhadora ou ao proletariado especificamente, mas ao povo de modo geral.

Essas modificações repercutiram no meio intelectual, principalmente no tocante às orientações dadas aos escritores brasileiros, isto porque, a Associação Brasileira de Escritores previa a adoção de princípios básicos em relação à política no Brasil, dentre os quais, a defesa da liberdade de expressão, do pensamento e de culto, a defesa de um sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto e a defesa da soberania popular. Assim, a referida entidade de classe, consagrada como uma importante representante na luta pela redemocratização, adotou posicionamento de oposição expressa ao regime autoritário do Estado Novo.

Graciliano Ramos, na condição de escritor, participou ativamente desta organização e como já exposto, em 1945, decidiu filiar-se ao Partido Comunista após ver os filhos Ricardo e Clara Ramos militando na juventude comunista e a esposa, Heloísa, pertencendo a uma célula do partido (BARBOSA, 2010). Em sua biografia, Denis de Moraes (1992, n.p) discute que, além da influência familiar, o romancista também foi fortemente influenciado pela figura de Prestes no tocante à adesão ao partido. Moraes (1992) explica que o militante e o escritor haviam se encontrado em uma viagem com destino a Minas Gerais, onde discutiram sobre o cenário político nacional, quando Prestes questionou:

– Graciliano, por que você ainda não é membro do partido?



– O que eu posso fazer no partido, Prestes? Eu não sei fazer outra coisa senão escrever. Não sei guerrear porque minha arma é a pena.

Prestes responderia:

– Você acha pouco? Pessoas como você, Portinari, Oscar Niemayer são indispensáveis ao partido (MORAES, 1992, n.p).

É importante abrir um parêntese para tratar sobre a visão que Graciliano Ramos tinha a respeito do referido líder político, a qual é evidenciada nas entrelinhas de “Memórias do Cárcere.” Não é demais lembrar que, quando do início da escrita do livro, o Partido Comunista tinha acabado de reingressar na ilegalidade e havia uma ordem de prisão preventiva pendente sobre as principais lideranças de esquerda no Brasil, a exemplo de Prestes, sobre quem existia um mandado de prisão que só foi revogado na década de 50.

Enquanto Graciliano estava preso, a ditadura estadonovista empreendia uma verdadeira caça ao líder da Coluna, que é capturado enquanto Ramos estava preso na Casa de Detenção em Recife. O escritor recebeu a notícia por meio do jornal “Diário de Pernambuco” e afirmou ter se sentido abalado, porque embora não alimentasse excesso de otimismo com a marcha heroica (da Coluna), “já não era pouca essa rebeldia sem objetivo, numa terra de conformismo e usura” (RAMOS, 1984, p.34)

Importa dizer, que Graciliano acompanhava a trajetória de Prestes desde 1924 e via a viagem pelo interior do país como um sonho romântico que não trazia qualquer finalidade imediata, mas que apesar disso, revelava a imagem do líder político como um homem íntegro que não se vendeu aos interesses dos poderosos e que acreditava verdadeiramente na Revolução.

Graciliano dizia admirar “a firmeza, a coragem e a dignidade” de Prestes, que para o autor, se equiparava a um apóstolo que conhecia a vida miserável das populações rurais, ignorada pelos estadistas, e o seu grupo político era composto por um bando de homens corajosos que compreendiam que as coisas estavam sendo conduzidas no cenário político de forma equivocada. Deste modo, a ação da Coluna representava para Graciliano Ramos, um protesto legítimo, mas com objetivos ainda indefinidos.

O romancista sabia que a prisão daquele líder político, naquele momento era um prenúncio do que estaria por vir. Ele deixa isso claro ao declarar que:

Certamente outros iriam cair, as prisões se encheriam, a ditadura mal disfarçada que humilhava um congresso poltrão grimparia. Anos

perdidos. E se a agressão fascista continuasse lá fora, teríamos aqui medonhas injustiças e safadezas (RAMOS, 1984, p.95).

Como se percebe, Graciliano desde antes já compreendia a gravidade da realidade que estava se aproximando, mas o ponto chave destes excertos está na admiração e respeito que ele tinha por Luís Carlos Prestes. O biógrafo relata que, após voltar para a casa, Graciliano compartilha a conversa com a sua esposa fazendo também uma autorreflexão do porquê nunca havia pensado em ser relevante como militante. Assim, o ingresso de Graciliano Ramos no PCB repercutiu na imprensa porque tinha um valor simbólico diante das novas diretrizes do partido, sobretudo, no tocante aos propósitos de aproximação dos intelectuais e de outros setores da sociedade civil e por consequência, afastamento de uma postura restrita à classe operária.

De acordo com o biógrafo do autor, o jornal *Tribuna* noticiaria a filiação de Graciliano Ramos da seguinte forma:

Adere ao Partido Comunista o escritor Graciliano Ramos (...) é mais uma prova concreta de que não há nenhuma divergência entre o conceito individual de liberdade e de trabalho de romancista com os princípios do Partido Comunista. Ao contrário, tal fato demonstra que os escritores se encontram à vontade dentro do partido, desenvolvem mais profundamente sua capacidade de raciocínio com ajuda do marxismo e criam condições para a mais rica maturidade intelectual (TRIBUNA POPULAR, 1945 apud MORAES, 1992).

Dentre as pautas do Partido Comunista Brasileiro, a paz, a União Nacional e defesa da pátria assumiam um papel de destaque porque se acreditava, por volta de 1945, que qualquer conflito de classes faria o país retroceder na luta em combate ao fascismo. Assim, a retórica denunciadora dos desmandos da elite brasileira e dos padrões dava lugar a falas cada vez mais agregadoras da burguesia.

É inegável que esta estratégia conciliadora do partido fazia com que ele ocupasse lugares de representação nunca antes alcançados. Exemplo disso, é que o próprio Graciliano Ramos chegou a ser lançado candidato a deputado pelo Estado de Alagoas. Em verdade, a sua candidatura era a representação de uma demarcação de poder e influência pelo partido, uma forma de escancarar que nomes de peso compunham o seu quadro de afiliados.

É certo que embora o romancista se apresentasse como candidato a um processo eleitoral do qual não queria participar, ele não alimentava a pretensão de

eleger-se. A sua candidatura ficou condicionada e restrita à emissão de algumas notas e nenhuma campanha corpo a corpo. O fato é que o simples ato de se candidatar, mesmo com tanta contrariedade, aponta para certa subordinação do romancista em relação ao PCB.

Em uma das notas emitidas aos eleitores Graciliano diz:

Não é que resolveram fazer de mim candidato a deputado? Vejam só. Pois nesse caráter dirijo-me a vocês - duas dúzias de pessoas, se tanto, o público de que disponho na terra dos marechais e dos gerais. Seria adequado a exibir-lhes um rol de serviços notáveis, expor diversas obras realizadas e outras possíveis, mas receio que alguém se engane e vote em mim julgando-me sujeito importante, um desses operadores de milagres nunca percebidos (MORAES, 1992, p. 214).

E segue afirmando:

Entreguei-me de corpo e alma a um partido, o único, estou certo, capaz de livrar-nos da miséria em que vivemos (...) esse partido apresenta-se às urnas. Sou forçado a solicitar a vocês, para os nossos candidatos (ou outros: insisto em declarar-me isento de pretensões) os 24 votos que estão dispostos a conceder-me (MORAES, 1992, p.214).

Quando o escritor diz: “Não é que resolveram fazer de mim candidato a deputado?” (MORAES, 1992, p214), percebe-se que a investida política não parte de uma aspiração espontânea e voluntária, ele foi conduzido a esta condição. Quando aduz que é forçado a solicitar votos para os seus candidatos, o termo denota a subordinação ao partido.

Não significa dizer que era um fantoche, apenas que Graciliano compreendia a necessidade de se ocupar espaços e disputar poder, assim como compreendia o seu papel enquanto membro de uma organização que estava em ascensão e que, portanto, precisava construir uma imagem mais sólida. Os seus limites, entretanto, eram impostos. Quando aceitou disputar as eleições, deixou muito claro que não retornaria a Alagoas, estado para o qual estava se candidatando. Ele tinha a consciência de que era a projeção que ele tinha dentro do estado o que mais interessava ao partido.

O cenário político se encaminhou para uma adesão popular ao governo de Getúlio Vargas e amplos setores do próprio PCB, a partir de 1945, se posicionaram a favor da elaboração de uma nova Constituição com Getúlio, sob a justificativa de que essa era a via adequada para alcançar a redemocratização do país. Deste modo, na

campanha do partido evitava-se qualquer tipo de crítica oficial às ações políticas que foram adotadas no Estado Novo para manter a aliança em prol de uma suposta “União Nacional”

Apesar da postura adotada pelo PCB favorável ao quererismo, o posicionamento de Graciliano Ramos internamente tinha um viés muito mais crítico. Em um discurso proferido na célula do partido, o escritor defende a construção de uma nova constituição e ao mesmo tempo, lembrando a sua experiência na cadeia, chama a atenção para o risco de se eleger um tirano à custa de promessas de campanha.

Obviamente que Graciliano não se referia apenas a Getúlio, embora seja ele a figura referenciada a quem o escritor aponta como responsável por cercear a liberdade dos sujeitos, tirar-lhes o sossego e mandar inocentes para a prisão, porém, a sua crítica é extensível à conjuntura política de um modo geral, haja vista que as possibilidades que se apresentavam para ocupar o poder, naquele contexto, eram também candidatos conservadores (Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o general Dutra (PSD)). Ele diz:

Descontenta-nos a ideia de, encobertos nos remendos da carta meio fascista ainda existente, remendos cada vez mais encolhidos e esgarçados, eleger um ditador, confiantes nesta promessa generosa: receberemos aquilo que de fato nos pertence. Realmente, se nos falta uma Constituição, se a que nos rege é apenas um simulacro de Constituição, só poderemos eleger um tirano, e nenhuma vantagem haverá nisso, embora ele seja a melhor das pessoas, absolutamente digno (RAMOS, 1984, p. 11).

Ainda no mesmo discurso, acrescenta:

Desejamos trabalhar em sossego, livre das ameaças estúpidas que há dez anos tornaram isto uma senzala. O nosso pequenino fascismo tupinambá encheu os cárceres e o campo de concentração da Ilha Grande, meteu neles sujeitos inofensivos, até devotos do Padre Cícero, gente de penitência e rosários, pobres seres tímidos que nos perguntavam com surpresa verdadeira: — Por que é que estamos presos? Usaremos todas as nossas forças para que essas infâmias não se repitam. [...] Há muitos autores delas — e os piores são os que hoje simulam essa pureza tardia e querem democratizar o país de cima para baixo. É o que sempre fizeram. Na democracia deles o povo não entra. Fugimos dessa mistificação. E reclamamos com insistência, gritamos cem vezes, mil vezes, exibindo esta necessidade: uma Assembleia Constituinte livremente eleita (RAMOS, 1984, p. 11).

Percebe-se na fala de Graciliano um ceticismo quanto a qualquer mudança importante no cenário político brasileiro sem uma constituinte soberana e democrática que substituísse a carta autoritária de 1937. O discurso de Graciliano era um libelo contra o conservadorismo que de forma sutil manifestava a oposição à Getúlio dentro dos muros do partido. Externamente, a sua crítica é indireta como também foi na carta enviada pelo escritor ao governante, em que se utilizou, do início ao fim, os artifícios da ironia para se referir a prisão como uma hospedagem.

[...] como disse a V. Exa., a comissão repressora dum dos extremismos, do primeiro, achou inconveniente que eu permanecesse em Alagoas, trouxe-me para o Rio e concedeu-me hospedagem durante onze meses. Sem motivo, suprimiu-se a hospedagem, o que me causou transtorno considerável (RAMOS, 1984, n.p.).

É certo que Graciliano estava vinculado às diretrizes de um partido que ironicamente o colocava como “aliado” do homem que tempos antes havia autorizado a sua prisão. Se em razão da sua militância não se encontrava em posição confortável para confrontar diretamente o líder político defendido pelo seu partido, a escrita mais uma vez lhe serviu como arma, caminho perene para a exposição de suas contradições e convicções. Neste caso, porém, o que se configura é um processo de busca de uma verdade mediante impasses que se apresentam concretamente.

Percebe-se, no entanto, que ele lança em algumas passagens da obra, de forma muito sutil, relatos sobre como a censura vinha operando, ou melhor, como artistas e escritores vinham se portando diante da realidade sobreposta. Mascarava-a, escrevendo sobre coisas irrelevantes que a ninguém interessava, justamente porque haviam situações e fatos que não podiam ser descritos. Vejamos:

A literatura fugia da terra, andava num ambiente de sonho e loucura convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandonava o palavrão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. Uma beatice exagerada, queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, enquanto a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. (RAMOS, 1984, p.76).

Nesse mesmo sentido, escreveu:

Um professor era chamado à delegacia: — “Esse negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com a autoridade constituída.” O Congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho – e vivíamos de fato numa ditadura sem freio (RAMOS, 1984, p.36).

Observa-se certo incômodo do romancista no tocante ao polimento das obras literárias do período, feitas a medida do que estava tacitamente permitido pelo governo e sobre as incertezas do cenário que estava se desenhando. Diante da apreensão do momento, poucos escritores ousariam se insurgir escrevendo ataques diretos à ordem e ao Estado e claramente, Graciliano os julgava covardes. Para o escritor, a censura era direcionada, não pelo que se escrevia, mas por quem escrevia. Vejamos:

A crítica policial era tão estúpida que julgava a produção artística não pelo conteúdo, mas pelo nome do autor. Eu vivera numa sombra razoável, quase anônimo: dois livros de fôlego curto haviam despertado fraco interesse e alguma condescendência desdenhosa (RAMOS, 1984, p. 118).

Diante dessas constatações, Graciliano buscava supor qual poderia ser o desdobramento da sua prisão, qual a justificativa do Estado para embasá-la e se os censores buscariam em suas obras fundamentos para a condenação:

Iriam analisar-me os romances, condená-los, queimá-los, chamar para eles a atenção da massa? Ou lançar-me, tacitamente culpado, no meio de criminosos, indivíduos que sempre desejei conhecer de perto? O mais provável era jogarem-me entre rebeldes de Natal, do 3º Regimento, da Escola de Aviação. De qualquer jeito me apresentariam sociedade nova, me proporcionariam elementos para redigir qualquer coisa menos inútil que os dois volumes chochos encalhados nas prateleiras dos editores (RAMOS, 1984, p. 118).

Causava-lhe irritação perceber que as regras instituídas em grande parte compunham um teatro. Não lhe indignava estar preso, afinal, sob o seu ponto de vista, caso buscassem matéria para condenação, encontrariam material farto, fosse em decorrência das críticas ao patriotismo, à religião, ao governo, às formalidades militares, fosse em razão das ações enquanto agente público. O seu maior descontentamento era perceber que representava um fantoche que podia ser levado de

um lugar para o outro sem prévio aviso, sem saber o motivo pelo qual lhe acusavam tão somente para que o Estado pudesse demonstrar que tinha o controle sobre os inimigos.

Para Graciliano Ramos, a ordem era superficial e poderia ser facilmente subvertida. Ele via como um dispêndio desnecessário da força, por exemplo, ter guardas sentinelas nas portas, quando trancá-las com chaves surtiriam o mesmo efeito:

Tinham-me feito esperar sete horas. E ali estava com sentinela à vista. Para quê? Não era mais simples trancarem a porta? Aquele dispêndio inútil de energia corroborava o desfavorável juízo que eu formara da inteligência militar (RAMOS, 1984, p.145)

Nesse mesmo sentido, retrata com indignação a ação do sargento que se diz obrigado a checar a correspondência que tinha o escritor como destinatário, mas efetivamente não se interessa em verificar o teor da carta e as fotografias, limitando-se a olhar o conteúdo do envelope:

Ofereceu-me uma cadeira, estendeu-me um envelope. Para que sentar-me, se apenas viera ali receber a correspondência? Desejei agradecer e conservar-me de pé, mas a semana de permanência naquele meio já me havia feito compreender que tais recusas significavam indisciplina. Executei o movimento exigido, recebi a carta, ia metê-la no bolso e levantar-me quando o rapaz me deteve com um gesto:

— Sou forçado a pedir-lhe que abra o envelope na minha presença.

— Perdão, perdão, murmurei atrapalhado, recebendo a espátula que ele me entregou. Sem dúvida. Obedeci, apresentei-lhe a folha de papel. Tomou-a, virou rapidamente para cima o lado branco, escondendo as letras. Volveu igualmente para o dorso algumas fotografias que se espalharam na mesa e desviou discretamente os olhos:

— Estou satisfeito. Desculpe. É uma formalidade (RAMOS, 1984, p.234).

O escritor via ações como aquelas, como um modo de atingir a subjetividade dos indivíduos, de controlá-los e explicitar esse domínio que era sobre eles exercido. O controle, as regras, o rigor, as palavras de ordem eram, na sua visão, formas de despersonalizar os homens. Embora ele tivesse essa exata compreensão, acreditava que as exigências desarrazoadas poderiam acarretar em um desgaste da censura.

Queriam apenas dar-me a entender que me poderiam obrigar a comportar-me desta ou daquela maneira, sentar-me ou levantar-me,

romper ou deixar intacto um sobrescrito? Não, seria um jogo tolo de gato com rato [...] Se o bilhete e os retratos não despertavam curiosidade, parecia-me desnecessário exibi-los. Com tais exigências burocráticas desarrazoadas, a censura degenerava (RAMOS, 1984, p.76).

É interessante perceber como essas ambiguidades e contradições do Estado operavam sobre a sua individualidade. No livro, o escritor revela sentimentos de confusão e culpa, a ponto de querer ser fiscalizado para conseguir provar a inexistência de motivo para reprimenda. Vejamos como isso é exposto na narrativa:

Quase me agastava por não ter o homem visto o recado de minha mulher, olhando as cartas distantes que ela me enviava pelo correio. Nenhum dano me causaria tomarem conhecimento de algumas páginas destinadas a jornal ou revista de Buenos Aires. Talvez houvesse uma inconfessável e besta vaidade nisso, talvez o desejo pusilânime de mostrar que ali nada havia de comprometedor (RAMOS, 1984, p.76).

Observa-se que mesmo “a vaga censura, que propriamente nem tinha jeito de censura” a que ele se referia, causava-lhe efeitos subjetivos que certamente repercutiram na esfera da sua intimidade e conseqüentemente, no processo de elaboração da experiência vivida.

Orlandi (2013) explica que a censura como silêncio imposto por um grupo dominante intervém na formação e no movimento dos sentidos. Para a autora, o “silenciamento decorrente da censura conduz a um processo de construção de sentidos silenciados e a fronteira entre o dito e o não-dito impede a elaboração de uma identidade e, conseqüentemente, do processo histórico.” ( ORLANDI, 2013, 19) Percebe-se, portanto, que a censura se manifesta como uma força silenciadora que impede ou limita a emergência das narrativas.

A mencionada autora acredita que a imposição da censura resulta em proibição ao sujeito de ocupar certos lugares e certas posições do sentido discursivo porque, para ela, a censura traduz-se na “asfixia da circulação do sujeito”, que fica limitado aos espaços de silêncio. Porém, é oportuno destacar que Orlandi (2013), não negligencia a dinamicidade das relações que se constroem entre o indivíduo, a história e a sociedade.

Ela compreende que o sujeito é histórico, e, é por isso que se movimenta enquanto resistência onde há censura, extrapolando, pois, os mencionados limites de



circulação. A resistência, assim, manifesta-se no mesmo terreno da censura, utilizando-se do contexto hegemônico para ressignificar as narrativas e conceder-lhes sentidos diversos. Essa reação, na visão da autora, frente aos silêncios e vazios deixados pela censura, pode se manifestar de diferentes formas: Pela música, jornais, pela literatura, etc.

Nas palavras de Kamilly Barros de A. Silva (2006):

[...] os acontecimentos são registrados, apesar de tudo, para evitar que sejam esquecidos. Rememorar e narrar o indizível é dizer não ao silêncio, é afirmar mais uma vez a força da palavra indissociada da força da experiência humana obtida na resistência. (SILVA, 2006, p. 45).

Assim, “Memórias do Cárcere (1984)” é fruto da resistência, e é resistindo que Graciliano recusa o silêncio e torna-se voz ativa. Percebe-se que para Graciliano narrar é resistir, e, nesse sentido que deve ser entendida a escrita da sua autobiografia, que é também (ou antes disso) testemunho. Rememorar é, enfim, estreitar os laços com o excluído, marginal, motivado pela força que se dá em apropriar-se da página escrita como espaço de sentidos e significações para a construção de uma contra-memória, destoante da memória oficial.

### **3.3 O cárcere e o sistema jurídico**

Por todo o caminho traçado até aqui, notamos que as “Memórias do Cárcere” se constitui numa revelação pujante do Estado Novo, da experiência do seu autor como prisioneiro político e das imundícies do sistema prisional. A prisão de Graciliano Ramos, assim como de tantas outras lideranças políticas, possui contornos muito mais complexos, porque representa esse processo de silenciamento dos indivíduos visando abrir caminho para a consolidação da ditadura.

Como já apresentado neste trabalho, a obra literária em análise desenvolve-se em torno do drama vivenciado por Graciliano Ramos ao ser preso arbitrariamente sem processo ou qualquer tipo de interrogatório, colocado junto a criminosos comuns, assassinos, ladrões, em um período de evidência do autoritarismo no Brasil. Analisá-la

sob a ótica jurídica é um exercício que evidencia o papel que é assumido pelas instituições jurídicas no seio da sociedade, ou seja, um papel de classe.

Com efeito, o preso político assume esse papel estratégico, diante da fragilidade das instituições democráticas, porque além da prisão acarretar uma espécie de deteriorização do indivíduo que se insurge contra os desmandos do Estado, ela é, também, muito eficiente no sentido de promover a sustentação de um poder autoritário, porque isola os líderes políticos, afasta-os de seus seguidores, enfraquece-se a oposição e ainda desacredita a população a respeito de qualquer transformação, uma vez que o aprisionamento impõe sobre os militantes a pecha de criminosos. Em muitos casos faz com que eles próprios se sintam ocupando esse lugar.

Pachukanis (2017), em sua obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* apresenta o Estado como sendo um aparelho pertencente a uma classe, em uma sociedade cuja forma de mediação é a mercadoria. Dentro dessa estrutura burocrática, na sua concepção, as categorias jurídicas não têm outra significação além da sua significação ideológica. De fato, e corroborando com a teoria do de Pachukanis (2017), não há como negligenciar o papel das instituições jurídicas como garantidoras do funcionamento da burocracia estatal e em decorrência disso, no caso em análise, da implementação e manutenção do regime autoritário.

À Ditadura instituída, não bastava a supressão das liberdades individuais, e é bom que fique claro que era isso que o governo buscava combater, a manifestação cultural, a liberdade de expressão, a possibilidade de alguém que detinha um senso crítico compreender o cenário em que estava inserido. Desejavam retirar dos opositores a própria identidade. Vê-se, portanto, que assim como a censura, a prisão é também, e provavelmente a mais poderosa, forma de silenciamento dos sujeitos.

Na narrativa e na vida, o aprisionamento de Graciliano manifesta-se enquanto experiência de destruição da sua subjetividade. Preso, ele não se enxergava mais capaz de qualquer coisa, não via perspectiva, havia se tornado alguém indiferente em relação à vida e à morte, mas ao mesmo tempo, por ter “sentido na pele” os efeitos da violência imposta pelo autoritarismo do Estado Novo, ele se tornou testemunha autêntica de um período histórico. Valeu-se da palavra escrita como arma de combate contra os resquícios da barbárie.

O romancista fala daquilo que viveu, daquilo que experimentou e talvez por essa razão tenha se zangado com José Lins do Rego ao vê-lo narrar fatos alheios à sua vivência:

[...] o indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespero sem causa aparente, a covardia substituída por atos de coragem doida. Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia, e o pensamento já não existe: funciona e para. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite. Avançamos, recuamos — nem sabemos para onde nos levam (RAMOS, 1984, p.123).

Para o escritor, só quem viveu efetivamente o cárcere, compartilhando dos espaços e do sentimento de ser um preso, consegue relatar a experiência do indizível. Quando o autor fala a respeito disso, diz a partir de uma análise sobre os efeitos que a prisão vinha operando sobre ele, sobre o seu corpo e sua mente, mais que isso, Graciliano retrata com impressionante nitidez uma visão ampliada que o cárcere proporciona sobre as coisas e pessoas.

Para ele, tudo se revelava em demasia. A sordidez da colônia, a imundície do porão do navio, a promiscuidade dos homens movidos pelo instinto de sobrevivência, o arrefecimento das vontades, o sentimento de tornar-se um número, a miséria física. Sob a ótica do escritor, não há nada na prisão que se revele na exata dimensão daquilo que o é, nem mesmo a grandeza dos homens.

O cárcere, para Graciliano, é composto de contrastes. A grandeza do oficial do exército que lhe oferece suas economias, a humildade do comandante que se desculpa pela má qualidade da alimentação, a bondade do policial que lhe dá água por cinco ou seis vezes no porão do Manaus, a sensibilidade exacerbada do copeiro que chora por não poder lhe dar mais comida, coisas que à primeira vista pareceriam pequenas, mas que se agigantavam no abismo do encarceramento.

Descrevendo os momentos iniciais na prisão, ele já deixa clara a singularidade e os efeitos subjetivos da sua vivência enquanto preso político: “Operava-se assim, em poucas horas, a transformação que a cadeia nos impõe: a quebra da vontade” (RAMOS, 1984, p.76). Sua visão é clara e a sua fala serve como um arremate a respeito das múltiplas significações da prisão.

Os relatos sobre esse sentimento de inutilidade acompanham o autor e se repetem por toda a narrativa. É assim que Graciliano se depara com sentimentos como o da apatia, exaustão e um total bloqueio criativo, ao tornar-se efetivamente um preso.

Percebe-se que isso era, para o escritor, um incômodo latente, quando se vê a

excessiva repetição desse fato na obra. Por diversas vezes ele expressa como se sente incapaz de desenvolver qualquer atividade intelectual na prisão.

O desejo de fazer um livro na cadeia arrefecia; contudo apegava-me a ele, por não me ocorrer outro. Talvez aquela confusão se dissipasse, uma confusão esquisita: as ideias me chegavam nítidas, fugiam, voltavam, eram substituídas, atropelavam-se; impossível fixá-las; coisas muito claras que se partiam (RAMOS, 1984, p. 134).

Neste outro excerto ele supõe que a fastio prolongado poderia ser um dos motivos inibidores do seu processo criativo. Além disso, acrescenta ao sentimento de perda da vontade, também os hiatos da memória. Vejamos:

Contudo o enorme fastio não findava e o apetite do capitão me produzia invencível enjoo. Vinha talvez daí a impossibilidade alarmante de fixar atenção na leitura. E a perda de memória também. As lembranças me apareciam juntas, confusas, sumiam-se de repente, deixando-me no interior dolorosos sulcos negros. Esses hiatos sucediam-se, afastavam-me da realidade, com certeza me davam ar esquisito e vago (RAMOS, 1984, p. 145).

E mais uma vez ele se lança em um autoquestionamento sobre quando aquelas sensações e incapacidades cessariam: “Quando me viesse calma, aventurar-me-ia a fazer um livro, lentamente, livre das aporrinhações normais. Viria a calma? E quantos dias ou meses me deixariam naquela situação?” (RAMOS, 1984, p. 163). Em verdade, é importante esclarecer que esses sentimentos lhe acompanharam para além dos dias que sucederam a prisão. Ao dispor sobre as primeiras tentativas empreendidas no sentido de redigir o livro de memórias, já em liberdade, ele expõe: “Burrice imaginar que me seria possível atamancar um romance além das grades. Nem conseguia meio de consertar o que d. Jeni datilografava. Isto me afligia: defeitos por todos os cantos, prosa derramada e insípida” (RAMOS, 1984, p. 143).

De fato, não há como ignorar as cicatrizes deixadas por um local de encarceramento, de quebra de expectativas e supressão de direitos e individualidades. São cicatrizes que, por certo, não desaparecem com um documento decretando a soltura. Utilizando as palavras que são expressas pelo próprio autor “seria absurdo pretender que indivíduos sujeitados anos e anos ao regime carcerário procedessem

como pessoas livres [...] Depois de vivenciar o trauma, difícil livrar-se dele” (RAMOS, 1984, p. 134).

Além dos aspectos citados, configuradores do caráter silenciador operado pela prisão sobre os indivíduos, também o silêncio do Estado atingia-lhe de pronto, causando intranquilidade e angústia. Se observarmos, Graciliano Ramos descreve os momentos de espera para o cumprimento da ordem de prisão, em 1936, com evidente tranquilidade, enquanto os amigos íntimos o encorajavam a fugir. Firmava-se na suposição de que enxergariam nele um indivíduo detentor de direitos, que seria denunciado, interrogado e teria a oportunidade de defender-se no curso do processo, o que não aconteceu.

É o que nos conta o romancista:

Nada afinal do que havia suposto: o interrogatório, o diálogo cheio de alçapões, alguma carta apreendida, um romance com riscos e anotações, testemunhas. Não me acusavam: suprimiam-me. Bem, provavelmente seria inquirido no dia seguinte, acareado, transformado em autos. Que horas seriam (RAMOS, 1984, p. 145).

Essa é a pergunta que Graciliano faz insistentemente e que o atormenta por muito tempo. A obra denuncia, assim, que o direito foi um dos mais importantes instrumentos utilizados para a validação da violência do Estado. Desde os momentos iniciais da prisão, o narrador-personagem aguarda “o interrogatório, o diálogo cheio de alçapões, alguma carta apreendida, um romance com riscos e anotações, testemunhas” (RAMOS, 1984, p.18). Essas formalidades legais, porém, nunca apareceram.

A ideia do julgamento é apresentada no livro como um pensamento fixo do autor. É possível afirmar que em cada uma das sessões do livro ele discorre a respeito, pois em qualquer quebra de rotina ele imaginava que seria chamado para uma audiência ou descobriria a culpa pela qual haviam lhe prendido. É o que podemos perceber adiante: “Que diabo queriam de mim no Recife? Capricho. Certamente me forçariam a interrogatórios morosos, testemunhas diriam cobras e lagartos, afinal me chegaria uma condenação de vulto” (RAMOS, 1984, p. 167).

De mais a mais, percebe-se que o autor buscava se preparar para o que viria. Imaginava que lhe imputariam crimes que ele não havia cometido e assim, se preocupava com as palavras que utilizaria para não agravar a condenação, como podemos observar:

Esforçava-me por adivinhá-la e guardá-la com avareza: no interrogatório, desviar-me-ia das ciladas, referir-me-ia com ar culposo, misteriosamente, a casos diversos e inofensivos. Difícil era descobrir aonde me queriam levar, que valor me atribuíam. Inadmissível achar-me ali por vingança de um energúmeno qualquer: isto seria antieconômico, disparatado, e sem dúvida o país ainda não chegara a tal grau de estupidez e malandragem (RAMOS, 1984, p.154).

Esse estado de vigilância também é relatado nos atos comuns do dia a dia da prisão. Ele, assim, como todos os outros presos, imaginava estar entre espíões, por isso, mostra-se desconfiado e receoso durante um longo período, afinal, segundo o autor, é por meio de pequenos grãos que a polícia constrói seus monumentos de misérias.

Apavorava-me supor que uma indiscrição minha poderia fornecer aos carcereiros uma pista. Realmente não me informara de quase nada, eles deviam saber muito mais que eu, mas talvez uma indicação lhes fosse útil. O pormenor insignificante reforçaria provas, constituiria o elo necessário a uma cadeia interrompida. É desses pequeninos grãos que a polícia constrói os seus monumentos de misérias (RAMOS, 1984, p. 145).

O tom da narrativa vai evidenciando um conformismo do autor no decorrer dos capítulos, no sentido de que muito provavelmente o julgamento não viria. Observemos:

Essa autoridade invisível, remota, com um rápido mandado nos cortara a vida social, nos trancara, a nós e a Sebastião Hora, que a alguns passos mofava numa prisão de sargentos, com vários outros. Começávamos a perceber que dependíamos exclusivamente da vontade desse cavalheiro. O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos não apareciam. Nem uma palavra de acusação. Permaneceríamos talvez assim. Com certeza havia motivo para nos segregarem, mas aquele silêncio nos espantava. Porque não figuramos em autos, não arranjavam depoimentos, embora falsos, num simulacro de justiça? Farsas, evidentemente, mas nelas ainda nos deixariam a possibilidade vaga de mexer-nos, enlear o promotor. Um tribunal safado sempre vale qualquer coisa, um juiz canalha hesita ao lançar uma sentença pulha: teme a opinião pública, em última análise o júri razoável. É esse medo que às vezes anula as perseguições (RAMOS, 1984, p.156).

O que se percebe é que ao Estado pouco importava o Graciliano encarcerado, qual o crime que lhe imputariam quais as formalidades legais a serem seguidas porque o autoritarismo estava consolidado de tal forma que não havia mais a preocupação em

conferir às prisões, aparência de legalidade. Além disso, a pretensão precípua que se objetivava a partir de uma prisão política já havia sido alcançada: o silêncio.

Em uma carta, datada de 29 de agosto de 1938, escrita para Getúlio Vargas (mas jamais enviada), Graciliano Ramos utiliza-se da ironia tão característica dos seus excertos para apontar fatos que ainda ruminava acerca das circunstâncias da sua prisão, sobretudo a ausência das formalidades legais.

[...] eu ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores da universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de interrogar-me. Depois de onze meses abriram-me as grades, em silêncio, e nunca mais me incomodaram (RAMOS, 1938, p. 245).

Esse incômodo decorrente da ausência de um processo com imputação legal dos crimes pelos quais estava sendo acusado é patente, porque o autor sabia que ante a ausência de qualquer comunicação oficial ou procedimento processual que o deixasse a par dos motivos de seu encarceramento não havia como defender-se.

Não davam mostra de querer submeter-nos a julgamento. E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até o foro que nos sentenciava (RAMOS, 1984, p.102).

É importante destacar que as relações jurídicas são regidas por princípios básicos. Dentre os mais elementares, estão os princípios da legalidade, do Devido Processo Legal e da Dignidade Humana que determinam que, em condições normais de funcionamento de um Estado Democrático de Direito, uma prisão só pode ser efetivada dentro dos limites legais, lastreada em uma denúncia que especifique fundamentadamente os crimes cometidos pelo réu e com as respectivas provas. Qualquer decisão que contrarie esses fundamentos sinaliza a transmutação da democracia para um estado excepcional.

Nesse contexto, e analisando os aspectos da prisão de Graciliano Ramos, é possível perceber a fragilidade das instituições jurídicas no período que precedeu a instauração do regime ditatorial do Estado Novo.

Não obstante tenha a história oficial estabelecido o ano de 1937 como marco da fase autoritária do governo de Getúlio Vargas, a experiência narrada pelo romancista, que frise-se, foi preso no ano de 1936, é reveladora do modo de funcionamento do Estado de Segurança Nacional que, por meio dos seus aparelhos repressivos, já perseguia e prendia supostos opositores, buscando neutralizá-los, para assim, consolidar o seu projeto de poder. O narrador tinha a exata noção desses propósitos e deixa isso claro quando, ao dispor sobre a sua prisão assevera, “estava ali apenas para dar ao burguês a impressão de que havia muitos elementos perniciosos e o capital corria perigo” (RAMOS, 1984, p.133)

Como já exposto anteriormente, foi também no ano de 1936 que foi criado o Tribunal de Segurança Nacional através da Lei de nº 244, instituído pelo governo inicialmente com a competência para julgar crimes contra a segurança externa da República contra as instituições militares e crimes de “finalidades subversivas das Instituições Políticas e Sociais” em situações de guerra declarada. Com a instituição da ditadura varguista, entretanto, essas competências foram ampliadas, abrindo a possibilidade de atuação em quaisquer situações.

A narrativa retrata que os presos tinham a exata noção do que este Tribunal representava dentro da órbita do Estado: Um instrumento cujo papel era fundamentar as acusações infundadas, justificar as prisões arbitrárias, maquiar as execuções sumárias e a tortura de prisioneiros, em explícita subordinação aos interesses governamentais.

A expressão deste pensamento é ilustrada quando o autor de “Memórias” transpõe para a obra uma peça teatral improvisada no presídio, em que os prisioneiros satirizam, por meio de um julgamento, a sua atuação. Apesar de o relato estruturar-se na figura de linguagem da ironia, ele diz muito sobre o contexto narrado e para além disso, escancara a corrosão do sistema de justiça à época.

No primeiro ato da peça, os juízes folheiam os autos processuais e determinam que o réu se defenda: “Defenda-se, covarde, gritou Apporelly, esmurrando o ar, bravo” (RAMOS, 1984, p.425). Diante do seu silêncio e ao dispor que qualquer indivíduo investigado pelo Estado possui direito de defesa, resolvem designar-lhe um defensor pois “não seria possível ser julgado sem defesa” (RAMOS, 1984, p.425). Assim, no exercício da função para a qual foi designado, o advogado traz à tona os ideais da Aliança Nacional Libertadora (ANL) passa a tecer críticas sobre o governo,



motivo pelo qual é expulso rapidamente da sala de julgamento sob empurrões e pancadas, para que ninguém ouça às suas ideias.

E Ivan Ribeiro surgiu, chegou-se ao réu, entabulou um discurso em linguagem profundamente revolucionária, sem nenhuma deferência aos magistrados. Jogou em cima deles pedaços do programa da Aliança Nacional Libertadora e frases que diariamente se renovavam para animar os espíritos vacilantes. Pão, terra e liberdade — exigiu firme. Arrojou-se a atacar o governo e apresentou como herói o vivente mesquinho, deslocado nas ataduras. Foi pouco além do intróito. Logo aos primeiros arremessos, os julgadores alarmaram-se, arrepiaram-se como se os mordessem pulgas; entenderam-se à pressa, com visível receio de que tais desconchavos fossem ouvidos lá fora. O inconveniente defensor prosseguiu nas horríveis diatribes; levado aos empurrões, saiu a vociferar desacatos furiosos à justiça. Pancadas, berros, luta a esmorecer, a distanciar-se; veio o silêncio, quebrado agora por um forte pigarro nos bastidores. arrancaram-lhe de súbito.

— É outro advogado que vem patrocinar a causa deste miserável (RAMOS, 1984, p.426).

Após silenciarem o primeiro causídico em razão da afronta ao governo e da externalização de ideias subversivas, designam outro defensor para prosseguir no caso. Esse se manifesta da seguinte forma:

— Eu nem preciso examinar o processo, pois este caso é notório. O réu presente não esconde os seus crimes. Atentou contra as nossas instituições, conspirou, usou bombas e combateu as forças legais — todo o mundo sabe. Tomou parte na insurreição de Natal e sublevou-se em Pernambuco — todo o mundo sabe. Envolveu-se no barulho do 3. ° Regimento, não pode negar — todo o mundo sabe. Além disso, devemos reconhecer, temos diante de nós um irresponsável. É um infeliz, um pobre-diabo, ruína física.

Pela cara vemos perfeitamente: um imbecil, um idiota. Sem dúvida obedeceu às instruções dos agentes de Moscou. Assim, venerados juízes, não venho pedir justiça, que este indivíduo é um canalha — todo o mundo sabe. Espero clemência, e baseio-me nas tradições misericordiosas da nossa cultura ocidental. Uma pena suave, meritíssimos juízes, aí uns trinta anos, porque enfim este bandido serviu de instrumento.

A defesa calou-se. A presidência esfregou o queixo barbudo, sorriu, alvitrou:

— Acho bom atendermos ao pedido, sermos generosos. Trinta anos. Que dizem? Apenas trinta anos, na ilha Grande. Uma sentença módica.

— Excelente, concordaram todos os comparsas levantando-se.

— As cortinas cerraram-se. A plateia ria. (RAMOS, 1984, p.426-427)

A transcrição desta encenação é interessante porque nela há uma metáfora sobre a atuação do sistema de justiça, representado pelo Tribunal de fachada. A encenação revela a visão de um grupo sobre quão previsíveis eram as sentenças prolatadas nos julgamentos (quando havia um julgamento) e o modo como os presos enxergavam a figura do juiz enquanto extensão do autoritarismo. Além disso, ao mesmo tempo em que expõe a imagem do advogado descomprometido com a justiça, corrompido pelo sistema e alinhado politicamente aos propósitos do Estado, retrata a intransigência com aquele que se propõe a defender legitimamente o direito.

A ironia se insere na similitude com a realidade. Percebe-se, por exemplo, que os operadores do direito à frente do Tribunal alegam que não é possível um julgamento sem defesa, mas diante da ausência de legalidade, não há como conceber a existência de uma defesa efetiva.

Trazendo para a obra em análise, como Graciliano poderia se defender sem ao menos ter acesso aos autos processuais? Sem saber o crime que lhe imputavam? Essa mesma visão sobre o judiciário como mera representação da preeminência do poder do Estado é exposta em diversas outras passagens da obra.

Há, na primeira seção do livro um episódio em que o narrador encontra o advogado Nunes Leite chorando desesperadamente pois havia impetrado *habeas corpus* a favor de alguns presos políticos e todos foram negados, ocasião em que Graciliano se manifesta: “Recurso inútil, evidentemente: agora a toga não se arriscaria, considerando isto ou aquilo, a assinar um mandado de soltura” (RAMOS, 1984, p.125).

De fato, a institucionalização do medo também alcançou a justiça, onde muitos operadores ficaram acovardados diante do autoritarismo e da repressão. Assim, como pôde ser observado na encenação artística do Julgamento feito pelo Tribunal de Segurança Nacional, os juristas que não atuavam intencionalmente como braço do Estado, eram como atores que representavam um papel dentro da ordem vigente em que a “*judicatura* servia de espantalho”.

[...] e os atores representavam seus papéis, às vezes se identificavam com eles. A repetição de minúcias, a sisudez, a lentidão, a redundância, a língua arcaica davam àquilo um ar de velhice e estabilidade. E Nunes Leite se sentia bem requerendo ao poder competente, ao colendo tribunal, ao meritíssimo juiz (RAMOS, 1984, p.125)

Diante daquele cenário, mesmo sendo ele próprio um preso político, e, portanto, uma testemunha do Estado inconstitucional de coisas, o advogado Nunes Leite ainda não havia se dado conta de que o aparato legal não se prestava a corrigir as ilegalidades e desmandos contidos nas ações empenhadas pelo Estado. Em verdade, o direito era mais um dos seus instrumentos e as normas jurídicas ou as interpretações dadas a elas eram ilegais em sua substância.

Toda ação jurisdicional havia se transformado em um simulacro de verdade, uma cortina de fumaça utilizada para encobrir as medidas autoritárias impostas pelos detentores do poder. Sem acusação formal, sem provas embasadoras da denúncia, sem um Tribunal imparcial ou um mandado legitimador da prisão, efetivamente já não se podia falar em direito.

Impossível defender o direito de alguém. Propriamente, já não havia direito. A lei fora transgredida, a lei velha e sonolenta, imóvel carrancismo exposto em duros volumes redigidos em língua morta. Em substituição a isso, impunha-se uma lei verbal e móvel, indiferente aos textos, caprichosa, sujeita a erros, interesses e paixões juiz (RAMOS, 1984, p.126).

A falta de perspectiva sobre o futuro é um dos traços mais marcantes que sucede ao registro desses acontecimentos uma vez que a ineficiência do sistema jurisdicional quer pelo silenciamento operado pelo medo, quer pela corrupção das próprias instituições, sinalizava àqueles que estavam presos ou eram perseguidos, que o Estado detinha poder absoluto sobre as suas vidas. Assim o narrador questiona e constata: “Depois? Que viria depois? O caos, provavelmente. Se os defensores da ordem a violavam, que devíamos esperar? Confusão e ruína” (RAMOS, 1984, p.125).

Esse fenômeno da ausência de perspectiva relatado é desdobramento de um processo denunciado à exaustão na narrativa: A desumanização imposta pelo cárcere. Preso, Graciliano sentia que não tinha utilidade e imaginava que mesmo em liberdade não conseguiria mais ser útil em qualquer ofício. Era para ele, “como se a cadeia roubasse-lhe a iniciativa e os desejos” (RAMOS, 1984, p.255).

Além disso, registra o escritor no décimo terceiro capítulo da obra, quando se refere ao tratamento na Colônia Correccional que os indivíduos tinham os seus nomes suprimidos e eram substituídos por números.

Fiquei um momento absorto, pouco a pouco me inteirei da supressão do meu nome, substituído por quatro algarismos.

- 35.35, não se esqueça.

- Está bem. (RAMOS, 1984, p.257).

Vê-se que, destituído do nome que lhe garante, apesar de tudo, uma identidade própria, reduzido a um número, nota-se o que o autor aponta “a uniformização despersonalizante da prisão”, onde o personagem-narrador traz inscrita no corpo a marca paradigmática dos desmandos da Lei penal que abrange todo o corpus carcerário. Essa despersonalização acentua-se com o transcorrer da obra e converte-se em um processo de animalização.

Segundo Graciliano (1984, p.183), o Estado tratava os presos como bichos, “animais bem esquisitos” lutando pela própria sobrevivência. Por repetidas vezes ele expõe essa percepção.

Quando da transferência de Recife para o Rio de Janeiro, relata que os presidiários foram amontoados em caminhões “numa mistura de homens, trouxas e caixões, espremidos como galinhas” e na chegada, “enfileirados, como se fossem gado, sendo empurrados para dentro de um banheiro carrapaticida” (RAMOS, 1984, p.183). Em outra ocasião, narra que foi despertado do sono enquanto lhe jogavam cascas de tangerina, como se as lançassem num chiqueiro, “um chiqueiro, evidentemente. Era como se fôssemos animais” (RAMOS, 1984, p.243).

Ele retoma essa noção acerca do cárcere como um local que retira dos indivíduos o que possuem de humano quando, na colônia correcional, diante do seu prolongado fastio, os prisioneiros disputam a comida que deixa no prato. Assim, afirma: “os infelizes procediam como selvagens. Na verdade, éramos selvagens” (RAMOS, 1984, p.186).

Outro aspecto muito marcante na narrativa são as oscilações de humor e de caráter decorrentes da vivência na prisão. Graciliano fala sobre o surgimento do desespero sem causa aparente, o medo até mesmo de sentir medo, a covardia seguida por momentos de coragem louca e em vista disso, conclui: “Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia” (RAMOS, 1984, p.315).

Sob a ótica do narrador, tudo se revela exagerado na prisão. A sordidez da colônia, a imundície do porão do navio, a promiscuidade dos homens movidos pelo

instinto de sobrevivência, o sentimento de tornar-se um número, a miséria física. Para Graciliano, na cadeia não há nada que se revele na exata dimensão daquilo que é, porque a própria condição de aprisionado redimensiona as coisas

[...]esforçando-nos embora por conservar o juízo, a reflexão, tornamo-nos crédulos em demasia: tudo em redor de nós se altera, os sentidos nos dão impressões esquisitas, o pensamento se embrulha, pára, ou se atira em cabriolas insensatas. Poucos objetos, fatos escassos, nos arrastam a conclusões pasmosas. E às vezes, na carência dos objetos e dos fatos, criam-se fantasmas (RAMOS, 1984, p.233).

Esse aspecto de desumanização revelado pelo cárcere e principalmente, a condição animalesca imposta pelo aprisionamento, caracterizou de tal forma os abusos cometidos pelo Estado que a tese de defesa mencionada na narrativa, formulada pelo advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto em favor de presos políticos, estruturou-se na Lei de Proteção aos Animais, decreto Nº 24.645, de 10 de julho de 1934.

A referida defesa, constituída no bojo de um *habeas corpus*, foi idealizada com vistas a requerer o alvará de soltura de Luiz Carlos Prestes, Comunista e fundador da Coluna Prestes, e Harry Berger, alemão, membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista e um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ambos presos sob a égide da Ditadura Vargasista.

Por não encontrar um fundamento jurídico que permitisse uma sustentação satisfatória e diante das condições desumanas a que estavam submetidos os prisioneiros, o causídico decidiu valer-se do dispositivo legal para requerer a soltura dos prisioneiros. Alegou, assim, que se até mesmo os animais sob a tutela do Estado estavam resguardados de maus tratos, a mesma lógica deveria ser extensível aos detentos a quem o Estado deveria assegurar um tratamento digno.

Apesar da atuação combativa de Sobral Pinto, que assegurou a sua consagração como uma referência na defesa de presos políticos no Brasil, apenas no ano de 1945 Berger e Prestes seriam libertados por determinação da Lei de Anistia. Após a soltura, Berger retornaria à Alemanha onde passaria o restante da sua vida internado em um hospital psiquiátrico, em decorrência dos traumas impressos pela tortura à que foi submetido no Estado Novo (CPDOC-FGV, 2020).

Todas essas questões expostas escancaram as práticas violentas do estado em seus diversos aspectos, mas para além da violência moral, psíquica e institucional, há

no texto diversos excertos que expõem a violência física, demarcada sobretudo, pelo práticas autoritárias da polícia.

Graciliano Ramos constata que até o ano de 1936, o país não havia atingido a sangueira pública, mas a covardia oficial já operava com vistas a “espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos” (RAMOS, 1984, p.114). Com efeito, o romancista não viveu o apogeu do Estado Novo na prisão, e ainda assim a atuação das forças repressivas já evidenciava a dimensão da política violenta que estava se engendrando.

Sob essa mesma linha de pensamento, também chama à atenção, pela brutalidade exposta no texto, o relato sobre a prisão de um líder da sedição de Natal cujo nome não é revelado, mas que segundo o autor, “fora seviciado em demasia, aguentara pancadas no rim e, meses depois da prisão, mijava sangue” (RAMOS, 1984, p.114). Graciliano traz uma análise reflexiva a respeito do episódio:

A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade. Tiros, punhaladas, bem: se a vítima conseguia restabelecer-se, era razoável andar de cabeça erguida e até afetar certo orgulho. Mas surra – santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão-de mato. O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento (RAMOS, 1984, p.194).

Percebemos neste trecho colacionado, que a crítica direcionada ao sistema é bastante explícita, tanto que o narrador compara a experiência daquele indivíduo ao período escravocrata, onde os escravos eram açoitados pelos capitães-do-mato, a mando dos senhores. Como se sabe, a escravidão denota ausência de liberdade, violência, subserviência e aviltamento do ser humano. O preso dentro desta metáfora não passa de um escravo, porém, submetido ao domínio do Estado. De fato, a vivência da prisão posiciona o indivíduo em um local de assujeitamento e despersonalização.

Prestes a sair da prisão, Graciliano Ramos se dirige ao médico que lhe acompanha e indiretamente, ao diretor da colônia Correccional, evidenciando o seu intuito de escrever para denunciar os horrores ali vivenciados.

Chegávamos à cancela. E experimentei de chofre a necessidade imperiosa de expandir-me numa clara ameaça. A desarrazoada

tentação era tão forte que naquele instante não me ocorreu nenhuma ideia de perigo.

— Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.

— Pagar como? exclamou a personagem.

— Contando lá fora o que existe na ilha Grande.

— Contando?

— Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.

O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:

— O senhor é jornalista?

— Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida. O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:

— A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever (RAMOS, 1984, p. 232, v.2).

Se a dívida é paga em parte com o exercício da escrita, o devedor só se verá livre do débito com a publicação póstuma (mais uma ironia, entre tantas) das Memórias. “Resta-lhe a palavra: narrar é resistir, e nesse sentido deve ser entendida a escrita claudicante dos apontamentos interrompidos, retomados, destruídos e posteriormente refeitos pela memória”. (MIRANDA, 2004).

Ao imprimir no papel a carne e o sangue, o autor nos fornece subsídios para compreender as agruras de um evento que deixou marcas profundas e indeléveis na história do nosso país, e que por esse motivo, precisam ser lembradas, para que as experiências futuras não sejam espelho das relações passadas.

#### 4 CONCLUSÃO

Ao longo dessas páginas, buscamos analisar o fenômeno da memória de um período traumático da história do Brasil, sobretudo dentro do recorte histórico de 1936 a 1945, constituída a partir do testemunho de Graciliano Ramos e das reminiscências alheias colhidas em sua obra literária "Memórias do Cárcere".

É importante retomar, de antemão, a respeito dos aspectos de constituição da obra, que o sujeito da escrita do livro não foi o mesmo personagem e narrador da enunciação, mas sujeitos distintos, marcados por características distintas.

Relevante notar, ainda, sobre o processo de compreensão desta dissertação, que Memórias do Cárcere é uma obra demarcada por diversos gêneros narrativos, o que inviabilizaria uma abordagem acerca do teor ficcional ou autobiográfico da obra,

por exemplo. Assim, cumpre esclarecer que o viés testemunhal foi utilizado como mote principal para o desenvolvimento deste estudo.

Detrai-se, ainda, das fontes ora sintetizadas que a obra referida alcançou uma tiragem surpreendente, tornando-se uma das mais vendidas da editora José Olympio, tendo dez mil exemplares comercializados num intervalo de quarenta e cinco dias. Afora isso, foi também objeto de análise o fato de tratar-se de uma publicação revestida de polêmicas e impasses, como aqueles relacionados à suposta interferência do Partido Comunista no conteúdo publicado. Sobre essa questão, restou demonstrado que a despeito das denúncias nos jornais e veiculadas na mídia, a editora, a família e os amigos do escritor negam a suposta interferência. Assim, diante da inconclusão do tema, restou no texto uma lacuna, que não poderia ser suprida com meras especulações ou interpretações vagas. Destaca-se este ponto, pois, como uma lacuna em meio ao percurso de constituição da escrita da dissertação.

Ainda, acerca dos percalços existentes no trajeto da pesquisa, releva mencionar as dificuldades impostas pela período pandêmico, que impediram a realização de um estudo *'in locu'* em bibliotecas e acervos físicos que abrigam documentos não disponibilizados em formato digital e que em muito enriqueceriam a escrita. Exemplo disso, são as listas originais colhidas por Graciliano Ramos na prisão, que hoje compõem o Arquivo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

Noutra senda, sobre a análise da obra, especificamente, cumpre explicar que partimos de uma análise singular que abarca as vivências do romancista, escritor e preso político, para uma compreensão mais alargada que integra o grupo em que ele esteve inserido e que foi de igual modo violentado pelo Estado. Assim, foi possível expor, registros sobre a experiência de prisioneiros políticos e das condições carcerárias do Brasil, sobretudo, na década de 1930.

A Obra "Memórias do Cárcere" serviu como elemento norteador, sobretudo em virtude do seu aspecto testemunhal, por meio do qual foi possível colher elementos da realidade de quem, sem saber o porquê, viveu em porões imundos e sofreu privações decorrentes de um regime ditatorial - O Estado Novo.

Assim, de forma geral, o estudo que culminou neste texto dissertativo serviu ao propósito de expor as diversas formas pelas quais a violência se manifestou naquele período. Primeiro, operada na institucionalidade, pelo abuso de poder do Estado, que se valeu dos seus aparelhos para assegurar a propagação de uma ideologia de cunho



fascista e disseminar o medo que convergiu na perseguição e prisão dos opositores do sistema. Depois, impressa no campo moral, pela humilhação, sujeição e despersonalização imposta pela cadeia. Por fim, a degradação moral cedeu espaço ao impacto da violência sobre o corpo. Em todas as suas facetas, ficou evidente que esta violência se constituiu como ritual de sustentação do poder.

O discurso, portanto, particular e subjetivo do preso, assumiu características universalizantes. Graciliano utilizou a narrativa, “urgente e necessária”, em seus próprios termos, para relatar as contradições do Estado, para denunciar a violência, em seus mais diversos vieses, para expor as estratégias governamentais utilizadas para reprimir e eliminar os indesejáveis do caminho. Além disso, para apontar as constantes violações de direitos no sistema carcerário da época, mas ainda tão presentes nas prisões dos dias atuais.

“Memórias do Cárcere”, nesses termos, constituiu-se como a emergência de um autor silenciado, que experimentou na própria pele os efeitos da repressão e do autoritarismo estatal.

É preciso ressaltar, que para além dessas questões, as circunstâncias da prisão repercutiram na mente e nas relações sociais dos sujeitos. As descrições dos lugares expostos na obra puderam evidenciar o desconforto imposto não apenas em decorrência da precariedade das instalações, mas também e principalmente o desconforto físico e psicológico. As memórias do narrador assinalam uma projeção do gradativo mal-estar existente no dia a dia dos prisioneiros que, a cada ordem de transferência eram conduzidos a lugares cada vez mais ultrajantes, em um processo acentuador das condições marginais de sobrevivência.

O saldo da vivência do preso político Graciliano Ramos é posto às claras na narrativa, quando ele transpõe no presente a experiência vivida, que ao mesmo tempo se transforma em uma espécie de testamento literário. Testamento este que ultrapassa o fato de ter sido uma obra de consagração do escritor. Refiro-me, neste ponto, sobre a forma como os acontecimentos são alinhavados, fornecendo elementos para uma melhor compreensão da história e de forma geral, da própria sociedade.

O diálogo com a história é claro pelo que a tessitura do texto expõe acerca do período de autoritarismo que o Brasil protagonizou no recorte de 1936 a 1945, principalmente (mas não somente). A experiência particular do autor revela muito sobre o tratamento dispensado aos presos políticos, sobre as condições da prisão, sobre

o governo e sobre a sociedade da época. O escritor vai se apossando dos fatos para trazer uma visão mais detalhada e crítica acerca do modelo de sociedade.

Sob outro ângulo, buscamos também evidenciar, como a escrita do sujeito pode se revelar como tentativa de cura e superação do trauma. Algo que ele tentou evitar por anos, mas que afrontava a sua própria existência. Graciliano deixa claro em suas "Memórias", que depois do longo período aguardando que outros mais aptos dissertassem sobre a experiência vivida na prisão (e vendo que isto não aconteceria) o relato se tornou uma necessidade. Para Graciliano, os efeitos da violência física esmaecem com o tempo, mas a violência psicológica perdura.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. – 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Ed. Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Ed. Martins Fontes, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. 3.ed, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1984.
- ARAUJO, Maria Celina Souza D. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ARAUJO, Maria Celina D’; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BASTOS, Hermenegildo José de M. **Memórias do cárcere, literatura e testemunho**/Hermenegildo José de M. Bastos - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BERSTEIN, Serge; BECKER, Jean-Jacques. **Histoire de l’anticommunisme em France**. Tome 1 (1917-1940). Paris: Olivier Orban, 1987.
- BIRMAN, Daniela. Memória, Ficção e Imaginação na Escrita da Cadeia: Apontamentos sobre um Manuscrito de Graciliano Ramos. Revista Floema, Vitória da Conquista, ano IX, n.11, p.179-195, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/236652164.pdf>>. Acessado em 22 de junho de 2021.
- BORTOLOTTI, Marcelo. **Carta de Graciliano para Getúlio**. Folha de S. Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1209201007.htm>>. Acessado em 23 de julho de 2021.
- BOSI, Alfredo. **A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere**. São Paulo. Revista de Estudos Avançados USP. n. 23. v. 9., 1995.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 457, de 26 de novembro de 1935.** Declara por estado de sítio todo o território brasileiro, por trinta dias. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1935, 114º da Independência e 47º da República. Disponível em <<https://legis.senado.gov.br/norma/387740/publicacao/15619428>>. Acessado em 27 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936.** Institue, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-244-11-setembro-1936-503407-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 11 de julho de 2021.

BRASIL, **Decreto n.º 229/1935.** Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora”. Disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?Numero=229&tipo\\_normaDEC&data=19350711&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?Numero=229&tipo_normaDEC&data=19350711&link=s)>. Acessado em 06 de novembro 2020.

BRASIL. **Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Decreto nº 24.645,** de 10 de julho de 1934 (revogado pelo Decreto nº 11, de 1991. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d24645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm)>. Acessado em 11 de julho 2021.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo o que trouxe de novo?** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano – O tempo do nacional estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política.** (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas:Papirus, 1988.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria política.* 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

CARTA. Alceu Amoroso Lima a Capanema, 16 de junho de 1935. GC/Lima, A-A, doc. 15, série b. Contracapa do livro de Graciliano Ramos, Cartas, 2. ed., Rio de Janeiro, Record, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** Org. André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GARCIA, Nelson Jahr. “**O controle ideológico**”. In: Estado Novo: ideologia e propaganda política. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Vol. 3. (Maquiavel - notas sobre o Estado e a Política)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Concepcion: Universidad de la Concepción: Caracas: Universidade Central da Venezuela, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914**. In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção**. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MEDEIROS, Joselaine Brondani. **Memórias do cárcere: uma possibilidade de releitura da história**. Revista Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, n. 5. Disponível em:

<<http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num5/ass04/pag01.html>>.

Acessado em 3 novembro de 2020.

MORAES, Dênis de. **O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000.

NETO, Lira. **Getúlio: 1930-1945 – Do governo provisório à Ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NETO, Lira. **Getúlio: 1945-1954 – Da volta pela consagração popular ao suicídio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida.** In: Escritos sobre história. Tradução de Noeli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: ed. PUC – Rio: São Paulo: Loyola, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos de 1930: as incertezas do regime.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – O tempo do nacional estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 2, n.3, 1989.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano: retrato fragmentado.** São Paulo: Siciliano, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Angústia.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

RAMOS, G. **Cartas.** Nota de Heloísa Ramos. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Infância.** Rio de Janeiro / São Paulo: Record; Atalaya, 1995.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere.** 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere.** 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984, v.1.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984, v.2.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 57<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 1986.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano**: retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Graciliano Ramos e o PCB**. Entrevista concedida ao PCB Partido Comunista Brasileiro, 2018. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/20564/graciliano-ramos-e-o-pcb/>>. Acessado em 15 de julho de 2021.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Sociedade**: As Reconstruções da Memória In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.], Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 14 Ed. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Kamilly Barros de Abreu. **História, Memória e Literatura em Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos**. Dissertação UFG, Goiânia, 2006.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Ed. Unipop, 2012.

VARGAS, Getúlio. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, 2 volumes.

VARGAS, Getúlio. **Mensagens presidenciais 1933-1937**. Editora Câmara dos Deputados, Brasília, 1978. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-244-11-setembro-1936-503407-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 01 de julho de 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1999, 2 volumes.